

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 59 - Série VII - N.º 812
20 de Julho de 1989
Preço: 60\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

Grande vitória da democracia em perspectiva

• Comité Central reúne no sábado

Delegações do Partido Comunista Português e do Partido Socialista prosseguem as reuniões encetadas há cerca de duas semanas para a negociação de uma eventual coligação a apresentar ao escrutínio autárquico de Dezembro próximo para a Câmara Municipal de Lisboa, com o objectivo de desalojar a direita da condução do mais importante município do País e dar à capital a dignidade de uma gestão ao serviço da cidade e dos seus habitantes.

Independentemente dos resultados destes encontros, a chegada do PCP e do PS à mesa concreta das negociações constitui, em si mesma, um facto político de significado nacional que importa realçar quer por, finalmente, concretizar uma necessidade há muito reclamada tanto pelo PCP como pelos trabalhadores em geral, quer por, factualmente, poder constituir um ponto de partida para uma alternativa à política de direita, há tanto tempo reclamada pelo povo português e

pelo interesse nacional e que passa, necessariamente, pelo entendimento dos dois maiores partidos democráticos.

No editorial deste número explicitam-se as posições e objectivos gerais do PCP nestas negociações com o PS para um eventual acordo para a Câmara de Lisboa, onde se pesa a situação num quadro que, naturalmente, não se confina à questão das eleições para a autarquia da capital. Negociações desta envergadura entre os dois grandes partidos democráticos portugueses convocam, necessariamente, realidades e perspectivas que transcendem o perimetro político — sem dúvida importante — do município de Lisboa, impondo-lhes um enquadramento nacional de acordo com a responsabilidade dos partidos em presença no panorama político do País.

O Comité Central do PCP reunirá em sessão plenária no próximo sábado, dia 22, para a apreciação destas negociações com o Partido Socialista.

Férias não travam lutas

• **Rodoviária Nacional** — até amanhã os trabalhadores cumprem apenas o horário normal não procedendo a qualquer serviço extraordinário

• **Petroquímica e Gás de Portugal** greve dia 26

• **Petrogal** convocado plenário nacional das ORT's para dia 24 com vista a marcar greves

• **Função Pública** acções de esclarecimento (dia 24) e plenários distritais (dias 25 e 26)

Págs. 1, 2 e 3/Semana

Em Foco /



O sistema pluripartidário e o regime democrático

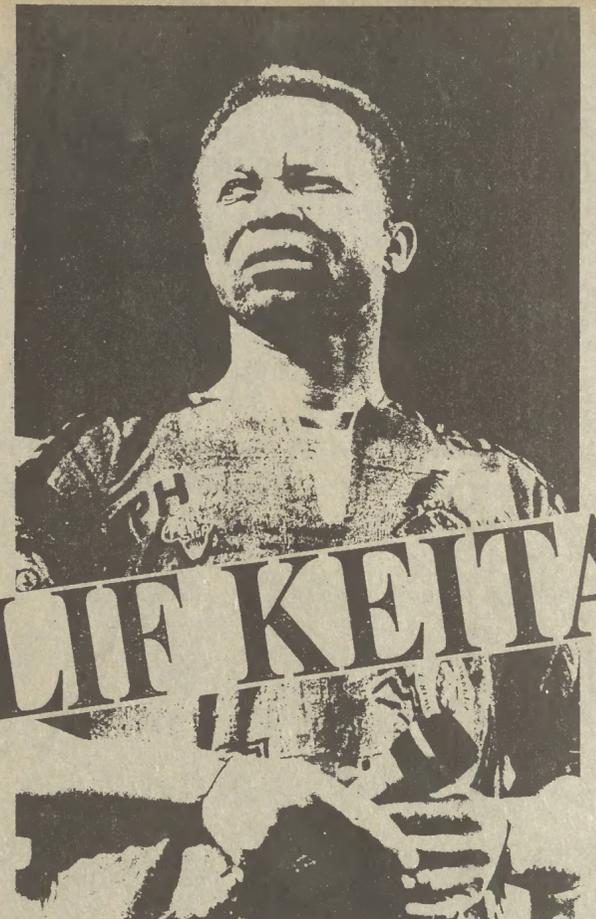
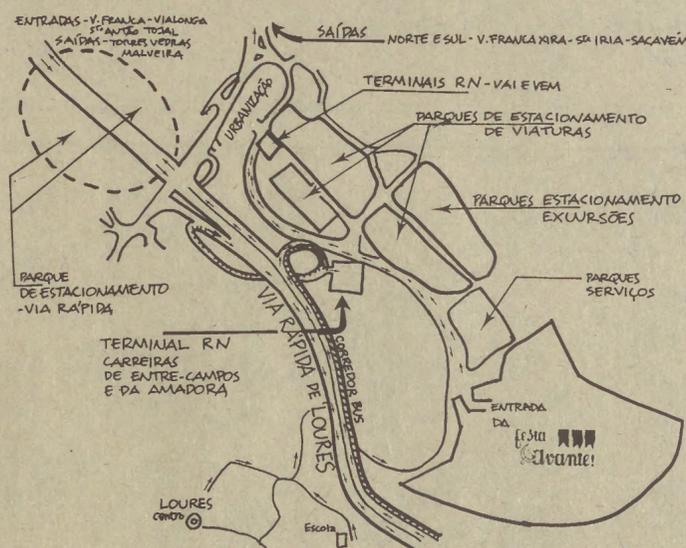
Págs. 1 e 2/Em Foco

Avante!



Os transportes, o trânsito e o parqueamento

Suplemento



SALIF KEITA



A grande Revolução Francesa

Em Foco /
Págs. 4 e 5



Editorial

Avante!

Ano 59 — Série VII
N.º 812

20 de Julho de 1989

1.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Uma grande vitória da democracia, em perspectiva

Vivemos um momento de grande significado da vida do nosso País. Os calores do Verão não arrefeceram a luta social e política. As férias estivais não interromperam o esforço labor antipopular dos governantes cavaquistas. Determinantes outras movem os antagonismos do momento actual.

Quer isto dizer que os «tempos» do ano físico não coincidem necessariamente com os «tempos» do ano político.

Na área social lutas de notável envergadura de sectores diferenciados põem em causa a política do Governo PSD/Cavaco e mobilizam na hora actual contra ela muitos milhares de trabalhadores manuais e intelectuais.

Faz três semanas que os trabalhadores dos STCP (Serviços de Transportes Colectivos do Porto), paralisam duas horas por dia em apoio das suas reclamações de melhores salários; continua a greve às horas extraordinárias da RN (Rodoviária Nacional); os operários corticeiros do Norte (da Vitorino Coelho, da Corticeira Amorim) estão em greve contra a resistência do patronato à revisão do CCT; docentes e investigadores fazem nova greve, desta vez às provas de acesso ao Ensino Superior; os enfermeiros, paramédicos e técnicos superiores da Saúde respondem com nova greve à intransigência do Governo na questão do enquadramento da carreira técnica; Os trabalhadores da Administração Local marcaram de 21 a 28 próximos uma semana de luta; na Função Pública estão em curso acções e diligências de vários tipos de contestação da grelha salarial e da percentagem de aumento que o Governo lhes quer impor; os trabalhadores da Petroquímica marcaram para 26 uma greve de 24 horas de apoio à revisão imediata do Acordo de Empresa; várias outras acções mobilizam amplos sectores profissionais que reclamam contra a política social do Governo cavaquista, desde já contra as primeiras consequências da entrada em vigor da celerada e iníqua «Lei dos Despedimentos».

No sector da agricultura começa a sentir-se em toda a sua injusteza e sentido anti-social a errada política agrícola da equipa Cavaco-Barreto II.

Significativa do profundo descontentamento e do protesto dos agricultores contra a invasão de produtos estrangeiros a baixo preço em detrimento da produção nacional foi a vigorosa acção de anteontem de mais de um milhão de produtores e comerciantes de fruta da região do Bombarral contra a importação em massa da maçã da África do Sul, de duvidosa qualidade, quando a sua fruta (pêssegos, ameixa, maçã) permanece sem escoamento.

Em força, os produtores e comerciantes de fruta da região bombarralense despejaram na via pública no Sintrão 60 toneladas da maçã dos contentores das câmaras frigoríficas da Cooperativa lo-

cal alugada por um grande importador do concelho de Loures.

Igualmente nas zonas dos Baldios dos distritos de Vila Real, Bragança, Viana do Castelo, Viseu e Aveiro, depois da importante vitória dos compartimentos que foi a declaração pelo Tribunal Constitucional de inconstitucionalidade da nova lei dos Baldios, que a maioria do PSD e do CDS na Assembleia da República tentou impor, mobilizam-se as populações rurais, cresce a oposição e a vigilância dos compartimentos contra os intentos da direita de fazer passar de novo a sua Lei dos Baldios com ligeiras modificações formais que facilitem a sua passagem na nova composição bipartidária PSD/PS do Tribunal Constitucional, ainda contra a recusa de algumas Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais daqueles distritos ao retorno da administração dos Baldios aos Conselhos de Compartimentos e contra alienações que estão fazendo à pressa de terras baldias a entidades privadas.

Na área governamental prossegue a marchas forçadas a ofensiva restauracionista dos monopólios, avolumam-se os factores negativos e as incoerências da política económica e financeira praticada pelo Governo de Cavaco, verificam-se novos agravamentos dos factores e das condições de vida da população, aumentam as alienações do património nacional ao capital estrangeiro, nenhuma séria medida é encarada para o acatamento dos interesses nacionais na perspectiva do debate do Mercado Único Europeu em 1992.

O novo golpe nas condições de vida da população da noite de anteontem com o brusco aumento dos preços dos combustíveis, que vai exercer um efeito em cadeia no aumento de bens e serviços de primeira necessidade, é bem a marca de um estilo de governação moldado no atropelo dos interesses vitais do povo.

O Governo justifica este novo salto dos preços dos combustíveis com o aumento do barril do petróleo mas sabe-se que Portugal já pagava os combustíveis mais caros da Europa e é impossível desligar este novo surto de agravamento dos preços da subida da taxa de inflação para cerca de 13%, mais do dobro das previsões do Governo. Comparado com o aumento de apenas 4% do salário mínimo nacional este brutal aumento de mais de 12% em média dos combustíveis é escandaloso.

Temos assinalado que a política económica e financeira do Governo é uma política a reboque da conjuntura. Evidentemente nas condições actuais da economia mundial as alterações de conjuntura não podem deixar de se reflectir mais ou menos profundamente nas economias de cada país.

Mas gerir a economia portuguesa a reboque da conjuntura, como tem feito o Governo de Cavaco, além de delatar por terra as «sabenças» dos tecnocratas cavaquistas e as tiradas de Cadilhe sobre a «macroeconomia», significa que nenhuma séria medida de fundo foi planeada pelo Governo no período das «vacas gordas» para prevenir exactamente a economia nacional contra as bruscas mudanças conjunturais da economia mundial, nenhum plano sério foi encarado para corrigir os nossos desequilíbrios e assimetrias, para superar o nosso atraso endémico face aos países desenvolvidos da Europa.

Cavaco e a sua gente desbaratam todo esse afluxo fácil de dinheiro externo numa política atrabiliária, no custeio do projecto restauracionista dos monopólios, na criação de áreas de especulação financeira e de alta corrupção a que não foram alheios departamentos do próprio Governo, na criação de uma moral consumista, principalmente de bens sumptuários, que ofende a modéstia dos salários e rendimentos dos trabalhadores e das classes e camadas mais desfavorecidas da população.

Sintomático desta política atrabiliária é as mudanças na fiscalidade — pretende-se que o povo pague as incoerências financeiras do Governo — da taxa de inflação, do saldo da Balança de Transacções Correntes, do afluxo dos investimentos estrangeiros.

Neste último capítulo é interessante pôr em contraste as loas recentes de Cavaco Silva sobre o excepcional aumento dos investimentos externos, como índice de confiança na política económica do Governo, e as apreensões dos empresários do Norte sobre esse afluxo de capitais que levaram o ministro Mira Amaral a preconizar uma baixa imediata dos investimentos!

É útil lembrar que dos 138 milhões de contos investidos em Portugal em 1988 saíram do País em lucros e dividendos cerca de 36 milhões de contos e também que das 584 empresas espanholas actualmente em actividade em Portugal 350 foram criadas após a adesão dos dois países à CEE.

Portugal tende a tornar-se uma coutada do capital estrangeiro e em lugar destacado do capital espanhol — de uma Espanha onde a taxa de desemprego se eleva a cerca de 15%.

É neste pano de fundo que, na área política, se activa neste momento a batalha das autarquias que assume uma importância transcendente na política nacional.

Na verdade, uma oportunidade excepcional de infligir uma grande derrota à direita governante, ao cavaquismo, dominante do Executivo e do Legislativo, está no momento actual ao alcance das forças democráticas.

A CDU, que integra como principal força política o PCP, está neste momento empenhada na criação de condições que permitam derrotar o PSD e o

Governo de Cavaco, principalmente em áreas de grande impacto nacional.

A CDU detém actualmente 47 municípios, dos quais 44 com a maioria absoluta, representando uma área de 30,5% do território nacional a que correspondiam em 1988 16% do PIB (Produto Interno Bruto) e 17% da população residente. Tem ainda vereadores eleitos em outros 61 municípios e 1062 eleitos nas Assembleias Municipais dos 226 concelhos do País. Dispõe, além disso da maioria de 243 Assembleias de Freguesia e eleitos em outras 826.

Como se sabe a CDU é a segunda força do concelho de Lisboa com 27,5% dos votos expressos nas últimas eleições autárquicas e a presidência de 12 das 53 Juntas de Freguesia do concelho da capital.

Como se sabe também, desenvolvem-se neste momento negociações entre o PCP e o PS com vistas à apresentação de uma lista constituída na base de uma coligação entre os dois partidos para as autarquias do concelho de Lisboa.

O PCP, na perspectiva de uma derrota histórica da direita em Lisboa, tem manifestado nas negociações com o PS e na linha das decisões do seu XII Congresso, a maior abertura para que uma tal coligação se torne um facto.

O PCP, apesar das suas posições actuais na área de Lisboa, não se guia por critérios hegemónicos nas negociações com o PS para uma coligação dos dois partidos na disputa das eleições da mais importante autarquia do País como alternativa à desastrosa gestão autárquica de Abecasis em representação da «AD».

Os pontos susceptíveis de um acordo entre os dois partidos fazem prever que alguns dos principais obstáculos à formação de uma coligação podem ser ultrapassados.

Apesar das alianças do PS com o PSD em autarquias do País onde a CDU é a força maioritária, o PCP encara a coligação para Lisboa como uma grande iniciativa democrática. capaz de derrotar a direita.

As negociações prosseguem, pontos importantes como a designação de Jorge Sampaio como cabeça de lista da coligação para a capital e o princípio da paridade na constituição das listas para as freguesias do concelho são já hipóteses de trabalho que podem garantir a necessária unidade contra a direita no município de Lisboa.

No sábado reúne o CC do PCP para um exame das negociações e para fazer o ponto da situação política actual.

Se houver vontade política e uma visão rasgada do que está em jogo, com a possibilidade real de uma coligação democrática pode estar-se em vésperas de uma importante e decisiva derrota da direita cavaquista e de uma consequente vitória das forças democráticas de enormes repercussões políticas para o futuro da democracia portuguesa.

Resumo

12 Quarta-feira

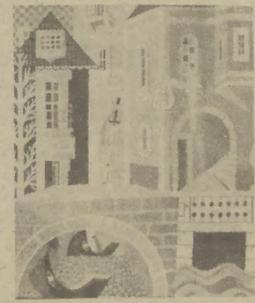
Delegações do PCP e do Partido Ecologista «Os verdes» encontram-se em Lisboa abordando as eleições para a Câmara Municipal de Lisboa, coincidindo na opinião de que «a unidade para derrotar a direita em Lisboa deve assentar num entendimento entre forças políticas diversificadas» ■ Comentando as conversações entre o PCP e o PS sobre a Câmara de Lisboa, o secretário-geral do PSD, Dias Loureiro, afirma que o País «está à beira de assistir a uma coligação PS/PCP», e repete argumentos da direita sempre que se desenham perspectivas de aproximação à esquerda ■ Após audiência com o Presidente da República, o Primeiro-Ministro Cavaco Silva anuncia que a data mais provável para a realização das eleições autárquicas será 17 de Dezembro ■ Protestando contra alterações à sua carreira os sargentos da Armada realizam uma jornada de protesto que regista adesões entre os 90 e os 95 por cento.

13 Quinta-feira

Delegações do PCP mantêm encontros sucessivos com delegações do PRD, da Intervenção Democrática, do PSR, do PPM e do MDP, alargando assim os contactos com diversas forças políticas sobre as eleições para a Câmara Municipal de Lisboa ■ Os trabalhadores da Rodoviária Nacional levam a efeito mais uma greve, registando adesões na ordem dos 95 por cento. Os trabalhadores lutam por aumentos salariais de 13 por cento, que cubra os valores da inflação ■ Também em greve estão os enfermeiros e os técnicos paramédicos com adesões a rondar os 80 por cento; por seu lado os professores e investigadores do ensino superior de Lisboa, Santarém, Viana do Castelo, Setúbal e Porto cumprem um dia de greve inviabilizando de novo a realização das provas de acesso ■ Em Paris têm início as comemorações do bicentário da Revolução Francesa.

14 Sexta-feira

PCP e PS prosseguem os contactos acerca de uma eventual coliga-



Avante!

Proprietários de todos os diários UNI-VOS

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa
CODEx, Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa
CODEx
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º — 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º — 1000 Lisboa
Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Sacute, 80 — 1200 Lisboa
CODEx, Tel. 76 83 45

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º — 1000 Lisboa. Tel. 76 84 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

ALTERAÇÕES DE ÚLTIMA HORA
Tel. 90 00 44

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 — 4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 — 3000 Coimbra
Tel. 28394

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B — 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50
Porto — Rua do Almada, 18-2.º, Esq.º — 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heka Portuguesa — R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/88

17 Segunda-feira

CDU manifesta o seu desacordo total com as soluções propostas pelos Serviços da CML para as alterações urbanísticas a introduzir na Praça de Espanha ■ Trabalhadores da Rodoviária Nacional recusam o serviço extraordinário, o que provoca uma redução de 50 por cento nas carreiras. A FESTRU responsabiliza o Governo e o Conselho de Gerência pelo «caos que se verifica na RN» ■ Termina em Cascais o julgamento de tráfico e consumo de droga, tendo sido atribuídas penas de sete anos de prisão e 300 contos de multa a dois dos 43 arguidos ■ O secretário-geral da ONU, Perez de Cuellar encontra-se com o primeiro-ministro Cavaco Silva afirmando ser muito importante a visita de uma delegação de deputados portugueses a Timor-Leste ainda este ano ■ Com Timor-Leste na agenda reúne em Genebra delegações de Portugal e da Indonésia ■ A Áustria apresenta oficialmente em Bruxelas o seu pedido de adesão às Comunidades Europeias, condicionado-o à manutenção do estatuto de neutralidade permanente do país.

15 Sábado

Rui Godinho, vereador da CML e candidato da CDU à Câmara da capital afirma em Lisboa que há que «esperar pelo fim das conversações entre o PS e o PCP» sendo ainda cedo para se tirarem conclusões acerca da candidatura de Jorge Sampaio ■ O Conselho Nacional do PRD exige do PS, na perspectiva de uma coligação alargada ou reestruturada para a capital, a colaboração de um seu representante em lugar elegível para a vereação municipal ■ Mais de 400 corporações de bombeiros continuam a combater um fogo de 30 kms de frente na Zona Centro ■ O coordenador da Pró-Associação Sindical da PSP, José Carreiras, lança em Coimbra um «alerta ao Governo para que não avance com o endurecimento das medidas disciplinares», salientando que os sindicalistas da PSP não estão dispostos a aceitá-lo ■ Mikhail Gorbachev envia aos Chefes de Estado e de Governo dos «sete» reunidos em Paris, uma mensagem em que manifesta interesse e disponibilidade de «iniciar um diálogo construtivo sobre a harmonização dos processos económicos».

16 Domingo

Em comunicado à imprensa a Coordenadora da CDU de Lisboa considera «importantes as negociações em curso» com vista à «formação de uma coligação alargada» para afastar a direita da gestão da Câmara Municipal de Lisboa ■ Termina em Lisboa uma reunião de dois dias da Direcção Nacional da JCP em que foi analisada a situação da juventude e traçadas as linhas de orientação e iniciativas futuras ■ A Comissão Europeia recomenda a Portugal a alteração da legislação sobre o imposto automóvel, por a considerar contrário às normas em vigor na Comunidade ■ Os dirigentes das duas forças que integram o governo de Israel — Trabalhistas e bloco Likud — reúnem-se para tentar obviar à eventual ruptura da coligação ■ A imprensa norte-americana noticia que a Administração Bush decidiu acelerar o fornecimento de armas aos rebeldes que combatem o governo legítimo do Afeganistão.



despejam toneladas de fruta importada, em protesto contra as importações indiscriminadas ■ O general Jaruzelski confirma a sua candidatura às eleições presidenciais na Polónia ■ Prossegue a greve dos mineiros na Sibéria, apesar das autoridades soviéticas já terem aceite algumas das reivindicações dos grevistas.

O PCP e o Parlamento Europeu

Alguns órgãos de informação têm especulado sobre os contactos que o PCP vem desenvolvendo para a formação de um grupo multinacional no Parlamento Europeu que integre comunistas e outros eleitos progressistas. A propósito, o Gabinete de Imprensa do PCP divulgou duas notas sobre o assunto, que a seguir se transcrevem.

1. Na sequência das eleições para o Parlamento Europeu e partindo da experiência do grupo «Comunista e Afins» em que tem estado integrado, o PCP tem realizado numerosos contactos bilaterais e multilaterais para o exame das diferentes questões relacionadas com a formação de um grupo multinacional no PE, que integre comunistas e outros eleitos progressistas.

2. Neste quadro chegou efectivamente a ser encarado para domingo, dia 16, por proposta do PCP, a realização de um encontro entre o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal e o secretário-geral do PCE, Júlio Anguita.

O PCP tomou esta iniciativa norteada pelo seu profundo empenho em encontrar para os problemas em exame uma solução responsável e consensual e no pressuposto de que o encontro que propunha seria um contributo oportuno e necessário para um tal objectivo.

Entretanto, o envio ao PCP do documento aprovado pela Esquerda Unida como base para a formação de um novo grupo multinacional no PE, e as propostas que, com o mesmo fim, foram enviadas pelo PCP ao PCE, tornaram tardia a realização desse encontro, uma vez que estava encarada para segunda-feira, dia 17, uma troca de opiniões multilateral sobre a formação do referido Grupo.

É completamente especulativa qualquer outra interpretação sobre a não realização do encontro entre os secretários-gerais do PCP e do PCE, encontro que de resto o PCP nunca anunciara por estar ainda em fase de tratamento.

3. Oportunamente, o PCP informará dos resultados finais dos contactos em curso para a formação de um grupo multinacional no PE que dê continuidade, aperfeiçoe e se possível reforce a experiência positiva do Grupo «Comunista e Afins» em que tem participado.

17.7.89

O PCP fez todos os esforços para que se mantivesse o

Grupo Comunista no Parlamento Europeu, não só com os partidos ali já anteriormente representados, como com os deputados comunistas de partidos que pela primeira vez obtiveram representação no Parlamento Europeu.

Nesse sentido, o PCP participou em numerosas reuniões bilaterais e multilaterais.

A confirmar-se a decisão do PCI e do PCE de formarem grupo à parte no Parlamento Europeu, trata-se de uma iniciativa tendente a enfraquecer a intervenção dos comunistas no Parlamento Europeu, em defesa dos interesses dos trabalhadores, do progresso social e pela salvaguarda da independência nacional dos respectivos países.

Pelo seu lado, o PCP continuará retentando empenhado no reforço da amizade e cooperação com todos os partidos comunistas, assim como no alargamento da cooperação com outras forças democráticas e progressistas.

18.7.1989
O Gabinete de Imprensa do PCP

Petroquímica e Petrogal Processos em curso

Na sequência de uma concentração junto à administração da empresa prevista para ontem, os trabalhadores da Petroquímica e Gás de Portugal têm marcada para o próximo dia 24 uma greve de 24 horas.

Estas acções de luta realizam-se em defesa da revisão do acordo de empresa, designadamente por aumentos salariais em relação aos quais a proposta do conselho de administração não vai além dos 9,5 por cento, contra os 14 por cento reclamados pela comissão negociadora sindical da Federação da Química e do SIESI.

A não verificar-se uma evolução significativa nas posições da administração, os trabalhadores da empresa manifestaram já publicamente a sua disposição de desencadear novas greves.

Greves que no caso da

Rodoviária Nacional Intransigência da administração poderá agravar formas de luta

A actual redução de carreiras que afecta a Rodoviária Nacional (nalguns casos em cerca de 50 por cento), e que tem dado origem a um certo caos em muitas zonas, não resulta de nenhuma greve dos seus trabalhadores mas tão só da circunstância de estar a ser estritamente cumprido o horário normal de trabalho diário (nove horas), não se efectuando por conseguinte qualquer serviço extraordinário.

Esta atitude dos trabalhadores tem como finalidade cumprir os tempos máximos de condução e mínimos de repouso, bom como pressionar o Governo e o conselho de gerência para que revejam a sua posição em matéria salarial.

Ao encetarem esta nova forma de luta, os trabalhadores dão assim continuidade à greve que registou faz hoje oito dias, segundo fontes sindicais, uma adesão na ordem dos 95 por cento. Nos seus objectivos, recorde-se, está a luta por um aumento salarial justo que cubra os valores da inflação.

Convocada pelas organizações sindicais do sector — FSTRU, filiada na CGTP-IN e o SITRA, afecto à UGT — a greve insere-se nos seus propósitos a luta por um aumento salarial na ordem dos 13 por cento — contra os oito por cento propostos pelo conselho de gerência — e, bem as-

sim, o início do período de vigência da nova tabela salarial em Julho.

Entre as reivindicações dos trabalhadores inscrevem-se igualmente a passagem dos contratados a prazo a efectivos, a alteração da idade de reforma dos 65 para os 60 anos e a adopção de um horário de trabalho de 40 horas

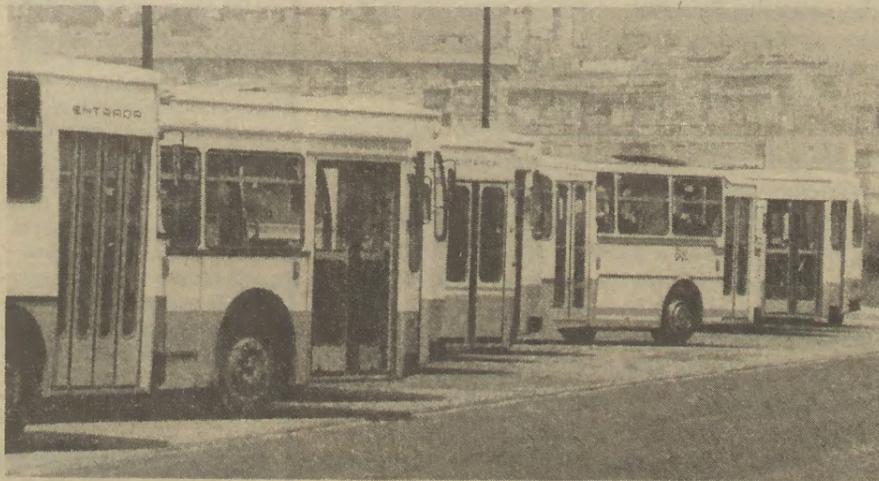
semanais, em substituição das actuais 45 horas.

Ao pretender aplicar um aumento na ordem dos oito por cento, quando a inflação prevista para o período de vigência do acordo se situará entre os 13 e os 15 por cento, o conselho de gerência, na opinião dos trabalhadores, está a tentar repetir o resultado do ano passado em que os trabalhadores perderam entre quatro a seis por cento do seu salário.

Em nota distribuída à imprensa a Federação dos Sindicatos Rodoviários estranha ainda que o conselho de gerência, não obstante a actual

redução de carreiras, tenha o atrevimento de ceder autocarros e motoristas para efectuarem transportes alternativos a outras empresas em prejuízo dos seus utentes.

«É sem dúvida uma grande falta de respeito pelos trabalhadores, pelos utentes e pela empresa», observa ainda a Comissão Executiva da FSTRU antes de concluir que se até amanhã (dia 21) não forem resolvidos os problemas laborais dos trabalhadores, a luta poderá agravar-se, se for essa a vontade dos participantes no plenário previsto para ontem, em Lisboa.



Enfermeiros em luta em defesa dos seus interesses

A adesão dos enfermeiros à greve de dois dias que decorreu na semana finda, situada segundo fontes sindicais entre os 65 e os 70 por cento, constituiu uma demonstração clara da disposição da classe em defender os seus interesses e em corrigir os conceitos errados existentes sobre a sua profissão.

Esta opinião, sustentada pela direcção do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, em comunicado divulgado no segundo dia da greve foi acompanhada na mesma ocasião da decisão de que não serão assinados quaisquer acordos com o Governo que possam «hipotecar o futuro da classe».

Para os dirigentes sindicais, a elevada adesão à greve vem confirmar simultaneamente o apoio dos enfermeiros às posições assumidas pelo Sindicato e revelar a prova da sua capacidade reivindicativa.

Aquela organização sindical sustenta ainda que «o Governo não poderá definir o nível de enquadramento dos enfermeiros no sistema retributivo da função pública sem ter em conta as posições defendidas pelo Sindicato».

Esta posição foi também defendida pela delegação de Coimbra do Sindicato em comunicado dirigido à imprensa no qual se afirma serem falsas as notícias divulgadas na

altura pela Federação dos Sindicatos de Enfermagem que davam como desconvocada «uma greve que não convocou».

Entre as razões que levaram os enfermeiros a desencadear esta greve, recorde-se, esteve a impossibilidade de acordo com a Secretaria de Estado da Modernização Administrativa e com a Secretaria de Estado da Saúde quanto ao enquadramento da carreira de enfermagem no sistema retributivo da Função Pública e ainda quanto à regulamentação do Decreto-Lei 480/88 que prevê a integração do ensino de enfermagem no sistema educativo nacional.

Trabalhadores

Ensino Superior

Docentes e investigadores pela dignidade profissional

Uma demonstração clara de que os docentes e investigadores estão profundamente determinados em defender a sua dignidade profissional — é assim que a FENPROF, através do seu secretário-geral, António Teodoro, em carta enviada ao ministro da Educação, secretários de Estado da Modernização Administrativa e do Ensino Superior, caracteriza a greve realizada no passado dia 10 de Julho pelos docentes e investigadores daquele grau de ensino. Entretanto, o Ministério da Educação entregou o anteprojecto de Estatuto da Carreira Docente Universitária, estando o departamento do E. Superior da FENPROF a preparar uma primeira apreciação.

Voltando à carta assinada por António Teodoro, saliente-se que «os elevados índices de adesão verificados por todo o País demonstram que os docentes e investigadores nas diversas academias têm clara consciência de que ao defenderem os seus legítimos direitos e aspirações estão, de facto, a lutar por uma escola melhor. Sentem que as medidas propostas pelo Governo põem em causa o futuro dos jovens seus alunos.»

Mais adiante, a FENPROF e o seu secretário-geral referem:

Esta é a razão fundamental da sua luta e por isso, reafirmaram, nos plenários realizados no dia da greve, a sua determinação em prosseguir-la até que sejam satisfeitas as suas reivindicações.

A greve do dia 10 e a prossecução desta luta poem em causa legítimas expectativas de milhares de jovens.

O Governo terá de reconhecer que só ele tem capacidade de pôr termo à instabilidade a que os jovens can-

didatos ao ensino superior estão a ser sujeitos e de que só a si serão atribuídas as responsabilidades pela situação criada.

De facto, na reunião do passado dia 5 com o secretário de Estado do Ensino Superior e com a secretária de Estado da Modernização Administrativa, a FENPROF apresentou uma proposta de acordo que consagra os princípios fundamentais que os docentes e investigadores do Ensino Superior consideram dever ser contemplados no que respeita ao sistema retributivo e à revisão dos estatutos de carreira docente.

Dois princípios

A Federação destaca os dois grandes princípios de que os docentes e investigadores não abdicam:

- Paralelismo da sua carreira com a carreira da magistratura de acordo com o preceito de que a carreiras com idêntico nível de exigências devem corresponder es-

tatutos remuneratórios idênticos;

- Revisão do seu estatuto. Este é em si um processo complexo que necessita de ser ponderado porque são profundos os reflexos que as decisões a tomar têm inevitavelmente na vida das instituições.

Na reunião do passado dia 5, a FENPROF manifestou a sua disponibilidade para em qualquer momento estabelecer um acordo na base dos princípios apresentados, demonstrando abertura para, no que se refere à questão remuneratória, vir a negociar o faseamento dos encargos orçamentais resultantes.

Essa nossa disponibilidade mantém-se, sublinha a Federação.

«Condições para a participação»

Entretanto, a FENPROF, cujo Secretariado Nacional reuniu no passado dia 11 para analisar o ponto da situação relativamente aos estatutos das carreiras docentes, tomou posição junto do Ministério da Educação para informar que deixaram de existir quaisquer condições para negociar o estatuto da carreira docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário antes do reinício das actividades lectivas em Setembro próximo.

Neste sentido a FENPROF dirigiu ao ministro Roberto Carneiro um documento onde lembra àquele membro do Governo os «compromissos

que assumiu com esta Federação em Fevereiro último: os professores teriam possibilidade de, no mínimo durante um mês, analisarem o texto proposto pelo Governo, após o que — e só então — se procederia ao encerramento das negociações».

Naquele documento sublinha-se mais adiante:

«O atraso de todo este processo não pode ser assacado à FENPROF. Ele releva por inteiro das indecisões do Governo em matérias várias e os docentes não podem ver subtraído o tempo útil para debate e consequente tomada de posição sobre um documento de vital importância para o seu futuro profissional».

Assim, o Secretariado Nacional da FENPROF informa o ministro dos seguintes pontos:

1 — Atendendo ao adiado do mês de Julho, disponibiliza-se a realizar uma reunião com o Governo para receber a versão preliminar do estatuto, clarificar o seu conteúdo e elaborar o calendário negocial;

2 — Este calendário deverá ter em conta que o citado tempo útil compreende o período compreendido entre 11 e 30 de Setembro próximo;

3 — A FENPROF não subscreverá, pois, durante o mês de Julho nenhum texto relativo a esta matéria.

A FENPROF aguarda a marcação da reunião referida no ponto 1, para receber a versão 1 do estatuto dos ensinos básico e secundário e da educação pré-escolar.

Aumentos

Exultem, portugueses, que fomos de novo aumentados! coisa assim nunca se viu, somos o País do mundo com mais aumentos por metro quadrado, cúbico ou linear, nada escapa à capacidade aumentativa deste Governo que não se aumenta apenas a si próprio como regularmente se confirma, agora foram os combustíveis que é coisa para toda a gente e das mais desvairadas cilindradas, ande-se a pé ou de burro (como diz o «El País») ou se cavalgue rodinhas o aumento chega pra todos e não ficará por aqui, vejam só as possibilidades que se abrem a partir de agora e na esteira dos combustíveis, ele é o pão e o leite, a carne e o carapau, o lugar no autocarro e a fruta de todo o ano, nada escapa a este aumento do gato até à filhós e mesmo os aventais de plástico que o PSD nos ofereceu pelas últimas eleições há-de também ter lugar, à cintura do pessoal, para folgar um aumento de perfil retroactivo, mas o tempo é de futuro como diz o nosso Primeiro, por isso não deixa para amanhã o que pode aumentar hoje, que se os homens não se medem aos palmos, avaliam-se aos aumentos e aí Cavaco Silva é um gigante em desenvolvimento, cresce tanto, tanto, tanto que o perigo um dia destes é não caber no País mas longe vá o agouro, que sem um Governo destes que Pátria tínhamos nós? lá se iam as fragatas com tamanho a menos e helicópteros com tamanho a mais para equilibrar o aumento na Marinha, lá voava para a sucata a sucata que pomos a voar pagando aos americanos com divisas e coragem a demonstração que temos uma Força Aérea em expansão, lá se ia a garantia de uma inflação permanente, duma dívida externa imbatível, dum desemprego estável de promessas refrescantes, do primado da lei garantido a tiro, lá ficava a democracia sem a agilidade do músculo e a governação sem a voz dum dono, não falando do descalabro do desabar da pirâmide tirando-nos uma ministra da Saúde e deixando-nos afogados em hospitais desnecessários, furtando ao nosso convívio um ministro das Finanças e impondo-nos um quotidiano sem escândalos nem previsões erradas, afastando um ministro da Agricultura sem «caroço» nem sujeição a tribunais e um ministro dos Negócios Estrangeiros poliglota que de vez em quando até fala português, lá se ia tudo e sobretudo a capacidade de aumentar o País em todos as direcções, para cima, para os lados e sobretudo para o fundo, que de fundos percebe este Governo, ele próprio um saco sem fundo onde todos os dias aumenta uma inata capacidade de aumentar, ontem os impostos, hoje os combustíveis, amanhã os combustíveis, depois de amanhã os impostos e todos os dias os governantes, que o esforço é grande a função pesada, o que não tira lucidez ao Governo e lhe permite ver, apesar da canícula, que aumentar os combustíveis em plena época balnear vai provocar dois aumentos suplementares qualquer deles de alto coturno, um adicionando aos cofres do Estado uma dezenas de milhões de contos, outro metendo a passar férias em casa mais umas dezenas de milhares de portugueses, o que aumenta o descongestionamento das estradas e das praias e repete o milagre do aumento das receitas com a diminuição do consumo, Governo assim nunca se viu, por isso também aumenta a vaga de greves e de protestos, de lutas sociais e de descontentamento popular anunciando o prodígio dos prodígios deste executivo sem par: uma queda maior que a própria subida.

■ H. C.

Renault-Cacia

Intransigência da direcção leva trabalhadores à greve

• elevados índices de adesão

Os trabalhadores da Renault-Cacia cumpriram nos primeiros dois dias desta semana uma greve cujos objectivos se inscrevem na reclamação da redução do horário semanal de trabalho, contra a laboração contínua e pela negociação do caderno reivindicativo.

É a segunda vez no curto espaço de uma semana que os trabalhadores daquela empresa se vêem forçados a recorrer a esta forma de luta em virtude da intransigência da direcção da fábrica em inviabilizar o diálogo com as estruturas representativas dos trabalhadores.

Através de um comunicado subscrito pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro, os trabalhadores da Renault-Cacia responsabilizam a direcção da empresa pela situação criada e pelos prejuízos dela decorrentes, uma vez que, dizem, esta não pretende negociar de forma clara e inequívoca a redução do horário de trabalho.

A atestar a posição irreductível da administração está o

facto de após cumpridos os dois dias de greve em 11 e 12 p.p. ela não ter procurado entabular conversações com as ORTs, pertencendo a estas tal iniciativa, numa demonstração da sua vontade em desbloquear a situação.

Os níveis de adesão verificados durante a greve, idênti-

cos aos anteriormente registados (82 por cento no geral da fábrica e 90 por cento no sector produtivo), com particular realce para a participação de muitos chefes de equipa e de mais de 40 por cento dos contratados a prazo, revelam entretanto o apoio de que gozam as rei-

vindicações apresentadas pelos trabalhadores e a sua determinação em prosseguirem a luta até à concretização das suas reivindicações.

Assinale-se ainda que nem a presença de um piquete antigreve constituído por algumas chefias desmobilizou os trabalhadores em luta.



Em conferência de imprensa realizada terça-feira em frente ao Ministério do Trabalho, as organizações representativas dos trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas deram a conhecer a sua posição face ao que consideram a «prepotência e arbitrio» dos responsáveis governamentais relativamente às suas reivindicações. Em causa está, nomeadamente, a não publicação dos estatutos do seu Sindicato, circunstância que os impede de desenvolver a sua actividade sindical

Trabalhadores



Metro

Êxito da greve leva gerência a assumir compromissos

Na sequência da greve que paralisou por completo a circulação do *Metro* no final da passada semana, os trabalhadores daquela empresa decidiram em plenário efectuado segunda-feira, numa prova da sua boa-fé, suspender as greves que tinham já anteriormente decretado para hoje (dia 20), 25, 27 de Julho e 1 de Agosto, mantendo no entanto o pré-aviso de greve.

Esta decisão decorre das conversações entabuladas com o conselho de gerência no próprio dia da greve, reunião de que resultou o adiamento por 30 dias da entrada em vigor do horário que aquela queria arbitrariamente impor, bem como o compromisso, de forma negociada, em encontrar um novo horário que seja mais benéfico para os trabalhadores.

No decorrer da reunião, os representantes dos trabalhadores obtiveram ainda do conselho de gerência a garantia de que seriam procuradas as condições conducentes a uma solução conciliatória para a rápida resolução do pagamento das horas ex-

traordinárias ligadas ao horário.

Examinando a forma como tem decorrido o seu processo reivindicativo, os trabalhadores do *Metro* consideram entretanto que «só com a luta

os trabalhadores conseguem que os seus direitos sejam defendidos», circunstância que os levou a decidir que caso não sejam desbloqueadas nos próximos trinta dias quer as soluções para o pagamento das horas devidas aos trabalhadores quer a apresentação de novas propostas de horários, não hesitarão em decretar novas greves, imputando desde já ao conselho de gerência todas as responsabilidades pelas consequências e prejuízos daí resultantes.

Em Coimbra Pacote laboral faz primeiras vítimas

Um dia depois da sua entrada em vigor, o pacote laboral começou a fazer as suas primeiras vítimas. São

elas quatro trabalhadores da empresa gráfica «Gráfimo - Sociedade Gráfica do Mondego, Lda.», com sede em Coimbra.

De acordo com o relato que nos chegou através da União dos Sindicatos de Coimbra o despedimento incluí um dirigente sindical do Sindicato dos Gráficos do Centro a quem a empresa no processo de despedimento se recusa a considerar naquela qualidade.

Os argumentos aduzidos pela empresa baseiam-se na decisão de uma Assembleia Geral de sócios, realizada no próprio dia em que entrou em vigor a nova lei, no decorrer da qual teriam determinado a dissolução da sociedade.

Refira-se que a Gráfimo é uma empresa que edita o jornal «Eu Sei Tudo», semanário técnico sobre comércio e indústria, com uma tiragem mensal de cerca de 5500 exemplares, publicação que apesar da decisão não deixará de ser editada.

As estruturas sindicais anunciaram já, entretanto, a sua disposição de contestar aquilo que consideram o «atropelo cometido pela Gráfimo», solicitando simultaneamente a declaração de inconstitucionalidade do decreto-lei invocado pela empresa, recentemente publicado pelo Governo.

Função Pública Progressos nas negociações ... mas a luta não pára

Em resultado de uma reunião efectuada segunda-feira, a Frente Comum de Sindicatos da Função Pública considera que foram obtidos progressos nas negociações com o Governo e afirma mesmo que este veio dar razão aos trabalhadores, demonstrando que teme a força da sua mobilização.

A sustentar esta posição das organizações sindicais está o facto de o Governo ter deixado cair o valor inicial de 32 000\$00 para o salário mínimo (base 100 da grelha sa-

laria), dispondo-se à sua «definição na parte final das negociações», ter apresentado finalmente as regras de transição, progresso e promoção nas carreiras e ainda um novo projecto de vínculos à administração.

Apesar de estarem parcialmente satisfeitas as suas reivindicações, as organizações sindicais entendem no entanto que importa continuar a luta até à satisfação plena dos objectivos definidos no Plenário Nacional de 6 de Julho p.p., designada-

mente quanto à grelha salarial e ao salário mínimo e quanto às regras de transição, progressão e promoção nas carreiras.

Nesse sentido, mantêm-se algumas das acções inicialmente previstas para a semana de 24 a 28 de Julho, nomeadamente as acções de esclarecimento dos trabalhadores e da opinião pública (dia 24), os plenários distritais de dirigentes e activistas sindicais (dias 25 e 26) e a realização de uma conferência de imprensa no dia 28.

Assembleia da República

Lei das Telecomunicações PSD presta mau serviço ao País

«Um mau serviço prestado aos trabalhadores, ao desenvolvimento regional, à economia do País e ao interesse nacional». Nestes precisos termos definiu o Grupo Parlamentar do PCP a **Lei de Bases do estabelecimento, gestão e exploração das infra-estruturas e serviços de telecomunicações**, diploma aprovado numa das últimas reuniões plenárias da presente sessão legislativa.

Esta opinião da bancada comunista, exposta no decorrer do debate pela sua deputada Ilda Figueiredo, fundamenta-se no facto da lei em apreço permitir a pulverização do sector e abrir ao capital privado nacional e estrangeiro as actuais empresas

operadoras, mudanças estas entendidas como uma «ameaça» às condições e à qualidade da prestação do serviço público de carácter social, nomeadamente nas regiões mais desfavorecidas.

Inversamente às soluções adoptadas no diploma, segundo Ilda Figueiredo, impugna-se sim o reforço da actual estrutura empresarial do sector, garantindo nomeadamente às empresas CTT/TLP e Rádio Marconi a exploração em regime de exclusividade do serviço público de telecomunicações que englobasse todos os serviços de base (telefone - fixo e móvel, telégrafo, telex, transmissão digital de dados e sistema de transmissão bidireccional).

Do ponto de vista do PCP, seriam estas as melhores soluções em ordem a defender quer a economia portuguesa quer a preparação do País para o impacto do Mercado Único, objectivos estes que de resto pautaram a participação do PCP no debate e estiveram na base da elaboração do seu próprio projecto de lei sobre esta matéria.

Um projecto de lei que, refira-se ainda, acabou por não ver adoptadas nenhuma das propostas nele preconizadas - o PSD rejeitou-as todas -, nomeadamente as que visavam a defesa da indústria nacional de equipamentos e dos utentes e as que defendiam uma maior democratização das decisões a tomar no sector das telecomunicações.

Tutela administrativa Contra a vontade do Poder Local maioria aprova lei má e injusta

A par de outras leis estruturadoras, (casos da **Lei das atribuições das autarquias e competências dos seus órgãos** e da **Lei das finanças locais**), o Poder Local passa a partir de agora a contar com a **Lei da tutela administrativa**.

Trata-se de uma lei reguladora das relações entre o Governo e as autarquias que configura, como bem assinalou o deputado comunista João Amaral, uma «autêntica Lei e regime» que, por esse motivo, o mais elementar bom-senso e sentido democrático aconselhariam a não fazer dela a «lei de uma das partes (o Governo) contra a outra das partes (as autarquias)».

Ora acontece que foi exactamente isso que sucedeu,

acabando esta lei estruturadora do Poder Local por sair da Assembleia da República totalmente partidarizada, acolhendo apenas os votos da maioria governamental e os votos contra de todos os restantes partidos com assento parlamentar.

Mas para além de ser a única que saiu do Parlamento totalmente governamentalizada, conforme referiu João Amaral, ela é ainda a única que concita a oposição unânime das autarquias locais e das associações que as representam, concretamente a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a Associação Nacional das Freguesias.

E a verdade é que as razões para esta posição dos directamente interessados

não são para menos se atendermos a que, por exemplo, numa questão essencial como a de se saber se deveria ser o Governo ou os tribunais a decretarem a dissolução de órgãos autárquicos, o Executivo não hesitou em autoconceder-se um tal privilégio, em prejuízo dos tribunais e em prejuízo do Poder Local, para quem se exigia a solução institucional que garantisse a sua autonomia.

Entre outros, foi também por estes motivos que João Amaral qualificou esta lei estruturadora como a «pior» alguma vez aprovada em votação final global, caracterizando-a ainda como uma «lei má, tecnicamente de uma pobreza que confrange» e conseqüentemente, «injusta e sem conformidade com os princípios democráticos».

Inflação volta a subir

De acordo com o índice de preços apurado pelo INE para o mês de Junho a inflação registou um novo agravamento, situando-se a média anual neste mês na casa dos 11,8 por cento (11,4 por cento em Maio), enquanto o crescimento dos preços em relação ao mesmo período do ano passado atingia os 13,2 por cento.

Comentando este agravamento, a CGTP-IN afirma em nota distribuída à imprensa que ele constitui um desmentido à ideia sugerida pelo Governo em Maio último quanto a um hipotético abrandamento da inflação. Nessa altura, recorde-se, houve com efeito uma ligeira atenuação, a qual, todavia, na opinião da Central, se ficou a dever exclusivamente a «razões de ordem sazonal».

Para a CGTP afigura-se assim «socialmente inaceitável» que para além da insuficiência da revisão intercalar do salário mínimo, o Governo persista em não proceder à revisão dos valores das pensões, não obstante a considerável degradação do seu poder de compra.

A divulgação recente do valor de 11 por cento como nova meta para a inflação no ano em curso (anteriormente foi de seis por cento) foi também particularmente verberado pela CGTP que a este propósito assinalou que o mais provável é que a mesma se venha a cifrar na ordem dos 13 por cento, o que em qualquer dos casos significa que o Governo persiste na prática de apresentar valores que à partida «se sabem de impossível ou muito difícil concretização».

Assembleia da República

Condenação política do Governo e do PSD marcam o final da sessão legislativa

A política de degradação dos salários reais, da precarização do emprego, de intensificação da exploração e de redução dos direitos, da dificultação do acesso aos benefícios sociais e agravamento da carga fiscal, contam-se entre os motivos que estão na origem da generalizada contestação social que hoje percorre o País, onda de protesto cuja extensão e profundidade não tem paralelo nos últimos anos e que tudo indica prosseguirá em pleno período de férias.

Traço marcante do momento político actual, a este movimento de contestação se referiu com particular ênfase o líder parlamentar comunista, Carlos Brito, na declaração política que proferiu na última reunião plenária da presente sessão legislativa.

Uma sessão que na sua ponta final veio a ser marcada por um frenesim legislativo resultante de um pacote de autorizações solicitadas pelo Governo, e, simultaneamente, por uma rápida evolução da arrumação de forças que trouxe à tona a «profunda redução da base de apoio social, eleitoral e político do Governo e do PSD».

Esta é pelo menos a conclusão do Grupo Parlamentar do PCP, assente naturalmente numa observação atenta dos mais recentes desenvolvimentos da situação política, de onde sobrelevam as já referidas movimentações de protesto e de luta, reveladoras em si mesmas, como tratou de salientar Carlos Brito, da incapacidade, incompetência, arrogância e inaptidão para o diálogo do Governo de Cavaco Silva.

Mas se estes atributos permitem explicar a forte condenação política que se faz ouvir de todos os quadrantes democráticos, eles chamam igualmente a atenção para

um aspecto que o dirigente comunista denominou de «desfasamento» entre a composição parlamentar resultante das eleições legislativas de 1987 e a mais recente manifestação da vontade do eleitorado.

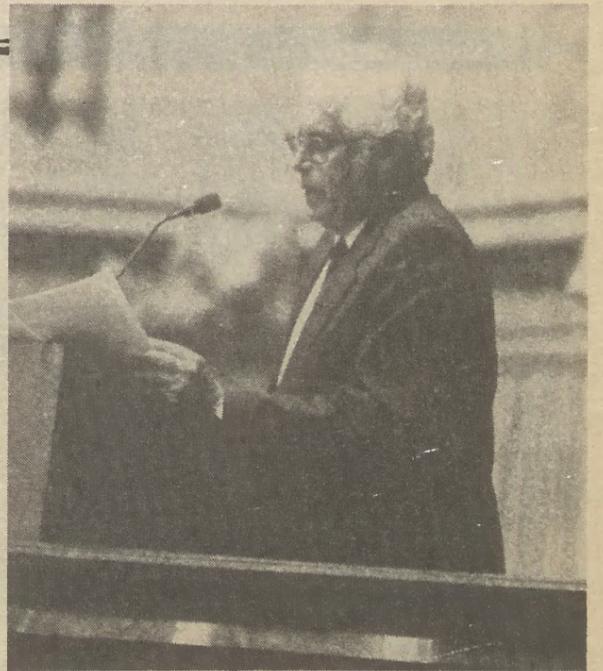
Um desfasamento a que mais apropriadamente se poderia antes chamar divórcio, cada vez mais visível de resto entre o que tem sido a acção do Governo e da sua maioria parlamentar e aquilo que são as aspirações de «um largo movimento que cresce no País» e que sugestivamente se exprimiu nestes últimos dias na entrada em vigor da lei dos despedimentos, no ridículo aumento do salário mínimo nacional e na falta de qualquer medida de actualização em relação às pensões e reformas.

No plano da Assembleia da República este desfasamento não poderia obviamente deixar também de se fazer sentir, facto evidenciado por Carlos Brito quando tratou de

chamar à colação o processo de revisão constitucional e aquilo a que chamou as suas «soluções negativas», especialmente as que favorecem a concentração de poderes nas mãos do Governo e da maioria parlamentar, as adoptadas nos domínios da legislação eleitoral, da comunicação social, das privatizações e da Reforma Agrária.

Fortemente crítica foi também a opinião sustentada por Carlos Brito quanto à legislação saída da Assembleia da República, por esta, a seu ver, não ter correspondido aos interesses do País mas apenas das clientelas governamentais, lembrando ainda a este propósito o acentuar da subalternização do papel da Assembleia, com o consequente esvaziamento das suas competências.

Deste período avultaram assim como traços essenciais, na opinião do PCP, o recurso abusivo e injustificado por parte do Governo às



Carlos Brito

autorizações legislativas, a inviabilização sistemática, acrítica e infundamentada das iniciativas da oposição, a marginalização do Parlamento, a diminuição drástica das suas competências de fiscalização e, por último, o adiamento de importantes reformas, como é o caso da Regionalização ou da aprovação do novo regime de permanência dos membros das Juntas de Freguesia.

Quanto à organização da Assembleia da República, Carlos Brito não deixou de verberar com particular severidade as alterações verificadas no elenco das Comissões e subcomissões, alterações essas que em sua opinião longe de corresponderem a uma maior eficácia do trabalho desenvolvido, an-

tes levaram à sua paralização.

Em hora de balanço dos trabalhos parlamentares o líder da bancada comunista trouxe ainda à baila as eleições respeitantes a órgãos exteriores ao Parlamento, designadamente a eleição dos seus representantes no Conselho Superior de Magistratura e a eleição para o Tribunal Constitucional. No que diz respeito ao primeiro caso, salientou a «forma positiva como se ultrapassou a questão», opinião que já não compartilhou relativamente ao segundo, porquanto, disse, apesar de não ter sido adoptada uma atitude de inviabilização, «está longe de respeitar a representação das diferentes orientações constitucionais existentes na Assembleia da República».



A Revolução Francesa

Apesar de não ter sido assinalada com a dignidade que a sua importância e valor justificariam a Revolução Francesa não deixou, ainda assim, de ser oportuna e justamente evocada na Assembleia da República.

Dela falaram na última reunião parlamentar da presente sessão legislativa deputados de diferentes quadrantes, os quais, pese embora as diferenças de opinião, optaram nas suas intervenções por enfatizar aquilo sobre o qual há um reconhecido e unânime acordo: a matriz da Revolução Francesa entendida como a consagração universal dos direitos do Homem e do cidadão.

Este, aliás, um dos aspectos realçados no voto de congratulação que a Câmara aprovou por unanimidade, no qual se refere, nomeadamente, que a Revolução Francesa «dividiu a história da civilização em antes e

depois da conquista das liberdades fundamentais» e onde se lembra a sua resistência a «todos os recursos contra-revolucionários», permanecendo como «inspiração e referência dos homens livres e das Pátrias soberanas».

O deputado Raul Rego (PS) situou-a como parte integrante do nosso património político e cultural, chamando a atenção em particular para a circunstância de o seu ideário estar bem longe de se ter esgotado, de «ter satisfeito as aspirações de Liberdade, Igualdade e Fraternidade» que, acentuou, são as de «todos os homens com fome e sede de justiça».

O deputado comunista João Amaral, por sua vez, referiu que se há na Revolução Francesa um património comum, há também, observou, «o que ainda hoje é contestado, o que ainda hoje é edifício em construção».

«A Revolução Francesa deu o legado das liberdades, dos direitos humanos, da democracia política», disse João Amaral, antes de sublinhar que o seu legado constituiu um «valor intrínseco, de carácter essencial nos ideais que nos animam, não questionável por nenhuma razão e em nenhum momento».

«Mas a Revolução Francesa é também a Revolução», recordou ainda o deputado comunista, socorrendo-se na ocasião de uma citação que classificou de «rara beleza», a qual diz que a revolução é a «reação da equidade à chegada tardia da eterna justiça».

«É essa componente, também intrínseca da Revolução Francesa que ainda hoje faz o seu percurso de combate, de afirmação», asseverou João Amaral, antes de concluir que «as ideias de igualdade, fraternidade e solidariedade estão ainda longe de constituir um património inquestionável».

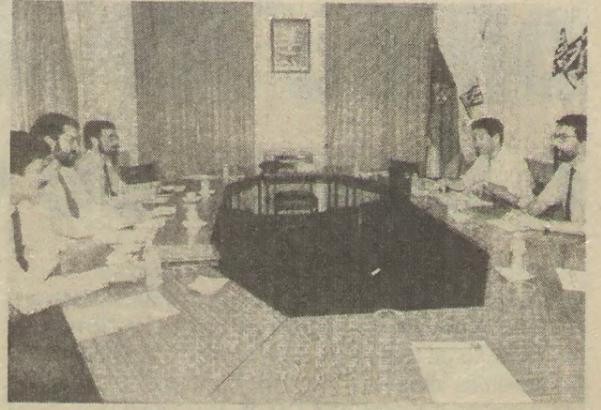
Poder Local



Encontro com «Os Verdes» (sede do PCP na Soeiro Pereira Gomes)



Encontro com a Intervenção Democrática (sede do PCP na Soeiro Pereira Gomes)



Encontro com o PRD (sede do PRD, na Travessa do Fala Só)

Câmara de Lisboa

PCP discute eventuais acordos

Como noticiámos no número da semana passada, por decisão da Comissão Política do Comité Central o PCP marcou encontros com diversas formações políticas para a discussão de um eventual acordo para a eleição autárquica na Câmara Municipal de Lisboa, com o objectivo expresso de desalojar a direita da condução do mais importante município do País, acabando assim com uma gestão catastrófica que já leu profundamente a capital

e, concomitantemente, abrir perspectivas para uma política ao serviço de Lisboa e dos seus habitantes. Nesse mesmo número relatámos circunstancialmente o encontro realizado entre delegações do PCP e do PS na sede do PCP na Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa, na sequência de anteriores contactos entre os dois partidos e no quadro das conversações presentemente em curso com vista (também) a um eventual acordo de coligação para a Câmara Municipal de Lisboa no escrutínio de Dezembro próximo. Como referimos então esses encontros prosseguirão, já sem calendário nem declarações formais à imprensa, conforme o afirmado aos jornalistas nomeadamente pelo chefe da delegação do PS, Ferro Rodrigues.

Damos hoje conta de outros encontros entretanto realizados entre o PCP e outras formações políticas, designadamente:

No dia 12 do corrente mês com o partido «Os Verdes», na sede da Soeiro Pereira Gomes; no dia 13 com as seguintes formações: «Intervenção Democrática» (na sede da Soeiro Pereira Gomes), com o PRD (na sede deste, na Travessa do Fala Só, em Lisboa), com o PSR, o PPM e o MDP/CDE (todos na sede do PCP na Soeiro Pereira Gomes); no dia seguinte (14) e também na Soeiro Pereira Gomes, realizou-se um encontro com a UDP



Encontro com o PSR (sede do PCP na Soeiro Pereira Gomes)



Encontro com o PPM (sede do PCP na Soeiro Pereira Gomes)

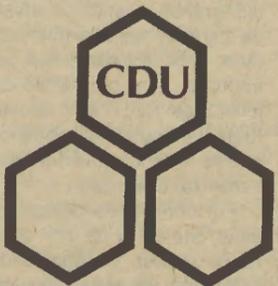


Encontro com o MDP/CDE (sede do PCP na Soeiro Pereira Gomes)



Encontro com a UDP (sede do PCP na Soeiro Pereira Gomes)

CDU: linhas de acção



A coordenadora CDU de Lisboa reuniu a semana passada para apreciar as principais linhas de campanha para as próximas eleições autárquicas e debater as perspectivas de uma ampla coligação que, sem margem para dúvidas, derrote a direita coligada.

Relativamente às suas linhas de campanha a CDU reafirmou a necessidade de «uma ampla campanha de esclarecimento e mobilização da população com vista a inverter a desastrosa política que a direita tem levado à prática nos últimos 10 anos e a encarar com determinação a resolução dos principais problemas da população da cidade — habitação, transportes, espaços verdes, saneamento e ambiente».

Nesse sentido a CDU programou um conjunto de iniciativas de grande importância, que integrarão a sua campanha independentemente do quadro em que venha a concorrer.

Relativamente à hipótese de uma ampla coligação contra a direita, a Coordenadora CDU considerou importantes as negociações em curso, pelas perspectivas novas que, em hipótese potencia.

A Coordenadora CDU considerou também que uma eventual coligação deve suportar um programa e um projecto novo para a cidade, que permita salvar Lisboa e encetar uma nova via de desenvolvimento e modernização.

Foi tido como relevante e importante para a vitória eleitoral que todos os componentes da eventual coligação alargada desenvolvam campanhas potenciadoras dos contributos que cada uma dará a essa mesma coligação», afirmando-se, finalmente, que «a coordenadora CDU apoiou os esforços em curso para que a coligação alargada se venha a efectivar e, pela sua parte, tudo fará para que tal se concretize».

Piscinas em Vendas Novas

No próximo sábado pelas 14.30 horas, a Câmara Municipal de Vendas Novas vai inaugurar as suas piscinas municipais, infra-estrutura cuja falta há muito se fazia sentir nesta zona do Alentejo. Este complexo desportivo é constituído por piscina olímpica, tanque de saltos, piscina de aprendizagem, piscina infantil e instalações de apoio.

A inauguração constará de visita às instalações e provas de natação, nas quais participarão equipas de vários clubes e uma selecção de saltadores para a água, da Federação Portuguesa de Nataçao e constitui um indiscutível acontecimento, não apenas para a vila, mas também para o concelho e a região.

Elvas: o Alentejo em Congresso

Intensifica-se a preparação do Congresso sobre o Alentejo, que se realizará desta vez em Elvas, nos próximos dias 5, 6 e 7 de Outubro.

Este terceiro Congresso, que se segue às edições de Évora e Beja, desenvolver-se-á em torno da temática central do desenvolvimento e integração comunitária, no quadro do qual serão abordados os temas da **agricultura e agro-indústria das potencialidades industriais, da promoção turística, da investigação ligada ao desenvolvimento, e da utilização de fundos comunitários numa perspectiva de regionalização e planeamento participado.**

Para além destes, serão tratados na área da Sociedade, Cultura e Património, os temas da **valorização e fixação dos recursos humanos, da interpenetração cultural nas regiões fronteiriças, da vida cultural das comunidades alentejanas espalhadas pelo mundo, e do património natural, histórico e cultural da região.**

A maioria das comunicações até aqui recebidas pela Comissão Promotora incidem na área do desenvolvimento, considerando os organizadores a necessidade de uma maior diversidade, particularmente na área cultural e social.

Prevê-se que todas as comunicações sejam editadas num livro de actas, a distribuir no próprio Congresso, pelo que o prazo de entrega das inscrições e propostas de comunicações termina em 30 de Julho corrente.

Decorre também neste momento a preparação de um programa cultural e de animação, que contribuirá para dinamização da Cidade, e que se desenvolverá em torno de temas e valores da região alentejana.

No quadro deste terceiro Congresso, será atribuído o **Prémio Alentejo de Jornalismo**, que contemplará textos inéditos publicados na imprensa nacional ou regional, entre 1 de Maio e 15 de Agosto do corrente ano.

A Comissão Promotora do Congresso tem continuado a receber novas adesões, contando actualmente 70 entidades representativas da vida social, económica e cultural da região, com importante participação dos órgãos do poder local.

Tempos Livres em Nisa

A Câmara Municipal de Nisa promove no período de férias escolares, nos meses de Julho a Setembro, um programa de Actividades de Ocupação dos Tempos Livres para crianças em idade escolar.

Sob a coordenação do Gabinete de Apoio Psicopedagógico e do Núcleo de Acção Social da Câmara, procurar-se-á proporcionar às crianças oportunidades para o convívio entre si e simultaneamente despertar-lhes o interesse para aspectos da vida local e dar-lhes conhecimento de pontos do concelho com interesse histórico e cultural.

As actividades decorrerão em salas e instalações desportivas das escolas, realizando-se jogos, sessões de educação física, leituras, narração de contos, trabalhos manuais, visitas a oficinas de artesanato e a pontos de interesse e ainda passeios e piqueniques no campo.

Durante o programa as crianças serão acompanhadas por uma psicóloga, uma técnica de Serviço Social e um professor de educação física, prevendo-se também a participação de jovens do programa OTJ.

Juventude

DN da JCP debateu iniciativas e linhas de orientação futuras

A Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa (JCP), reuniu em Lisboa nos passados dias 15 e 16, procedendo à análise do Governo e da situação da juventude, e debatendo a actividade e as próximas iniciativas dos jovens comunistas. As decisões tomadas pela DN da JCP foram já tornadas públicas, em conferência de imprensa que teve a participação de Paula Coelho, deputada e membro do Secretariado da DN da JCP, José Morais, também do Secretariado da DN e Jorge Alves, eleito da CDU em Lisboa.

Segundo afirmaram, nesta reunião estiveram em destaque a preparação das próximas eleições autárquicas, o acesso ao ensino superior, o lançamento de uma campanha «contra o tráfico e o consumo de droga», a Festa do

A JCP considera preocupante que, numa altura em que o nosso país necessita cada vez mais de jovens com formação superior sejamos o País da CEE com menor número de estudantes neste grau de ensino, o que vem



Paula Coelho, deputada e membro do Secretariado da DN da JCP, acompanhada de José Morais, do Secretariado da DN da JCP à sua esquerda e Jorge Alves.

«Avante!», o balanço da participação portuguesa no XIII-Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, (destes dois aspectos damos-vos conta noutras páginas desta edição), e o III Encontro Nacional da Juventude.

Política do Governo

Para a JCP, como sublinhou Paula Coelho, os últimos desenvolvimentos da política do Governo para a Juventude, particularmente nos planos do ensino, emprego e formação profissional «trouxeram aos jovens motivos acrescidos de preocupação, e tornaram-se factores da contestação juvenil ao PSD».

Tal é demonstrado pela inexistência governamental na «elitização e privatização do ensino superior» agora traduzida num novo regime de acesso que não resolve o problema da entrada na Universidade. Na realidade, «mesmo com aproveitamento na Prova Geral de Acesso, 60 mil dos candidatos terão de ficar de fora», assinalou ainda aquela dirigente da JCP.

confirmar a razão das críticas feitas, sobretudo desde a entrada em vigor do novo regime de acesso. Sublinham os jovens comunistas que se mantêm os *numerus clausus*, o novo sistema limita-se a gerir as vagas existentes, não avalia os conhecimentos ministrados pelo sistema educativo, e acentua as desigualdades de carácter económico e social no acesso ao ensino superior.

A estes exemplos juntam os jovens comunistas o nível alarmante do insucesso escolar e a falta de apoio escolar justo. A JCP aponta para a necessidade de medidas diferentes que passam pelo aumento significativo do número de vagas, pela eliminação das barreiras criadas por sucessivos sistemas de acesso, permitindo a entrada directa de todos os estudantes que completem o 12.º ano, pela descentralização do superior e do politécnico, e ainda pela abertura, no ensino secundário, de vias de ensino que não «afunilem na Universidade».

A JCP considera que com

a entrada em vigor do Pacote Laboral se «instala a arbitrariedade do patronato nos despedimentos, na imposição de condições gravosas de trabalho, e no não cumprimento de direitos», sendo os jovens os mais atingidos pela crescente precariedade do emprego, e pelo desemprego.

Os dirigentes da JCP criticaram duramente o sistema de formação profissional, afirmando que este se revelou «uma gigantesca fraude para muitos milhares de jovens», frustrando as suas expectativas, mas constituindo para uns quantos sem escrúpulos «um bom negócio». Sublinharam a propósito que os processos em curso — envolvendo mesmo membros do Governo — e as penas de prisão sentenciadas, são claros indícios da amplitude da corrupção existente, ao mesmo tempo que constituem uma condenação da acção do Governo PSD.

A JCP tece críticas às tentativas de governamentalização de todos os mecanismos de apoio à juventude — de que destaca a criação e instalação do Instituto da Juventude — que vem pôr a nu a intenção do Governo de responder aos problemas com que os jovens se confrontam com demagogia.

Resposta da juventude

Os dirigentes da JCP fizeram questão de sublinhar que neste período mais recente se vem assistindo a uma ampla movimentação juvenil que tem como alvo o Governo PSD, contestando as suas medidas.

A sustentar esta conclusão destacaram a participação juvenil na campanha eleitoral para o Parlamento Europeu e os próprios resultados das eleições, bem como as «grandes movimentações contra a Lei de Acesso ao Ensino Superior, contra o Pacote Laboral, assim como a postura de grande autonomia, dinamismo e independência do associativismo juvenil», resistindo às já mencionadas tentativas de governamentalização das iniciativas e mecanismos de apoio aos jovens.

Para a JCP «a actual situação exige uma resposta firme e unida do movimento

JCP propõe lei de combate à droga

Do conjunto de resoluções sobre iniciativas, adoptadas pela Direcção Nacional da JCP, destaca-se sem dúvida a que se refere ao lançamento de uma Campanha «contra o tráfico e o consumo de droga».

De acordo com as decisões tomadas por este organismo dirigente da JCP, esta campanha vai ter como componentes principais, por um lado a «discussão ampla com todos os jovens, (sublinhe-se que aqui se incluem os consumidores e os que se encontram em centros de tratamento) do anteprojecto de lei, e por outro lado a realização de debates e acções de sensibilização da opinião juvenil, entre outras iniciativas».

Como ponto de partida para o lançamento desta Campanha os jovens comunistas constatarem que, sublinharam em conferência de imprensa, o tráfico e o consumo de droga constituem «um grande problema nacional», atingindo níveis alarmantes o número de consumidores jovens, em particular das chamadas «drogas duras» — heroína e cocaína.

Para tal contribuem — sublinha a JCP — para além do deficiente combate ao tráfico, a actual situação dos jovens, destacando-se as condições sociais objectivas que afectam os jovens portugueses: «o desemprego, o subemprego, o insucesso escolar e a falta de ocupação dos tempos livres», entre outras.

Considera a JCP que as medidas até agora tomadas, quer ao nível da repressão

do tráfico, quer ao nível da prevenção e tratamento da toxicod dependência, se têm revelado incapazes de responder à gravidade da situação.

Assim a DN da JCP decidiu recomendar aos deputados jovens no Grupo Parlamentar do PCP, que elaborem rapidamente um anteprojecto de lei a apresentar na Assembleia da República.

Como foi revelado na conferência de imprensa pela deputada Paula Coelho, este projecto de lei será apresentado na Mesa da AR depois de terminada a campanha agora lançada, e terá os seguintes objectivos:

«— A repressão mais eficaz do tráfico e dos traficantes de droga;

«— a criação de meios suficientes de prevenção primária, de tratamento e de reinserção social dos toxicod dependentes que possam evitar o consumo de drogas dos jovens, que permitam libertar da dependência da droga e possibilitar a reinserção social de muitos outros e torne possível a substituição generalizada das penas de prisão pelo efectivo apoio, tratamento e reinserção;

«— uma informação sistemática e convincente dirigida aos jovens sobre os efeitos das drogas, sobre a forma de evitar o seu consumo e sobre os meios de apoio aos jovens já afectados;

«— a coordenação a nível dos vários órgãos do Estado de todos os meios e mecanismos relacionados com o combate ao flagelo da droga.» ■

juvenil a esta política», afirmando-se disposta a contribuir para uma alternativa democrática que abra as portas à resolução dos problemas mais prementes da juventude.

As eleições autárquicas

A Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa considera que as próximas eleições autárquicas de Dezembro constituem a tarefa prioritária e fundamental da JCP no momento que atravessamos, sublinhando a importância do empenhamento e envolvimento de toda a organização na sua preparação, ao mesmo tempo que se congratula com a actividade desenvolvida pelos jovens comunistas eleitos nas autárquias.

Ao tornar públicos os resultados da discussão levada

a cabo pela direcção da JCP, Paula Coelho sublinhou a necessidade de que haja um maior número de jovens nas listas da CDU concorrentes a essas eleições, e de que sejam formadas Comissões de Juventude CDU, em número tão grande quanto possível, de carácter amplamente unitário, com iniciativas que se traduzam «em programas da juventude CDU, que constituam um autêntico compromisso dos candidatos jovens» da Coligação.

Foi com estes objectivos aliás, que a DN da JCP decidiu promover, no quadro da CDU, um Encontro Nacional da Juventude CDU, que terá lugar em Lisboa a 29 de Outubro.

III Encontro Nacional da Juventude

Este foi outro tema debatido na reunião da DN da JCP

a que nos estamos a reportar.

A este respeito a JCP entende que ele deveria ser preparado por uma estrutura onde estivessem representadas as diversas componentes do movimento da juventude, ou seja, o Conselho Nacional da Juventude (CNJ), as associações de estudantes, e as associações juvenis locais, manifestando o seu desacordo com as tentativas do CNJ de assegurar sozinho a realização do Encontro.

Por isso mesmo a JCP manifesta a sua disposição de agir para que este Encontro constitua «uma manifestação inequívoca da independência e autonomia do associativismo juvenil», de forma a contribuir para reforçar a unidade da juventude e a aprofundar o debate dos problemas e das reivindicações da juventude portuguesa.

PCP



LISBOA Comité Local do PCP e as eleições para o Município

O Comité Local de Lisboa (CLL) do PCP, reunido para apreciar o trabalho autárquico na cidade e as eleições para a Câmara Municipal, considera o seguinte:

1. Congratula-se com os desenvolvimentos verificados, como o PCP e a CDU sempre defenderam e propuseram, com vista à formalização de uma coligação que, com segurança, derrote a aliança PSD/CDS, encerrando assim uma década negra na história da nossa bela cidade.

2. O CLL do PCP relembra que:

• A CDU é a segunda força eleitoral autárquica na cidade de Lisboa, com 27,5% dos votos e tem a presidência de 12 freguesias;

• A CDU tem um projecto claro para a gestão da cidade, um rico património de trabalho realizado ao longo de vários anos;

• A CDU tem já apresentadas as suas candidaturas, e designadamente a do eng.º Rui Godinho, à Câmara Municipal, candidato conhecedor dos problemas de Lisboa, com um programa e um projecto para a nossa cidade, e a do escritor José Sarago, à Assembleia Municipal.

Tais factos deverão ser tidos em conta nas negociações em curso.

3. O CLL do PCP reitera o seu total empenhamento, interesse e esperança num entendimento entre as várias forças democráticas, na concretização de uma coligação alternativa à actual gestão PSD/CDS e ao serviço da população de Lisboa.

13.7.89

O Comité Local de Lisboa do PCP

Internacional

Armas químicas Negociações em fase decisiva

A elaboração de um projecto de convenção internacional sobre proibição das armas químicas entrou numa fase extremamente avançada e decisiva — declarou, na Conferência de Genebra para o desarmamento, o chefe da delegação soviética, Serguei Batsanov.

Batsanov sublinhou entretanto que se impõe conjugar os esforços de todos os participantes para resolver as restantes questões fundamentais, pois actualmente seriam muito perigosas quaisquer perdas de tempo ou de ritmo.

O impulso positivo da Conferência de armas químicas de Paris, realizada em Janeiro deste ano, perder-se-á em grande medida se não for reforçado agora nas conversações de Genebra.

desmantelamento da produção de armas químicas e a liquidação das mesmas, no prazo máximo de um ano depois da Convenção entrar em vigor.

A ambiguidade dos EUA

A posição assumida pelos Estados Unidos ao longo destas conversações é ambígua e contraditória.

Em Julho de 1985 o governo norte-americano decidiu

Estamos perante uma realidade contraditória, como é normal no difícil terreno da luta pelo desarmamento. A maioria das delegações considera entretanto que os trabalhos do Comité especial para as armas químicas, anexo à Conferência para o Desarmamento, entraram na fase decisiva.

Alcancaram-se progressos sensíveis. Estão definidos os «stocks», o princípio, o método, a organização e a sequência da sua liquidação, isto embora durante um longo período parecesse que o problema chegara a um beco sem saída. Registou-se uma aproximação recíproca das posições em relação ao conteúdo das declarações sobre os «stocks» existentes, ao procedimento da eliminação das armas químicas e a vários aspectos do controlo. A realização de inspecções nacionais, que têm sido efectuadas por cinco países, incluindo a URSS e a Hungria, contribuiu substancialmente para este processo.

Em Março de 1987, o Comité de Ministros dos Negócios Estrangeiros dos países do Tratado de Varsóvia, aprovou uma declaração que expõe um programa de proibição das armas químicas:

- não adopção de quaisquer medidas que possam dificultar ou adiar a concretização de entendimentos mutuamente aceitáveis;
- não produzir armas químicas, inclusive nas modalidades binária e multicomponível, não as instalar em territórios estrangeiros, evacuá-las de territórios estrangeiros onde estejam colocadas e impedir a sua instalação em território onde não existam.

Em 10 de Abril de 1987, Mikhail Gorbachov declarou que a URSS suspendera a produção de armas químicas, cujos «stocks» equivaliam a 50 mil toneladas de agentes venenosos, e começara a construir uma fábrica para proceder à sua liquidação.

Esta declaração foi feita no momento em que os EUA pretendiam começar a concretizar o programa de produção de armas binárias, e em que a França anunciava o plano de criação de armas químicas.

Entretanto, em Janeiro deste ano, em Paris, na Conferência internacional para a proibição de armas químicas, em que participaram representantes de 149 Estados, as negociações receberam um forte impulso. É esse impulso que agora se não quer perder em Genebra. Não apenas porque, com a liquidação do armamento químico, se elimina toda uma categoria de armas de extermínio em massa. Mas também — e isso é particularmente importante — porque a dinâmica impressa num processo de desarmamento, terá tendência a ter também repercussões positivas em todos os outros.

canalizar verbas para o programa de armas binárias e em Maio de 1986 autorizou a sua produção, demonstrando na prática que os EUA tentam complementar ainda os seus arsenais químicos com uma nova e perigosa variedade de agentes neuroparalizantes.

Note-se que as armas binárias têm a particularidade de resultar da junção de diferentes elementos químicos, que em separado são inócuos — criando assim uma dificuldade suplementar ao controlo do seu fabrico e armazenamento. Um facto que é particularmente perigoso.

Nos dois próximos anos fiscais o Pentágono planeia gastar 1,2 mil milhões de dólares no programa de armas químicas, inclusive para criar agentes venenosos capazes de penetrar através das máscaras de gaz e de outros meios de defesa química (de que a população civil, em qualquer dos casos, está desprovida).

Estão a ser rapidamente elaboradas ogivas químicas para os mísseis a lançar em salva e tático-operacionais, inclusive de cruzeiro.

São evidentes os perigos que esta actividade de aperfeiçoamento qualitativo das armas químicas, comporta. Aliás em frontal oposição à declarada aspiração de uma rápida resolução do problema da eliminação das armas químicas e a obtenção de um acordo soviético-norte-americano ao mais alto nível.

Gorbachov de 15 de Janeiro de 1986.

Uma das questões centrais em debate — aliás fundamental em qualquer programa de desarmamento — é o controlo.

Os países socialistas avançaram entretanto propostas de amplas medidas de controlo, que compreendem a utilização de meios técnicos de verificação nacionais, a inspecção *in loco* no âmbito do princípio do voluntariado por pedido e a fiscalização sistemática internacional *in loco*.

Foi igualmente proposto que, 30 dias após a Convenção entrar em vigor, os Estados assinantes anunciem a existência das fábricas de produção de armas químicas no seu território e indiquem a exacta localização destas, independentemente de serem empresas privadas ou estatais. Pretende-se começar o



A produção de armas químicas significa também o desvio de verbas que poderiam ser bem melhor utilizadas

É já longa a história da batalha pela definitiva erradicação de um tipo de armas, por vezes identificada à bomba de neutrões, pois liquida tudo o que é vivo, deixando intactas as estruturas. Uma batalha que visa uma arma que não constitui apenas ameaça potencial (o que naturalmente já seria muito), mas é hoje e agora utilizada, com consequências dramáticas.

Em Janeiro de 1984, os países membros da Organização do Tratado de Varsóvia apresentaram como documento da Conferência de Genebra, a proposta de libertar a Europa das armas químicas. Por outro lado, a ideia de desarmamento químico, parte integrante do programa de criação de um sistema universal de segurança internacional, foi apresentada no XXVII Congresso do PCUS e formulada na Declaração de

OUA reunida em Addis Abeba

A 50.ª sessão da Conferência ministerial da Organização de Unidade Africana (OUA), foi oficialmente aberta pelo ministro nigeriano dos Negócios Estrangeiros, Sani Bako.

Sani Bako afirmou que os acordos de Gbadolite representam o fim da guerra de Angola e defendeu que a África deve permanecer unida para enfrentar as eleições gerais na Namíbia, em Novembro, última fase do processo de descolonização.

O ministro chamou a atenção para as possíveis manobras da África do Sul e denunciou as perseguições aos militantes e simpatizantes da SWAPO. Referiu, por outro lado, a crítica situação económica que atravessa o continente, «que continua a ser fonte de enriquecimento» de outros continentes.

O principal ponto da agenda da conferência é preparar a eleição do próximo presidente da OUA.

Angola, reunião em Kinshasa

Delegações do governo de Angola e da Unita, reunem-se em Kinshasa, sob mediação do Zaire. Em debate um possível acordo sobre as formas de concretizar o cessar-fogo. Pedro de Castro Van-Dunem, ministro angolano dos Negócios Estrangeiros, afirmou que as dificuldades do processo de negociação residem no facto de a Unita ter violado mais de 50 vezes o cessar-fogo estabelecido em 24 de Junho.

O governo angolano aprovou entretanto uma recomendação que prevê «um outro programa com carácter operativo que contemple os sectores civil e militar e preveja dados estatísticos estimativos de todo o processo de integração».

Nas palavras de Van-Dunem, «o processo de paz no nosso país entrou uma fase irreversível» e «todos os esforços serão empreendidos pelo nosso governo para que o processo possa, não simplesmente prosseguir, mas chegar ao seu fim».

Chile, oposição tem candidato único

O democrata-cristão Patricio Aylwin foi oficialmente proclamado candidato único das forças da oposição às eleições presidenciais previstas para Dezembro, as primeiras a realizar no Chile desde o golpe fascista de Pinochet, há 16 anos. O Partido Comunista deu também o seu apoio ao candidato comum.

O candidato da oposição afirmou, como opções prioritárias em caso de vitória: a democratização das instituições, a justiça para as vítimas das violações dos direitos humanos e a aplicação de planos económicos e sociais adequados ao desenvolvimento e à modernização do país, que actualmente conta com 5 milhões de pobres.

URSS, terminada formação do governo

O parlamento soviético terminou na segunda-feira, 17, a formação do novo governo da URSS, chefiado por Nikolai Rijkov e integrado por cerca de 60 personalidades entre vice-primeiros-ministros e presidentes de comités estatais. Por força da Constituição integram ainda o executivo os chefes de governo das quinze repúblicas soviéticas, mas os seus nomes não estão sujeitos a discussão no Soviete Supremo.

Ao encerrar os trabalhos de debate sobre os nomes propostos para o conselho de ministros e dos quais foram recusados onze, Nikolai Rijkov considerá-lo-ia como «elemento importantíssimo do processo de transformações democráticas em desenvolvimento» na URSS. Tal debate, que se prolongou por três semanas, ocorre pela primeira vez no país.

O facto de na União Soviética ter sido formado um parlamento no verdadeiro sentido da palavra permitiu criar, segundo o primeiro-ministro, as condições necessárias para uma cooperação frutuosa entre os poderes legislativo e executivo. Rijkov defendeu, neste contexto, a delimitação de competências do Soviete Supremo da URSS e do conselho de ministros.

O chefe do executivo soviético advogou, por outro lado, a urgência em definir áreas prioritárias de acção do governo, destacando entre elas a questão agrícola, dado que a actual carência de géneros alimentares é uma fonte potencial de conflitos sociais.

Sliunkov foi dialogar com mineiros em greve

Nikolai Sliunkov, secretário do CC do PCUS, foi encarregado de dialogar com os mineiros em greve em Kemerovo, na bacia de Kuznetsk. Sliunkov chefia uma comissão incumbida não só de analisar os problemas do desenvolvimento socioeconómico da região mas também de tomar as medidas que se impõem para a sua resolução. As propostas da comissão serão apresentadas ao Soviete Supremo e ao governo da URSS.

Nikolai Sliunkov avistou-se com os mineiros da praça Sovietskaia de Kemerovo. Falou sobre o programa de acção da comissão que chefia e respondeu a perguntas. Por seu turno, o ministro da indústria de carvão, Mikhail Chadov, informou os trabalhadores da mina de Kemerovo sobre os resultados da análise das suas exigências apresentadas durante a greve.

Delegação do PCP em Moçambique

Uma delegação do Partido Comunista Português, composta por Carlos Costa, membro do Secretariado e da Comissão Central de Controlo e Quadros, e Domingos Lopes, membro suplente do Comité Central, partiu para a República Popular de Moçambique.

Esta delegação representará o PCP no V Congresso do Partido Frelimo, que se realiza em Maputo, de 24 a 31 de Julho.

Internacional

Cimeira dos 7 em Paris

Bem longe dos ideais de há 200 anos

Em 4 de Fevereiro de 1794, Maximilien Robespierre declarava, na Convenção: «Nenhum homem é livre enquanto todos os outros o não forem.»

Duzentos anos depois, nas comemorações da Revolução em Paris, foi componente de destaque a realização de uma Cimeira dos governos dos sete maiores países capitalistas (EUA, RFA, Japão, Grã-Bretanha, França, Itália e Canadá).

Um facto significativo do que nas principais capitais do mundo capitalista se entende por liberdade de todos e de cada um. Liberdade drasticamente restringida à de capitais e obtenção de lucros, e sua capacidade de ingerência um pouco por todo o mundo. Essa será pelo menos a pretensão...

Finda a Cimeira, as declarações são múltiplas. Mas os resultados magros.

Falou-se da questão magna da dívida — mas para reforçar a ideia de uma «abordagem caso a caso», o que linearmente corresponde a novas tentativas de impor as fórmulas do FMI e das multinacionais, com as dramáticas consequências já bem conhecidas.

No que se refere à defesa do meio ambiente, avançam-se declarações de compromisso de um cumprimento integral das regras existentes de protecção do meio ambiente. Mas não se referem quaisquer prazos ou números

concretos, nomeadamente em relação a problemas graves, como o do gás carbónico, responsável pelo efeito de estufa. Tão pouco se faz a necessária ligação entre o problema da dívida e os problemas de meio ambiente nos países devedores, problemas cuja gravidade afecta todo o planeta.

Nas decisões tomadas relativamente a países socialistas, a vontade de ingerência salta à vista. Os presentes na Cimeira de Paris comprometem-se a «de uma for-

ma coordenada, prestar um auxílio económico destinado a transformar e a abrir aquelas economias de uma forma durável» (trata-se, em particular, da Polónia e da Hungria).

Embalando-se no entusiasmo auto-alimentado, o presidente Bush, em declarações posteriores na Holanda (onde a sua visita foi praticamente ignorada pela imprensa), vai ao ponto de afirmar — incluindo nas suas considerações a União Soviética — «empenhamo-nos na criação de um novo mundo na Europa, inteira e livre». Uma liberdade talhada à medida do capital?

Pretensões que já antes Gorbatchov havia prevenido, no importante discurso que pronunciou no Conselho da Europa, ao sublinhar: «O facto de os Estados europeus pertencerem a diferentes sistemas sociais é uma realidade. O reconhecimento desta realidade histórica e o respeito pelo direito soberano de todos os povos a escolherem livremente o sistema social é a principal premissa de desenvolvimento da cooperação na Europa.»

Pretensões e realidades

Pretensões abundam na Cimeira dos 7 grandes. Mas a vida não corre necessariamente ao sabor dos planos e das decisões dos 7. Tão pouco se reflecte nas próprias análises avançadas. A começar pela realidade económica própria, em cujos relativos êxitos se baseiam muitas das pretensões e planos com cunho abertamente político.

Assim, por exemplo, na apreciação da sua realidade económica, os 7 parecem convencidos que no fundamental tudo corre bem.

Não ignorando os dados positivos (que não em termos sociais, registre-se...), é de assinalar a opinião, bem diversa, divulgada recentemente pelo economista Maurice Allais, prémio Nobel de economia em 1988.

«A instabilidade económica, a subprodução, a iniquidade, o subemprego, o abandono e a miséria que os acompanham, são os maiores flagelos das economias de mercado. Estes factores estão na origem das críticas, simultaneamente as mais justificadas e as mais violentas, contra as economias basea-

das na liberdade económica e na propriedade privada. Todos estão estreitamente ligados às instituições monetárias e financeiras das economias ocidentais» — diz Allais, que chama ainda a atenção para um facto particularmente importante — «Não se poderá, sem perigo, subestimar hoje a instabilidade subjacente muito profunda da economia mundial. Ela assenta actualmente sobre dois vulcões: um endividamento desmesurado, um desemprego excessivo, e o seu presente equilíbrio é eminentemente precário e instável.»

Não haverá assim razões tão sérias para o afirmado optimismo dos 7.

Quanto à cínica opção assumida em relação à dívida (que entretanto testemunha também a consciência de que se trata de um factor que pesa sobre os próprios interesses do capital), já se registaram reacções em países endividados, de denúncia e resistência às opções do capital internacional. O parlamento peruano, por exemplo, assinala em documento que pretende «mobilizar outros parlamentos, organizações políticas e democráticas, sindicatos e forças populares para defender os interesses dos seus povos, bem como alterar as condições impostas».

Segundo estimativas da UNICEF, em 1988, as reestruturações económicas, em grande medida impostas pelo FMI, custaram, nos 122 países do terceiro mundo, a vida de 500 000 crianças com menos de 14 anos.

Quantas mais vidas serão necessárias?

«A Europa deu um contributo inapreciável ao longo de muitos séculos para a política, economia e cultura mundiais, para o desenvolvimento de toda a civilização. O seu papel no mundo é reconhecido e respeitado — disse Gorbatchov em Paris, para simultaneamente alertar. — Mas não devemos esquecer, igualmente, que a metástase da escravatura colonial foi espalhada no mundo pela Europa. No continente europeu nasceu o fascismo, aqui começaram as guerras mais destruidoras da história humana. A Europa, que tem legítimo orgulho pelas suas realizações, não pagou ainda todas as suas dívidas à Humanidade. Esse problema deve ser resolvido procurando a transformação das relações internacionais no espírito do humanismo, da igualdade e da justiça, dando nos nossos países exemplos de democracia e conquistas sociais.»

Na Cimeira de Paris, falou-se da dívida do terceiro mundo. Na verdade é bem de uma dívida do primeiro que se trata. Também para que os ideais de há 200 anos, nas diferentes condições de hoje, se comecem finalmente a concretizar na sua integridade.

Nicarágua

PCP saúda 10.º aniversário da Revolução

Dia 19 de Julho, o povo da Nicarágua comemorou o 10.º aniversário da revolução sandinista. Saudando esse acontecimento histórico, que revolucionou a vida e as perspectivas do país, o Comité Central do Partido Comunista Português enviou à Direcção Nacional da Frente Sandinista de Libertação Nacional, a mensagem que aqui transcrevemos.

Queridos Camaradas



Uma criança da Nicarágua, de arma na mão. Dez anos depois da Revolução, abrem-se perspectivas de paz, e com elas a possibilidade de novos avanços numa via de progresso

Por ocasião do X Aniversário da Revolução Popular Sandinista, o Comité Central do Partido Comunista Português transmite-vos, e por vosso intermédio a todos os militantes da FSLN, a todos os patriotas e revolucionários nicaraguenses e ao povo heróico da Nicarágua as calorosas felicitações, as saudações fraternais e os sentimentos da activa solidariedade dos comunistas portugueses.

Ao fazê-lo evocamos a longa e corajosa luta libertadora do povo nicaraguense contra o imperialismo e a oligarquia em que as figuras de Sandino e Carlos Fonseca avultam como exemplo de patriotismo, determinação combativa e criatividade revolucionária. Evocamos os mártires e heróis do combate que culminou com a liquidação da ditadura de Somoza, nas históricas jornadas de 19 de Julho. Evocamos os sacrifícios consentidos pelo povo nicaraguense na luta pela construção da nova Nicarágua, em defesa da independência e soberania nacional contra as ingerências e agressões do imperialismo, pela paz e o progresso na Nicarágua e em toda a América Central e Caraíbas.

A defesa e consolidação da Revolução Popular Sandinista, sendo em primeiro lugar do interesse do povo nicaraguense, é do interesse de todas as forças progressistas, de todos os povos amantes do progresso social e da paz. Sempre solidários com a vossa abnegada luta os comunistas portugueses continuarão a apoiar os esforços da FSLN e do governo nicaraguense para alcançar a paz e poder finalmente dedicar-se à solução dos complexos problemas económicos e sociais do país, sem ingerência externa e inteiro respeito pela opção livre do povo nicaraguense.

Confirmando a vontade de desenvolver sempre mais as relações de amizade e solidariedade existentes entre o PCP e a FSLN, formulamos os mais sinceros votos de sucesso à vossa luta pela independência, a democracia, o progresso e a paz na Nicarágua e em toda a América Central.

Viva o X Aniversário da Revolução Popular Sandinista!

Viva a Amizade entre o Partido Comunista Português e a Frente Sandinista de Libertação Nacional!

«Em Conceição, no Algarve, existe um lavadouro público servido por águas de fontes igualmente públicas mas que têm a sua passagem através das propriedades de dois fascistas da terra. Ora, estes senhores resolveram roubar a água ao povo, desviando-a toda para a rega das ditas propriedades. Isto significava que as mulheres de Conceição e de Cabanas teriam que passar a ir lavar a roupa a uma distância de 4 a 5 quilómetros. Mas as mulheres não estiveram pelos ajustes e, assim, umas 300 a 400 mulheres, munidas de pás e picaretas, invadiram as propriedades, escavacando as obras que aqueles exploradores tinham mandado fazer para reter a água.

Posteriormente, os ditos proprietários mandaram fazer uma canalização mais larga e desta forma a água deixou de chegar aos lavadouros. As mulheres, então, dirigiram-se, como já haviam feito da primeira vez, ao engenheiro da hidráulica, reclamando contra a nova canalhice.

As mulheres estão na firme disposição de escavacarem tudo novamente se as autoridades não resolverem o assunto rapidamente.»

(«As mulheres de Conceição lutam pela água» — «Avante!» VI série, n.º 79, Julho de 1945)

AVANTE! ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«Ainda não há dois anos o ministro da Economia falava no «grave problema da produção excedentária de manteiga»; para não baixarem os preços, os grandes agrários armazenaram toneladas de manteiga que depois venderam, já rançosa, às fábricas de sabão. Hoje, a manteiga desapareceu do mercado e tem de ser importada do estrangeiro.

A isto chamam os salazaristas «economia dirigida»...

«Repare que...» — «Avante!», VI série, n.º 218, 1.ª quinzena de Julho de 1956)

Avante! ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«Por decisão do conselho de ministros, os habitantes de 9 lugares das freguesias de Monte Real e Amor (Leiria) vão ser expropriados das suas terras por «urgente utilidade pública». De que se trata? Apenas disto: Salazar recebeu ordem dos seus patrões, os fomentadores de guerra norte-americanos, para ampliar rapidamente o aeródromo de Monte Real.»

(«Expulsos das suas terras» — «Avante!», VI série, n.º 202, Julho de 1955)

AVANTE! ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«Em vez de defender a vinicultura, o governo fascista de Salazar não só proibiu o plantio da vinha como, em algumas regiões, a manda arrancar. Tal foi o caso passado em Valado de Frades (Alcobaça), onde 70 vinicultores se juntaram em frente da Junta com um documento assinado por todos os vinicultores da freguesia para protestar contra o corte que lhes queriam fazer nas vinhas, que assim conseguiriam impedir.»

(«A luta dos vinicultores contra o arranque das vinhas» — «Avante!», VI série, n.º 202, Julho de 1955)



O sistema pluripartidário e o regime democrático

As eleições de 18 de Junho para o Parlamento Europeu com as suas especificidades, as suas «novidades» — para os portugueses foram as segundas «europeias» desde a adesão de Portugal à CEE mas as primeiras realizadas não em simultâneo com outras consultas eleitorais — e naturalmente os seus resultados, oferecem ao sociólogo, ao comentarista e ao analista políticos interessante matéria de reflexão sobre o papel dos partidos políticos, a sua matriz ideológica, a sua vida interna, a sua existência no quadro das instituições como órgãos de intervenção democrática dos cidadãos na vida política do País.

Para o PCP a existência e actividade dos partidos no quadro da legalidade democrática é uma das conquistas fundamentais do 25 de Abril, da liberdade política e das liberdades democráticas essenciais alcançadas no processo revolucionário que derrubou o regime fascista em Portugal e instaurou o regime democrático.

É correcto dizer-se que nos 15 anos de existência do regime democrático o sistema pluripartidário da democracia portuguesa com todas as suas naturais diferenças, divergências e contradições, se encontra consolidado. A sua consolidação é, em si, um importante factor de garantia e continuidade do regime de-

mocrático.

Para o PCP o sistema pluripartidário não significa, porém, uma condição universal da e para a democratização da sociedade humana. Sistemas unipartidários, segundo as condições específicas do processo democrático em cada país, podem assegurar essa democratização. Nas condições de Portugal e para os comunistas portugueses o sistema pluripartidário da nossa democracia, conquista do povo português, não é, todavia, um todo acabado e estático e, por outro lado, nunca significou a admissão de que os partidos constituam a forma exclusiva de intervenção democrática dos cidadãos na vida pública.



O sistema pluripartidário e o regime democrático

Na democracia avançada no limiar do Século XXI, objectivo apontado pelo XII Congresso do PCP, está esboçado na sua vertente política todo um programa de participação popular:

- na eleição dos órgãos do Estado do topo à base;
- no pluralismo de opinião e organização política;
- nas liberdades individuais e colectivas;
- na participação directa do povo na vida política.

A mesma preocupação participativa impregna as três outras vertentes da democracia avançada — económica, social e cultural — e as suas seis componentes fundamentais.

Sistema pluripartidário e democracia

No caso do sistema pluripartidário, as alterações na correlação de forças no plano político e ideológico e as modificações do espaço sociológico politicamente ocupado ou disponível são uma constante. Este espaço contrai-se ou alarga-se de acordo com as mudanças de conjuntura a curto e a médio prazo e com o acerto ou desacerto das respostas do leque partidário às situações concretas emergentes da realidade nacional.

Numa dada fase podem criar-se condições objectivas favoráveis para o surgimento de novas formações partidárias que uma vez constituídas e postas à prova correspondem ou não às determinantes sociais e políticas que as fizeram nascer.

Com todas as modificações quantitativas e qualitativas, com as suas contradições, com as sensíveis alterações na correlação de forças no plano sociológico e político, o siste-

ma pluripartidário da democracia portuguesa é para o PCP um fenómeno positivo de democratização dos processos na nossa sociedade, na nossa vida, nas nossas instituições nos últimos 15 anos e na construção do futuro do nosso país.

Participação democrática dos cidadãos

No caso das diversas formas extrapartidárias de intervenção dos cidadãos na vida pública, o PCP, desde os difíceis tempos da clandestinidade teve sempre uma visão alargada da participação democrática das massas populares e das suas organizações cívicas e de classe em todo o processo político e social. No período clandestino as Comissões de Unidade, forçando por todos os meios o colete de forças da legalidade fascista, foram formas privilegiadas de participação popular nos planos da luta política, económica, social e cultural que se afirmaram no duro combate contra a opressão e exploração fascistas.

Formas superiores de unidade e convergência políticas das forças democráticas e do movimento popular de massas foram — no plano clandestino e na resistência ao fascismo — o MUNAF, o Conselho Nacional de Unidade Antifascista e os seus organismos de base e, no plano legal, o MUD, o MUD Juvenil, o MND e outros movimentos de grande influência de massas e forte enraizamento popular.

No plano institucional da nossa democracia após a Revolução de Abril, nessa linha de coerência de-

mocrática, a acção do PCP está na base da consagração na Constituição da República das formas extrapartidárias de intervenção política dos cidadãos em todas as esferas da vida nacional.

O Movimento Sindical e as Comissões de Trabalhadores, como órgãos de eleição representativos da unidade da classe operária; a figura constitucional do Controlo de Gestão dos trabalhadores; as Comissões de Moradores; as Assembleias Populares para os fins mais diversos, estão inscritos na nossa Lei Fundamental com a participação destacada dos deputados comunistas e do movimento operário e popular em permanente conjunção.

Os independentes e as formas de participação política

Quando há dias o Presidente da República, Dr. Mário Soares, numa entrevista a um semanário da direita, fazia acerba crítica aos «aparelhos» partidários, à partidocracia, defendendo uma expressão não inscrita na Lei Fundamental do País: a necessidade da elaboração de listas de independentes dos partidos políticos para as eleições autárquicas, designadamente para as Câmaras Municipais, como forma de neutralizar e impedir o excesso de poder dos partidos — reintroduzia na polémica uma outra forma de participação democrática dos cidadãos que o PCP até agora tem considerado desajustada das nossas realidades institucionais e políticas ao nível dos concelhos (pois a participação de listas de independentes às eleições

autárquicas ao nível das freguesias é já uma realidade a que o PCP deu importante contribuição).

Sem pretensões a modelo, o PCP participa na CDU — Coligação Democrática Unitária — com o Partido Ecologista «Os Verdes», com a Intervenção Democrática e com democratas independentes de várias tendências que nas últimas eleições para o Parlamento Europeu foi a única força ascendente em termos proporcionais.

O Presidente da República dá como exemplo das suas concepções participativas dos cidadãos — com uma tónica especial para a juventude — o MASP, movimento que se constituiu para o apoio da sua candidatura à Presidência da República.

São, contudo, as suas opiniões generalizadas acerca dos «aparelhos» partidários que têm uma frontal discordância do PCP.

Como se sabe o PCP foi o elemento decisivo da derrota do candidato da direita, Freitas do Amaral, e consequentemente da vitória de Mário Soares. O PCP, elemento decisivo da derrota de Freitas, não se integrou no MASP.

As críticas do Presidente da República aos «aparelhos» partidários de maneira generalizada são por isso improcedentes no que respeita ao PCP.

No caso concreto das últimas eleições presidenciais o «aparelho» do PCP deu prova da elevada capacidade e operosidade de organização dos comunistas, de mobilização e dinamização do seu eleitorado e da sua base partidária para, no curto espaço de 15 dias, ter sido a força essencial de uma viragem que elevou dos 25,4% dos votos da primeira volta para os mais de 51% da segunda volta que deu a vitória a Mário Soares.

Como é evidente não se trata aqui da apresentação de qualquer «factura» mas de uma leitura realista de participação política alargada dos cidadãos e das forças democráticas num acto eleitoral de importância

decisiva para a democracia portuguesa na qual os comunistas tiveram uma participação directa destacada.

O PCP, os seus organismos dirigentes, prestam uma grande atenção às florações negativas do espírito de «aparelho» e ao rejuvenescimento e renovação dos seus quadros de direcção a todos os níveis do Partido.

O XII Congresso do PCP é a mais recente expressão prática dessa preocupação renovadora.

Mais de 39% do seu Comité Central foi renovado, a composição etária dos seus organismos dirigentes deu um grande salto qualitativo e vai certamente continuar como prática essencial do PCP no melhoramento geral de todo o seu trabalho de Direcção.

Os factores e manifestações negativas da sua vida interna são objecto de uma correcção serena que está dando e vai continuar a dar ainda com maior elevação política todos os seus frutos.

Fenómenos de «partidocracia» e de «clientelismo» não podem seriamente ser assacados ao PCP e aos seus órgãos dirigentes. Mas é verdade, como salienta o Presidente da República na sua entrevista, que tais manifestações e desvios são visíveis no nosso sistema pluripartidário.

Como é notório e sabido, partidos que têm exercido o poder político no após 25 de Abril não estão disso isentos. Fenómenos de corrupção, de «partidocracia», de clientelismo são facilmente verificáveis na vida pública e alguns, não poucos, têm sido mesmo objecto de inquéritos da Assembleia da República. A bipolarização da política nacional e o hegemónio são, por outro lado, inequivocamente, manifestações de «partidocracia».

Por exemplo, como classificar os acordos PS/PSD de 1983 e 1985 para a repartição dos cargos de gestão na Banca e nos Seguros entre os seus apaniguados e «clientes»?

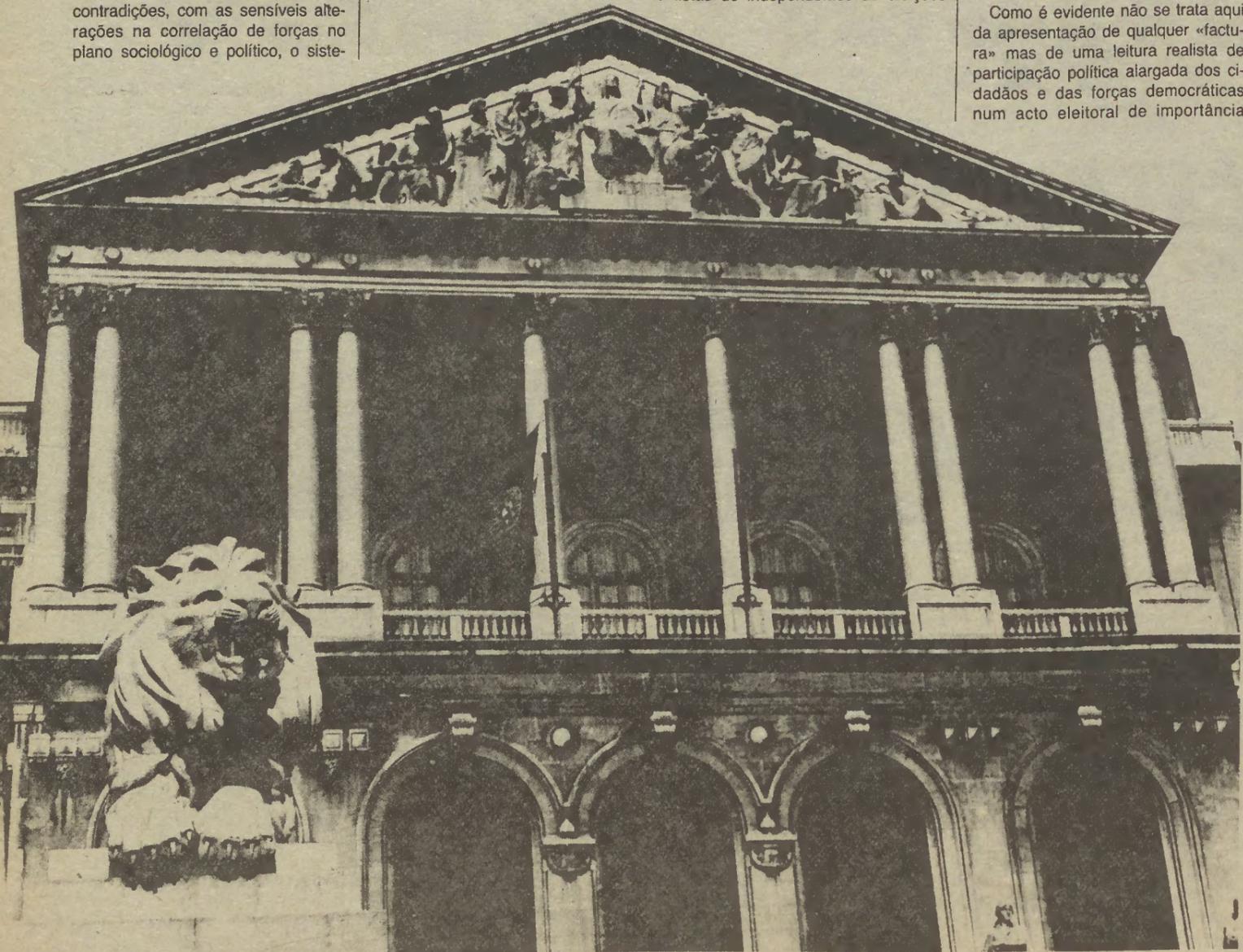
Só no sector Empresarial do Estado (SEE) eram do PSD em Outubro de 1985, por acordo entre aqueles partidos, cerca de 37% dos gestores, do PS 22% e do CDS 5%. Esta proporção combinada, foi alterada a partir daquela data para 60% do PSD, 28% do PS e 6% do CDS. Os «independentes» caíram de 19 para 6%.

Não será isto «clientelismo» e do mais refinado?

Na perspectiva do Socialismo

Todos estes fenómenos, que têm incontestavelmente uma raiz de classe, não anulam, contudo, o valor superior do sistema pluripartidário como importante garantia do regime democrático.

Na construção de uma democracia avançada no limiar do Século XXI, apontada como objectivo histórico imediato no Programa do PCP saído do seu XII Congresso, o sistema pluripartidário tem um papel decisivo a exercer como passo essencial na sua efectivação e como condição necessária na perspectiva da construção do futuro socialista de Portugal.



AÇORES

Autárquicas de Dezembro e temas da vida regional

As próximas eleições autárquicas irão certamente constituir um novo e importante marco na luta em curso pela democratização da vida política na Região, luta na qual a Coligação Democrática Unitária (CDU) desempenha papel destacado — sublinha a Comissão Executiva da DORAA (Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores) do PCP. Este organismo do Partido esteve recentemente reunido na cidade da Horta (Faial), tendo apreciado «várias questões de interesse regional». O Executivo da DORAA analisou diversos problemas políticos, económicos e sociais e definiu orientações para aplicação no segundo semestre do ano em curso, decorrentes do Plano de Actividades aprovado pelo plenário da DORAA no início do ano. Naturalmente, as eleições autárquicas de Dezembro estiveram em foco. Das principais conclusões a que chegou o Executivo da DORAA aqui deixamos, especialmente para os nossos leitores do arquipélago, um breve apontamento.

Mais competência

Dignificar e desgovernamentalizar o Poder Local na Região são objectivos essenciais, que só serão conseguidos se se conseguir reforçar, nos órgãos autárquicos, as posições dos que pretendem realmente introduzir processos mais democráticos e instituir práticas marcadas por maior competência — salientam os comunistas dos Açores, que acrescentam:

A acção da CDU nas Assembleias Municipais, nas Assembleias e Juntas de Freguesia onde está representada é demonstrativa do esforço democrático e da competência efectiva própria daqueles que mantêm uma forte ligação às populações e aos problemas.

Inversamente a gestão municipal e a participação autárquica do PSD é marcada pelo partidarismo, pelo autoritarismo e, na maior parte dos casos, pela incompetência.

Os objectivos eleitorais da CDU

Também no que respeita ao PS a gestão produzida nos 4 municípios a que já presidiu é, em geral, de grande pobreza e falta de criatividade e a acção dos seus eleitos é, também em geral, pouco combativa, pouco assídua, e, quase sempre, de cédência ao PSD e aos seus processos, aponta a Comissão Executiva da DORAA, que sublinha serem, assim, de grande importância regional os objectivos já definidos pela CDU para as eleições autárquicas de Dezembro próximo e que se sintetizam assim:

- **Atingir a maioria em diversos órgãos autárquicos;**
- **Eleger vereadores no maior número possível de Câmaras;**
- **Aumentar a presença nas Assembleias Municipais onde já está representada e adquirir representação naquelas onde ainda não está;**
- **Elevar o número de representantes nas Assembleias de Freguesia.**

Para que haja mais democracia, mais verdade e mais eficácia no Poder Local nos Açores terá que ser mais forte a presença da CDU, observa o Executivo da DORAA.

Por isso a CDU, conforme já decidiu, concorrerá a todos os órgãos municipais e ao maior número de freguesias possível e organizará listas com grande abertura política, privilegiando a competência e a capacidade de diálogo democrático dos candidatos.

Estando em curso a preparação das listas, a Organização Regional

do PCP bem como todos os restantes activistas da CDU, desenvolverão todos os esforços para que deste processo resulte a criação de condições para um amplo reforço das posições da CDU.

Conjugação de esforços

Não recusando nunca, antes promovendo, a conjugação dos esforços entre democratas, o Executivo da DORAA lamenta uma vez mais a falta de vontade do PS-Açores em proceder, tal como o PCP propôs, a um exame conjunto da situação com vista à realização de coligações onde fosse possível derrotar o PSD, e declara-se uma vez mais disponível para examinar possibilidades de conjugação de esforços com todos os sectores e personalidades que não tenham uma visão hegemónica da actividade política.

Universidade

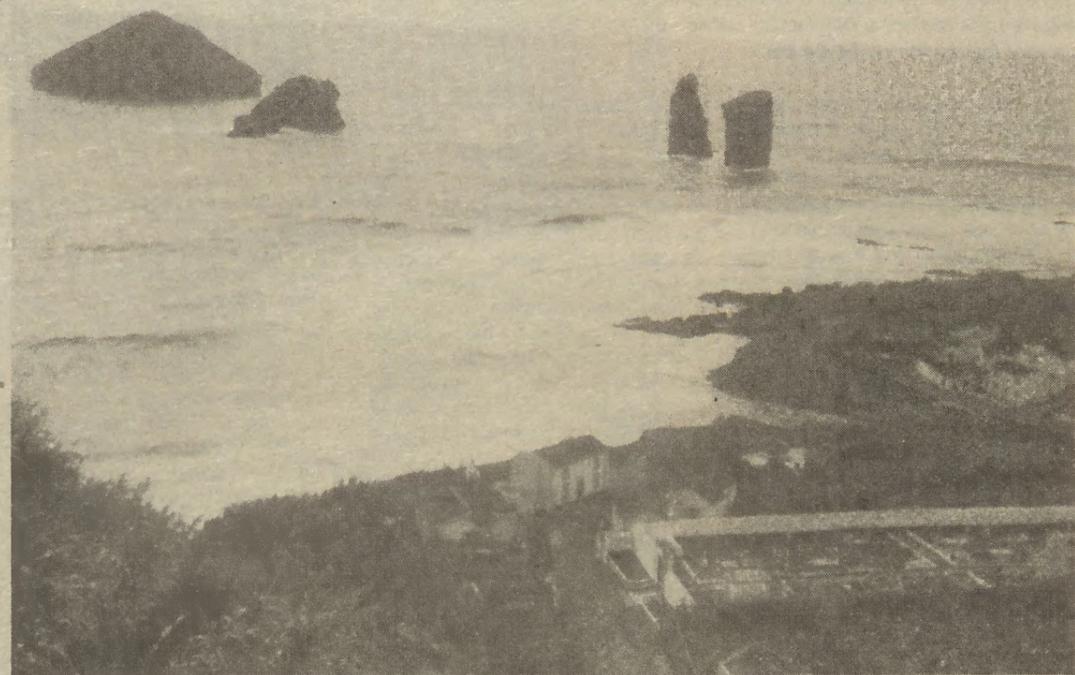
A Comissão Executiva da DORAA, após examinar a forma como decorreu a recente Presidência Aberta, realizada na Região pelo Presidente da República, concluiu que tal iniciativa **contribuiu fortemente para a consolidação, no quadro da unidade da Nação a que nos orgulhamos de pertencer, do sistema autonómico que a Constituição consagra.**

Ao apreciar os efeitos destruídos, na Ilha Graciosa, dos recentes fenómenos sísmicos que se vêm desenvolvendo, a DORAA do PCP entende ser necessário reclamar do Governo Regional maior celeridade e pontidão nas respostas a dar, por forma a que de imediato se inicie a recuperação dos fogos arruinados

A Comissão Executiva da DORAA manifesta uma vez mais a sua total disponibilidade no sentido de contribuir para que sejam aprovadas medidas de carácter excepcional que permitam a rápida construção do edifício principal da Universidade dos Açores e a reconstituição, tanto quanto seja possível, dos espólios destruídos.

A importância que a Universidade, potencialmente tem para a Região exige medidas urgentes e transparentes. Neste sentido o Executivo da DORAA reclama do Governo Regional uma informação detalhada sobre as medidas eventualmente já decididas. Ao apreciar a actividade do Governo Regional, os comunistas sublinham a forte inoperância governativa deste auto-intitulado «Governo de combate». Tal inoperância, que se traduziu já na demissão do Secretário da Educação Azevedo Rosa,

analisados pelo Executivo da DORAA do PCP



Os comunistas da Região Autónoma dos Açores estão a postos para as tarefas desta 2.ª parte do ano de 1989

marca profundamente a acção de um Governo incapaz de fazer frente às grandes questões regionais.

Emigração

Assume foros de grande escândalo governativo o facto de, nove meses decorridos sobre a posse do Governo, não terem ainda sido nomeadas as chefias intermédias da Secretaria das Obras Públicas e estarem as Direcções de Serviço e Divisão dessa Secretaria em situação de extinção, declara a Comissão Executiva da DORAA. Entretanto, é referido que o PCP se opõe com todo o vigor à propalada intensão de ser criada, como figura «política», o cargo de **Delegado de Ilha da Secretaria das Obras Públicas.** Tal solução, a ser adoptada, para além de constituir um insulto aos técnicos de carreira, significaria mais um passo inadmissível na partidarização da estrutura e da acção governativa.

O Executivo da DORAA, após discutir e apreciar a situação social, conclui ser de grande gravidade o incremento actual da emigração, principalmente aquela que se processa ou de forma temporária, ou recorrendo a expedientes distantes dos processos normais. Tal situação, acrescenta, resulta exclusivamente do agravamento do custo e condições de vida, da incerteza que paira sobre a economia regional, da inexistência de saídas para a juventude e consequentemente da necessidade que os açorianos sentem de ir a outras terras em busca dos meios de subsistência que a política do PSD lhes sonega na Região.

A Comissão Executiva da DORAA ao sublinhar perante a opinião pública a gravidade desta questão sublinha também ser de extrema urgência a adopção, no plano de economia e das políticas sociais, de medidas claramente viradas para a defesa dos interesses da maioria dos cidadãos

Produção

No que respeita à situação económica, os comunistas sublinham uma vez mais a incerteza que paira sobre o sector agro-pecuário, fundamentalmente no que respeita à capacidade de colocação, após 92, da produção regional e reclama actuações concretas que possibilitem o aumento da produção e da produtividade, a par da assumpção de compromissos, no quadro da CEE, que garantam, a preços compensadores, a colocação dos produtos. Só assim será possível evitar um desastre económico com enormes e negativas repercussões sociais.

O Executivo da DORAA estranha a actuação de empresas conservadoras que recusam receber peixe em determinados dias da semana (fim-de-semana) lembrando que, sendo os pescadores remunerados à soldada, isto é, em função do volume de capturas, tal medida tem como reflexo imediato a redução do rendimento dos trabalhadores. Aquele organismo de direcção do PCP estranha mesmo que tendo já o Governo Regional introduzido no sector das pescas, por via de incentivos à renovação da frota, da construção da rede de frio e dos incentivos à indústria, muitos milhões de contos do Orçamento Regional, não intervenha agora no sentido de garantir que da utilização desses recursos, resulte um claro esforço no sentido de ser aumentado o volume de capturas de peixe e melhorados os rendimentos dos trabalhadores.

4.ª Legislatura

A Comissão Executiva da DORAA, após analisar a actividade desenvolvida pela Representação Parlamentar do PCP na Assembleia Regional, congratulou-se com a forma

empenhada, combativa e competente como esse trabalho tem sido desenvolvido, apreciou o estado de preparação de diversas iniciativas legislativas que a seu tempo serão anunciadas e decidiu promover a partir de Novembro próximo a edição de nova série do Boletim «Panorama — o PCP na Assembleia Regional», série essa que se inicia logo após a publicação em Outubro de um balanço da actividade do primeiro ano de trabalho da Representação do PCP na 4.ª Legislatura.

Juventude

O Executivo da DORAA estudou também a próxima realização de visitas oficiais do deputado do PCP às ilhas do Pico, Graciosa e Corvo, visitas essas que se iniciarão a 26 de Julho com programas detalhados que serão divulgados oportunamente, e resolveu apoiar a realização no último trimestre deste ano, em data a marcar, de um Encontro Regional da Juventude da CDU/Açores com a Representação Parlamentar do PCP.

Tal Encontro destinar-se-á a apreciar as problemáticas juvenis e a preparar iniciativas que serão levadas à Assembleia Regional pelo deputado do PCP. Finalmente, a Comissão Executiva da DORAA resolveu também propor, no âmbito da CDU, a realização em 1 e 2 de Setembro próximo, de uma reunião dos Coordenadores das Comissões Sectoriais da CDU, com vista a ser iniciada a preparação da discussão do Orçamento para 1990 e preparada a colaboração a dar pela CDU/Açores na execução do Compromisso dos Deputados Europeus eleitos pela CDU em relação ao arquipélago.

Foi convocada para 16 e 17 de Setembro uma reunião plenária da DORAA, que se realizará em Ponta Delgada. ■

O bicentenário da Revolução Francesa

As celebrações do bicentenário da Revolução Francesa estão na ordem do dia. Muito para além dos aspectos insólitos de que se revestiram as comemorações oficiais do 14 de Julho — data da tomada da Bastilha —, a oscilar entre o burlesco faustoso e a falta de rigor histórico, muito para além, dizíamos, em causa está o debate de ideias sobre o que foi a Revolução, o seu significado e sobretudo a sua herança para as gerações vindouras. Não faltam por aí leituras e interpretações cujo objectivo é o de esvaziar a Revolução dos seus ideais, a apropriação dos seus valores para os desvirtuar, o silenciamento parcial da própria História para melhor a colocar ao serviço de objectivos antagónicos aos que lhe deram razão de ser.

A análise histórica de uma realidade como a Revolução Francesa não passa evidentemente ao lado da luta ideológica e da luta política e naturalmente que em torno dela se reacende nas circunstâncias criadas por comemorações que hoje se integram nas complexas realidades ideológicas e políticas europeias e mundiais deste final do século XX. As comemorações do Bicentenário não têm assim sido exclusivamente — e nem sequer essencialmente — um folclore festivo e comemorativo de maior ou menor dimensão cultural, mas o quadro de uma intensa batalha de ideias. Em causa está a própria essência do carácter revolucionário das jornadas de há dois séculos, o seu significado, as lições a extrair delas. Desenterraram-se os escritos de velhos e jurados críticos da Revolução, como é nomeadamente o caso da renovada atenção concedida às posições ultraconservadoras de Burke, e conhecemos uma particular vogas as revisões encetadas na Grã-Bretanha, nomeadamente por Alfred Cob-

ban e posteriormente desenvolvidas em França. Naturalmente, é na própria pátria da Revolução que a polémica adquiriu maior intensidade, com um invulgar destaque concedido pelos meios de comunicação social ao debate e a alguns dos seus protagonistas. É o caso nomeadamente de François Furet, transformado pelos *media* franceses num «historiador *superstar*» e cuja frase «A Revolução Francesa terminou» adquiriu foros de verdadeiro programa ideológico e científico... Por cá não se deixam de fazer sentir os ecos da questão e as grandes alterações... João Carlos Espada no «Expresso» inicia a sua entrevista à historiadora Mona Ozouf, co-autora com Furet de um polémico «Dicionário Crítico da Revolução Francesa», com uma esclarecedora introdução: «Há uma ruptura na historiografia académica da Revolução Francesa que foi feita por si e por François Furet, talvez no sentido já antes

apontado por investigadores anglo-americanos». Naturalmente que esta atenção não é ideologicamente neutra e o texto que hoje inicia uma série de documentos dedicados ao Bicentenário a publicar nas páginas do «Avante!» torna-se particularmente esclarecedor. Trata-se de uma entrevista concedida pelo historiador francês Claude Mazauric ao semanário «Révolution». A entrevista tem o particular interesse de apresentar uma combativa interpretação das teorias de que François Furet é um expoente, bem como da própria evolução que o programa oficial das comemorações em França sofreu após a nomeação por François Mitterrand de Jean-Noël Jeanneney, um *tecnocrata* da área do Partido Socialista, como presidente das comemorações, em substituição de Edgar Faure, entretanto falecido.

A ideia do consenso
...Trata-se (a celebração oficial) de uma grande jogada ideológica, consensual. Actualmente, alguns, como Rocard, até dizem que se poderia fazer a economia da Revolução. Nota-se uma espécie de deslize desde 1983. Claude Mazauric — A ideia de consenso existe desde o princípio. Encontramo-la em Edgar Faure. Houve desde sempre a ideia de reunir um consenso em torno dum herança média que, ao fim e ao cabo, seria o fundamento do «social-liberalismo» ou «republicanismo moderado» à escala social-democrata. O consenso desempenhou a sua ideia-chave. Mas essa ideia evoluiu. Edgar Faure tinha introduzido Valmy e 1792. Era uma falha no consenso

porque dava crédito à ideia de que a Revolução abalaria todas as potências aristocráticas da Europa. Não se fala da Europa da mesma maneira quando se fala a pensar que toda a Europa das Luzes está reunida num espírito de transformação e de progresso e quando se fala através de Valmy que expôs uma confrontação aberta entre a via revolucionária francesa e o reformismo dos princípios do absolutismo esclarecido. Por outro lado acrescentou-se novas personagens que afastam um pouco o consenso: Toussaint Louverture, o homem da abolição da escravatura, da luta dos escravos pelos seus direitos, e que Bonaparte fará morrer na prisão após o restabelecimento da escravatura em 1802; o padre Grégoire, convencional, que apoiou o Comité de saúde pública. Entretanto outros foram excluídos da celebração oficial... Claude Mazauric — Contra toda a tradição jauresiana, excluíram Robespierre, por exemplo. Eis uma das jogadas principais do bicentenário. Se se o elimina, há inequivocamente uma escolha ideológica e essa escolha que joga a favor dum consenso duzentos anos depois, contribui para desvalorizar o grande movimento de transformação que era a Revolução francesa, e contribui portanto para a sua incompreensão. Pode aceitar-se que Robespierre seja afastado quando deve ser considerado como uma das figuras centrais da Revolução, tal como Sieyès ou Mirabeau? Todos participaram no movimento da sociedade francesa. Portanto não se pode eliminar nenhum. O que é escandaloso, é que se afaste Robespierre. Podemos interrogar-nos sobre o significado que os poderes públicos querem dar à evocação de 1789. Quais são então os objectivos do bicentenário? Claude Mazauric — Em primeiro lugar são de carácter político. Há duzentos anos, a França fez uma escolha, uma escolha revolucionária. Isso ainda tem algum significado? É evidente que os que têm uma visão depreciativa de 1789 querem invadirla a hipótese revolucionária. Coloca-se então um objectivo ideológico: tem um povo o direito de mudar a sua Constituição? Não apenas as suas instituições políticas mas a Constituição, ou seja, a própria natureza das relações do Estado com a sociedade e a própria natureza das relações sociais para promover outros valores. É uma grande questão, que leva longe. Percebe-se que uma visão consensual tem como objectivo esvaziar a ideia de que a mudança é algo não apenas possível, legítimo, mas, no caso presente, necessário. Há enfim objectivos culturais con-

sideráveis. A Revolução de 1789 ocupa um lugar de tal forma importante na cultura nacional que quando é subestimada ou esvaziada, desfigura a nossa cultura, torna-incompreensível. Como se pode compreender a literatura, a música, a pintura do século XIX sem voltar a esse momento essencial de recomposição de todas as formas de criação com a responsabilização do traumatismo que constitui a Revolução francesa? Não se pode compreender nada nas Memórias de além-túmulo de Chateaubriand se se esconde a única coisa em que ele pensou constantemente. Este escritor que combateu com todas as forças a Revolução atravessou-a de uma ponta à outra. Fascinado. Não se pode tão pouco ignorar o peso de 1789 nos ideais socialistas, comunistas. Limitar a Revolução a aspectos políticos ou institucionais, é golpear o que há de vivo na nossa cultura desde há dois séculos e que se vê, por exemplo, no cinema da Frente Popular. Não há portanto consenso sobre a Revolução francesa? Claude Mazauric — É completamente secundário pretender limitar o consenso a uma adesão à forma republicana do Estado que se impõe actualmente porque tem mais de um século de existência. Na Revolução francesa há uma grande mensagem sobre a igualdade. Será que toda a gente em França, hoje, está de acordo para um progresso significativo no que respeita à igualdade dos direitos sociais? Sobre a subordinação dos interesses privados do capital aos interesses gerais da sociedade? É claro que não! As ideias mais avançadas da Revolução francesa conservam a energia democrática que divide as opiniões. Isso vê-se em torno das figuras simbólicas; nomeadamente Robespierre. Não há na sociedade francesa consenso sobre 1789. Se se encontrou quatro palavras para falar dela («celebração», «comemoração», «rememoração», «evocação»), é precisamente porque a própria Coisa aviva os seus objectivos. Disputa-se a herança da Revolução francesa para valorizar seja a sua dimensão progressista, seja um resultado alcançado sob o olhar conservador.

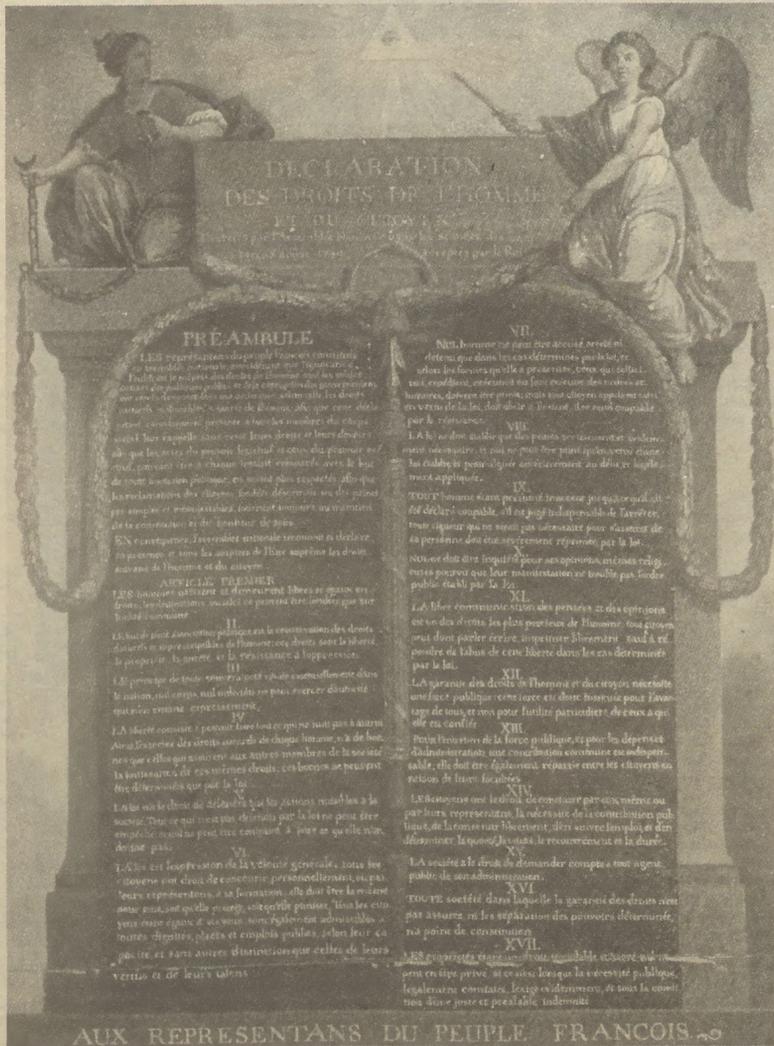
Uma visão conservadora
A designação oficial dum historiador, que alguns querem oficial — François Furet — incluiu-se numa visão conservadora? Claude Mazauric — Devo esclarecer que não desejo entrar em polémica pessoal com François Furet. Aliás, nunca me comparei com ele. Tive, há vinte e três anos, um vivo

confronto com um homem que, de resto, admiro bastante, intelectualmente. Não tenho nenhum interesse pessoal em o atacar ou defender. As minhas apreciações visam as suas ideias, não a sua pessoa. Nunca negligenciarei o pensamento de François Furet. Em 1965, fiz a crítica do seu livro. Não se deve por isso limitar a minha apreciação das suas teses a uma opinião casual e descuidada. Acho que o que ele faz é sempre importante. Quero por isso precisar três coisas a seu respeito. Apresenta-se François Furet como o melhor historiador da Revolução. Ele foi promovido assim pelos seus editores, pelos meios de comunicação. Nunca antes em França se tinha visto no mundo dos historiadores formar-se uma espécie de Top 50. Assinalo que em «Apostrofes» ele manifestou um certo agastamento; o que o dignifica. Mas essa irritação não foi ao ponto de desautorizar as campanhas de promoção. O que quer dizer: «o maior historiador da Revolução»? É o que publicou mais livros? De maneira nenhuma, Jacques Godechot ou Michel Vovelle escreveram infinitamente mais páginas. Cada uma das teses de historiadores universitários como Guy Le Marchand ou Antoine Casanova têm mais peso do que o conjunto da obra de François Furet. Ser «o maior» pode ser entendido no plano da imaginação criativa, da apresentação de novas fontes. Ora, com François Furet, não há nada disso. Uma das características da sua obra é que ele nunca apresentou uma fonte nova. No seu Dicionário, não há um único artigo que faça referência às fontes (arquivos, publicações contemporâneas da Revolu-

ção francesa...). Ele trabalha essencialmente na historiografia. As suas referências são colhidas junto dos historiadores da Revolução ou dos filósofos da história (Toqueville, Cochlin, Michelet...). Ninguém pode afirmar que François Furet modificou o nosso olhar sobre a Revolução através da contribuição de novas fontes que nos obrigaram a modificar a nossa apreciação. Ser «o melhor historiador da Revolução francesa» pode então entender-se dum terceira forma: está aquele cujos conceitos transformaram a nossa maneira de ver. Pessoalmente não consigo saber qual é a posição exacta de François Furet sobre 1789 após ter lido os seus trabalhos. Contudo, ele desenvolveu várias teses? Claude Mazauric — Em 1965, ele desenvolveu a tese da «derrapagem», quer dizer a tese de uma boa revolução, seguida de uma revolução popular que a teria levado a cair no Terror. Ora, em «Apostrofes», ele rejeita explicitamente esta tese. Além disso, no *Unita*, volta à questão para dizer que, desde 1789, a Revolução é complexa, que tudo o que nela se descobre sofre a cada momento desenvolvimentos diferentes, mas que tudo está já reunido no grande movimento de radicalização revolucionária. Ele rejeita portanto hoje a tese da derrapagem que fez a sua glória. Em 1973, baseando-se em Toqueville, explica que a Revolução francesa não tem origem, não tem as suas causas no Antigo Regime. Reproduziu esta análise recentemente dizendo que as origens são «enigmáticas». Ele qualifica esta experiência revolucionária — que consi-

dera também filosófica — de movimento fundador da democracia política que vai levar um século a implantar-se. A Revolução torna-se a partir de então um acontecimento importante. E no entanto, em 1973, ele falava de acontecimento secundário, de «fantasma originário». Poderia continuar a falar das contradições do discurso de François Furet: do babuismo, escreve em 1965 que não passa de uma aventura judicial, sem importância. Actualmente, aumenta desmesuradamente a herança do babuismo através de Buonarrotti — que apresenta como herdeiro do jacobinismo, do robespierrismo e graças ao qual o movimento operário, socialista e comunista retomou os ideais de 1789. Já nada de «derrapagem» portanto, nem de «fantasma originário», mas um grande movimento fundador da democracia política. A última tese de François Furet é a de que a Revolução francesa criou as bases da democracia política de forma tão radical que foi necessário um século para «digerir» o acontecimento. Numerosos países têm hoje uma democracia política de tipo burguês e todavia não houve um tal confronto de ideias sobre 1789. Toma-se portanto necessário pôr a questão do que é que faz a originalidade da Revolução francesa.

A ideologia dominante
Que interesse tem então François Furet tendo em conta a sua reduzida contribuição histórica? Claude Mazauric — Os conceitos de François Furet têm variado constantemente. Eu diria que ele é o



A declaração universal dos Direitos do Homem, de 26 de Agosto de 1789

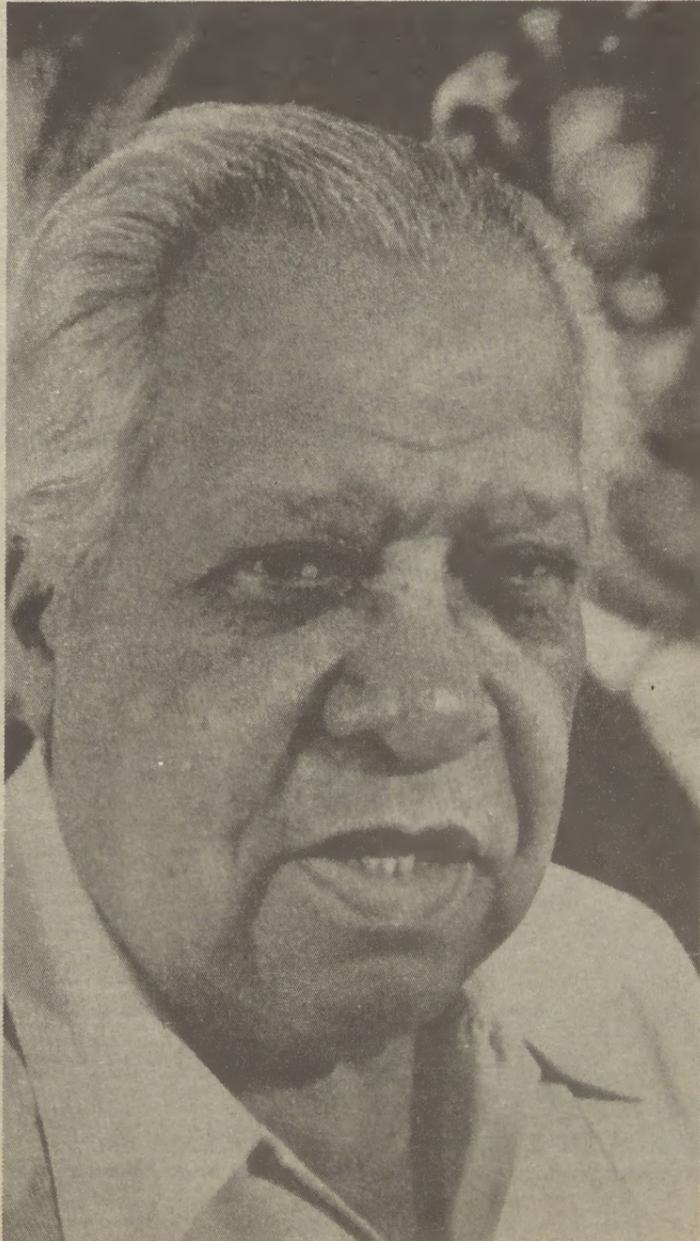


14 de Julho de 1789 — A Tomada da Bastilha, símbolo da monarquia

Duas vozes da Liberdade

Nicolas Guillen

Nicolas Guillen, poeta nacional de Cuba, morreu no passado domingo após prolongada doença. Nascido em 1902, Guillen era membro do Comité Central do Partido Comunista de Cuba, país a que regressou após o triunfo da Revolução, vindo de um exílio que o levou a Paris, Buenos Aires e Cidade do México. Guillen estudou Direito na Universidade de Havana antes de iniciar a sua carreira literária em 1922, foi correspondente da revista «Mediodía» durante a Guerra Civil de Espanha e participou neste país no Segundo Congresso Internacional Antifascista de Escritores pela Defesa da Cultura. Em 1983 Guillen foi distinguido com o Prémio Nacional de Literatura Cubana. Gravemente atingido pela doença de Parkinson, Nicolas Guillen veio a morrer após a amputação da perna esquerda em consequência de complicações pós-operatórias, no domingo passado.



Viva Guillen

Corria o ano de 1975. Lisboa era então um centro de atracção das mais diversas personalidades que queriam de perto contactar com essa experiência única que foi a Revolução dos Cravos.

Nicolas Guillen não foi excepção. Contemporâneo da Guerra Civil de Espanha, de André Malraux, Hemingway, Pablo Neruda e Aragon, Guillen não podia escapar ao sortilégio da Revolução de Abril.

Conheci-o num dia de céu azul e muito calor, no seu traje claro a contrastar com a pele escura.

Lembro-me dele grande e gordo, sereno e reconfortante como o pão quente numa manhã de Inverno. Como a sua poesia, descoberta numa noite que correu célere pela madrugada no prazer das palavras plenas de significado.

Lembro-me dele como de quem se quer bem, longe da vista, mas nunca do coração.

Lisboa estava linda naquele dia, com a Revolução a respirar-se nos ares e as palavras de Guillen nos ouvidos — que bela é a juventude que generosa se dá ao seu povo —, uma forma linda de dizer futuro.

Dizem-me que morreu domingo passado. Contava 87 anos. Não acredito.

Nos livros que ocupam na estante um lugar de destaque Guillen nunca foi — nem será — uma visita, quanto mais uma memória. Está no lugar dos amigos e como os amigos, sempre à mão.

Quemaste la madrugada
com fuego de tu guitarra.
Zumo de caña en lá jácara
de tu carne prieta e viva,
bajo luna muerta y blanca.
El son te alió redondo
y mulato, com un níspero.

A morte não faz sentido quando se viveu tão plenamente como Guil-

len, quando se fez das palavras a suprema arte de dizer «presente» em nome de tudo quanto na vida vale a pena.

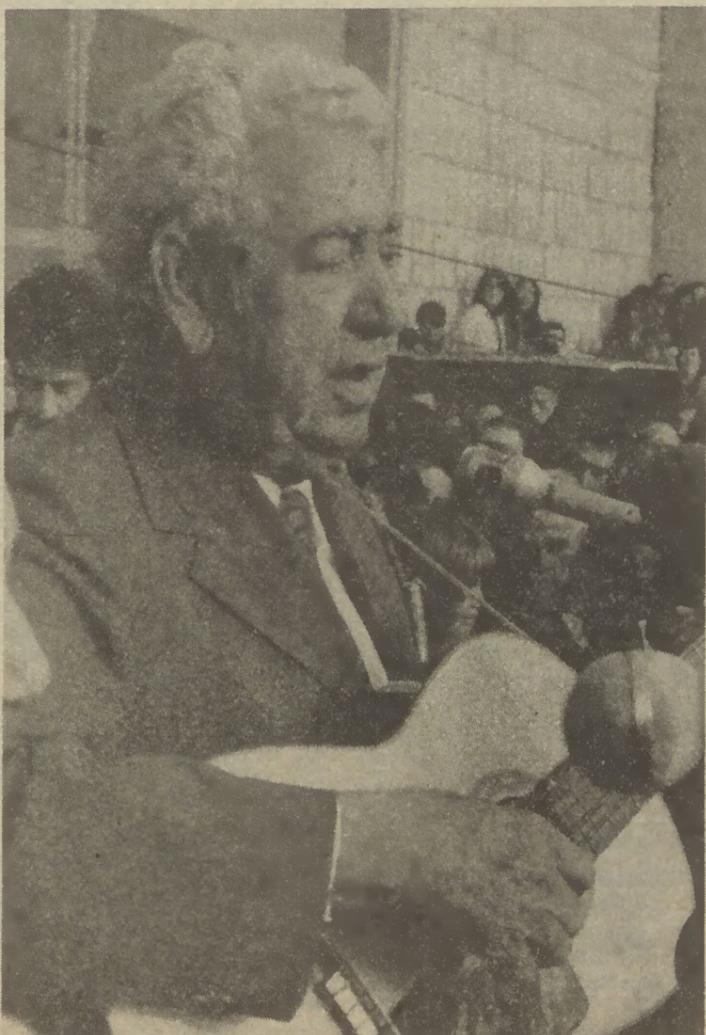
Dizer agora que foi comunista, cidadão do mundo, louvado pela sua arte, é sempre dizer pouco do muito que foi a vida de quem tão plenamente esteve vivo que se prolonga para além da morte.

É desconhecer esse homem que para seu próprio epitáfio escolheu: «Aqui estou; lamento tê-los feito esperar tanto tempo.»

Com o mesmo bom humor com que um dia me disse em Lisboa «que bela é a juventude...», imaginando os cravos que um dia floriram nos canos das espingardas.

Nicolas Guillen morreu.
Viva Guillen.

■ A.F.



Carlos Puebla

Com a morte de Carlos Puebla, aos 72, em Havana, desaparece um dos símbolos da canção revolucionária da segunda metade deste século.

Nascido no seio de uma família pobre, em Manzanillo, na zona Este de Cuba, Puebla afirmou-se, desde cedo como um intérprete de grandes recursos, procurando nas canções que compunha a fusão entre um património tradicional de que se sentia herdeiro e as tendências musicais que se afirmaram na América Central no fim dos anos quarenta e na década seguinte.

É precisamente durante a década de cinquenta que Carlos Puebla se torna popular, actuando nos mais famosos restaurantes de Havana.

Acompanhando-se à viola, instrumento com o qual dizia ter nascido, Carlos Puebla não cessava de ganhar admiradores graças à sua voz melódica e grave e à beleza dos temas poéticos que punha em música.

Quando a Revolução triunfa em 1 de Janeiro de 1959, o cantor tem o seu rumo traçado e as suas opções definidas. Deixa de ser um simples intérprete musical que anima restau-

rantes e palcos, para se transformar num cantor revolucionário, dando voz ao que sabia serem os mais sentidos anseios da população do seu país.

Torna-se, deste modo, um verdadeiro embaixador de uma nova cultura. Viaja pelo mundo, popularizando temas como «Hasta Siempre, Comandante», comovente hino de despedida dedicado a Ernesto Che Guevara. Acompanha-no nessas digressões «Los Tradicionales», grupo de músicos experientes e expressivos com que actua também em Portugal no princípio de Setembro de 1976.

Ao longo da vida, Carlos Puebla estabeleceu sempre uma distinção entre «cantante» e «cantor», considerando que o primeiro possui os meios para cantar e o segundo uma causa para defender. Ele colocava-se, sem hesitações, no segundo grupo.

Em Portugal actuou em pequenos e grandes espaços, com «Los Tradicionales». Esteve em Lisboa e na zona da Reforma Agrária. E, com a sua grande simplicidade e sentido de solidariedade, não cessou de fazer amigos, designadamente entre os cantores portugueses.

Gravou mesmo um disco, com o selo da cooperativa «Toma Lá Disco», a que dava título uma canção intitulada «Adelante Portugal», composta já no nosso país e na qual manifestava o seu incondicional apoio aos ideais do 25 de Abril.

Nesse disco, verdadeira raridade nos dias de hoje, faziam coro vários cantores portugueses.

Durante anos, Carlos Puebla participou em festivais de canção política em todo o mundo, falando da Revolução no seu país. Embora se assumisse como um trovador tradicional, herdeiro de uma tradição velha de mais de um século, teve uma decisiva influência no aparecimento da «Trova Nueva», movimento musical e poético que tem em cantores como Silvio Rodriguez, Pablo Milanes, Sara Gonzalez e Noel Nicola, entre outros, os seus melhores representantes. Puebla influenciou-os mais pela sua atitude perante a cultura e o mundo do que propriamente pelas suas opções musicais.

Em Portugal deixou uma memória grata. Em Cuba um nome e uma obra que são referências de um século e de uma revolução. No mundo uma imagem de dignidade e de coerência. ■

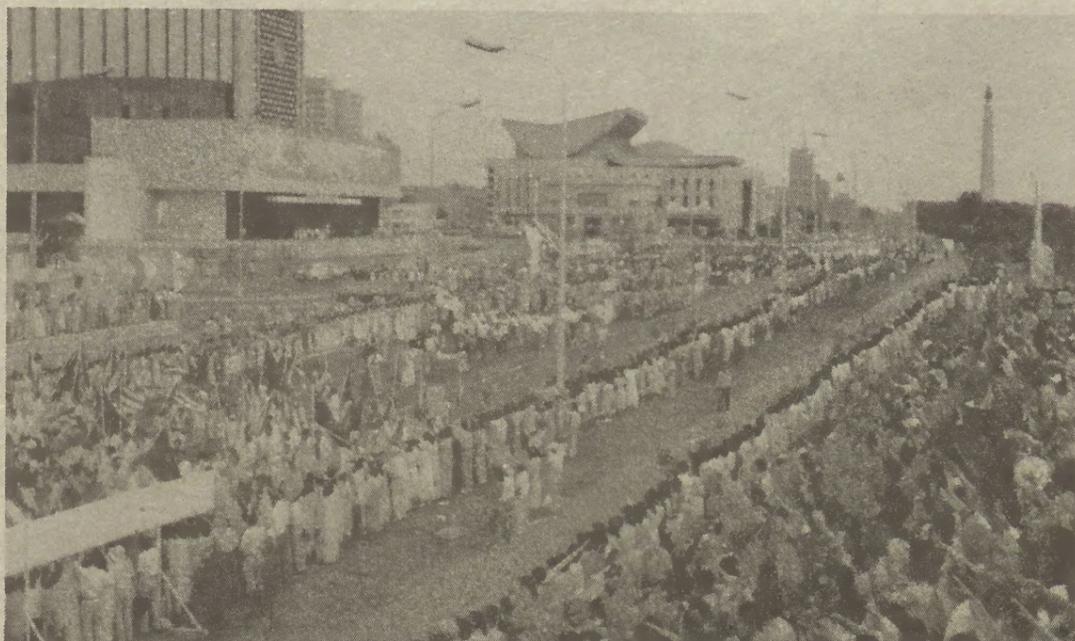
XIII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes



Com uma cerimónia tão impressionante como a de inauguração, encerrou no passado dia 8 na capital da República Popular Democrática da Coreia o XIII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, realizado sob o lema «pela solidariedade anti-imperialista, a paz e a amizade».

Neste Festival, pela primeira vez realizado na Ásia, participaram 15 mil jovens provenientes de 178 países e de Berlim Ocidental. Jovens de classes e sectores diversificados, de todas as actividades, com diferentes orientações políticas e ideológicas, com diferentes concepções culturais, com diferentes opções reli-

tas, músicos, artistas plásticos, actores, fotógrafos, jornalistas, trabalhadores, ecologistas, desportistas. Sublinhe-se a propósito que o Comité Nacional Preparatório (CNP) do XIII Festival havia declarado o seu empenhamento na formação de uma delegação activa e representativa da juventude portuguesa, progressista,



Desfile de delegações participantes no XIII Festival Mundial da Juventude e Estudantes, a caminho do Estádio «Primeiro de Maio»

da Revolução do 25 de Abril, de lutar pelos objectivos do Festival, indissociáveis da luta pelos direitos da juventude, da unidade e da melhoria da situação social dos jovens, de lutar pela igualdade de oportunidades, pelo direito ao trabalho, pela estabilidade do emprego, contra o pacote laboral, o desemprego e a precariedade do emprego. A delegação dos jovens portugueses levou a Pyongyang a afirmação da solidariedade com todos os jovens que lutam pela paz, a democracia e o progresso social, com os jovens de Timor-Leste, da África Austral, da América-Latina, do Médio-Oriente.

no centro das atenções da juventude de todo o mundo.

Tal como havia sido definido pelo Comité Internacional Preparatório na sua 4.ª reunião, os debates tiveram lugar em oito centros temáticos, abordando temas como Paz, Desarmamento, mundo livre de armas nucleares e segurança; solidariedade anti-imperialista, libertação nacional, independência, dignidade humana; desenvolvimento socioeconómico, Nova Ordem Económica Internacional, dívida externa, desarmamento para o desenvolvimento; protecção da natureza e meio-ambiente, solução dos problemas globais; direitos dos jovens, dos estudantes e das crianças; direitos da mulher; educação, ciências, novas tecnologias.

Registe-se ainda que durante o Festival teve lugar um Tribunal anti-imperialista, foruns especiais, dedicados à cooperação dos jovens e estudantes ante os desafios do terceiro milénio, sobre a situação na

Ásia e no Pacífico, e sobre a democratização das realizações internacionais e o papel da ONU.

Diversas conferências, seminários e encontros completavam a parte que pode chamar-se mais «política» deste XIII Festival.

Mas também a cultura e o desporto tiveram o seu espaço em Pyongyang. O vasto programa cultural incluiu Festivais internacionais de arte, canção política, música clássica e moderna, dança, circo, magia, cinema.

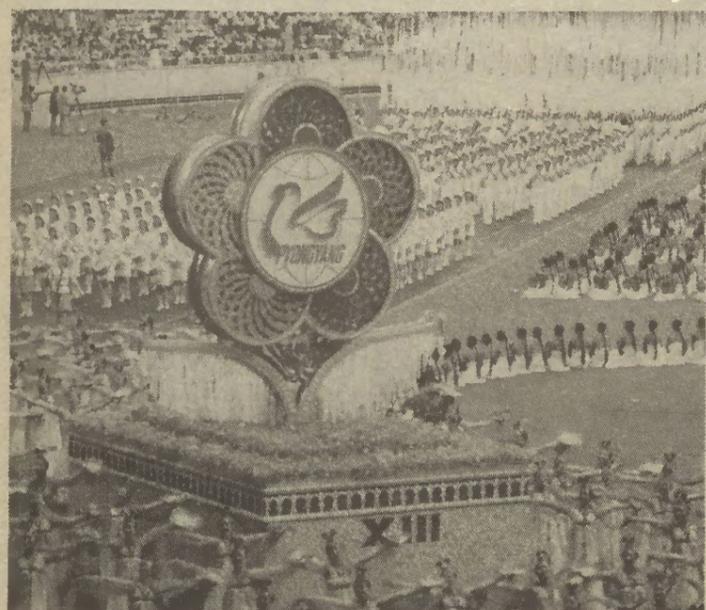
Mensagem aos jovens e estudantes

Deste vastíssimo programa de debates e outras actividades resultou um único documento político, a «Mensagem aos jovens e estudantes do Mundo», proclamada na cerimónia de encerramento. Reflectindo o tom da esmagadora maioria das intervenções dos delegados, e o carácter anti-imperialista do Festival, a «Mensagem» põe no topo das prioridades a necessidade urgente de lutar contra o imperialismo, o apartheid, o colonialismo e o neo-colonialismo, e os crimes cometidos pelo sionismo.

A mensagem destaca ainda os desafios sem conta que nos nossos dias se colocam à juventude — «a corrida aos armamentos e a ameaça constante que ela representa para a sobrevivência da humanidade, a manutenção do subdesenvolvimento e a carga insustentável da dívida externa, as agressões e violações dos direitos humanos e dos povos, a ameaça à ecologia, a fome, a subnutrição e as doenças, o analfabetismo e as discriminações da mulher».

Os jovens que de Pyongyang se dirigiram à juventude de todo o mundo, consideram que, apesar das diferenças políticas, ideológicas, filosóficas e religiosas, é possível actuar juntos «para fazer do nosso planeta um mundo de paz, desenvolvimento, justiça, liberdade, democracia, direitos humanos e dos povos, de solidariedade e amizade, onde os povos desfrutem do seu direito à independência e soberania».

Depois do encerramento, foi o adeus até ao próximo Festival, o XIV, que por vontade da jovem geração vai manter-se fiel às suas tradições de grande acção pela paz e pela solidariedade anti-imperialista. E até já há uma candidatura, forte e que recolhe vastos apoios. A candidatura da Argélia. ■



No Festival de Pyongyang participaram 15 mil jovens de 178 países e de Berlim Ocidental

giosas, contribuindo não só para o enriquecimento deste XIII Festival, mas também para o enriquecimento do Movimento dos Festivais iniciado há mais de quarenta anos.

De Portugal viajou até Pyongyang uma delegação de 120 jovens, representando organizações políticas e religiosas, estudantes, sindicais-

democrática, anti-racista e que defendesse o desanuviamento Leste-Oeste e a Paz mundial.

Assim, com base no apelo do CNP — constituído pela JCP, a JS, a JRD e a Interjovem — a delegação portuguesa levou ao XIII Festival a afirmação da sua vontade de defender os valores fundamentais

Os debates no Festival

Pode seguramente afirmar-se que, de certa forma, no decorrer do Festival foram abordados pelos participantes os temas que hoje estão



Cerimónia inaugural do XIII Festival Mundial da Juventude e Estudantes, realizado em Pyongyang, capital da República Popular Democrática da Coreia, de 1 a 8 de Julho, sob o lema «pela solidariedade anti-imperialista, a paz e a amizade»

Pontos Cardeais

Gazetilha

por Ignotus Sum



Ratazanas

Segundo o (ainda) presidente da Câmara Municipal de Setúbal, sr. Mata Cáceres, esta cidade irá entrar num indescritível estágio de desenvolvimento graças a um projecto privado que prevê a aplicação de 100 milhões de contos nos próximos 10 anos e acode ao nome de «Sapac — Silicon Valley», coisa tão moderna que até parece americana. Entre nebulosidades tecnológicas e uma concreta fábrica de adubos que o projecto diz ir instalar em Setúbal, há algo que de certeza vai falar português: a poluição. Entretanto num incidente, ocorrido no mesmo dia destas declarações num restaurante situado no Largo do Bocage, um agente da PSP viu-se forçado a abater a tiro uma gigantesca ratazana que ali se introduzira, ameaçadora e inquietante. Segundo explicou a fonte policial que deu a notícia, «como não tem havido desratização na cidade, a ratazana saiu de um esgoto e infiltrou-se no restaurante».

Com um vigor desenvolvimentista destes, é claro que a gestão de Mata Cáceres em Setúbal deve tomar medidas imediatas. Pondo, por exemplo, as ratazanas a falar inglês.

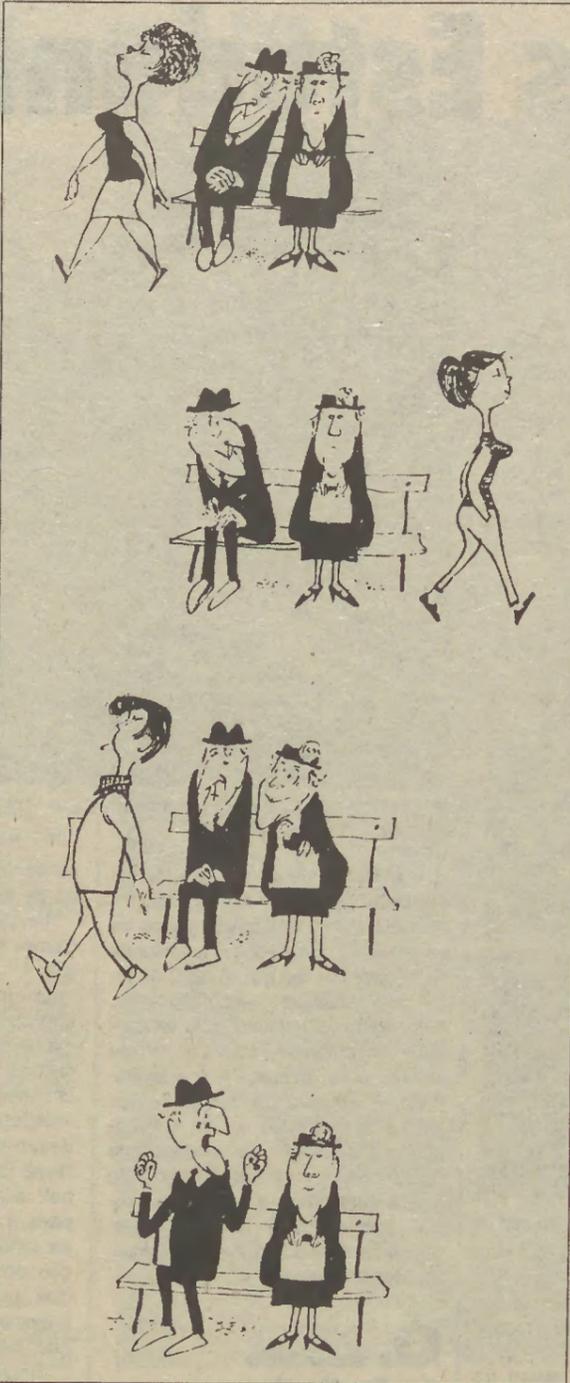
«Caroço»

João Jardim, o divagante presidente do governo

regional da Madeira, aproveitou o exemplo do seu correligionário Álvaro Barreto e desatou a pedir «caroço». Para ele, o Governo da República «empresta dinheiro a 2% de juro a Moçambique, Angola ou Guiné — países que deixaram Portugal — e aos portugueses da Madeira cobra juros de mais de 20%, como se a Madeira fosse uma mercearia que andasse a vender whisky». Não é novidade que João Jardim tem, da sua presença à frente do governo de uma Região Autónoma portuguesa, a noção colonial dum governador que oscila entre o paxá das Índias e o «coronel» sertanejo, tudo num estilo aplicadamente paroquial. A novidade está no «whisky» e com uma diferença: não é a Madeira que o vende, apesar da abundância com que João Jardim o pode beber. E com os dinheiros da República.

PEDIP's

O ministro da Indústria e Energia, Mira Amaral, afirmou há dias que as verbas afectas ao Programa Específico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa (PEDIP) não abrangerão projectos ou empresas que não «tenham possibilidades de sobreviver» no Mercado Único, evitando assim desperdiçar dinheiro necessário para apoio de



«iniciativas válidas».

Mirem-me só isto: como somos um País de marinheiros, primeiro afunda-se o navio e lança-se o pessoal ao mar. Depois há que poupar nos salva-vidas. Finalmente o resto fica, como é natural, para os tubarões.

Licenças

Parece que a concessão de licenças sem vencimento na RTP está, neste momento, a ser recusada ou, no mínimo, a ser concedida «com grande restrição». Portanto, para a RTP, a mediocridade paga-se mas não se ausenta.

Adesões

Reconhecendo, por um lado, que «a adesão de um país rico como a Áustria talvez pudesse ter vantagens relativas para o reforço da

coesão económica e social na Comunidade e beneficiar os países menos desenvolvidos como Portugal» e advertindo, por outro, que é conveniente «estudar com profundidade a eventual adesão da Áustria para saber se, na prática, ela choca com os interesses da Comunidade que tem vindo a ser construída», o ministro dos Negócios Estrangeiros português, João de Deus Pinheiro, deixou de novo toda a gente perplexa, sobretudo quem ainda espera do cargo dos Negócios Estrangeiros, senão coerência, pelo menos alguma inteligibilidade. De qualquer modo compreende-se esta aflição de Deus Pinheiro perante a hipótese levantada pela Áustria de integrar a CEE como seu 13.º membro. Armados em tiroleses já temos cá muitos, em Portugal.

Salário mínimo Descaramento máximo...

O mínimo salário nacional Cavaco o apregou na luta eleitoral. E finalmente o aumento lá chegou...

Um portento de aumento: foi de quatro por cento...

Governo às vezes cem por cem contrata. Promete e faz o dobro do que disse mas isso só se dá quando se trata da ameaça de alguma trfulhice...

Modernização?

De que ouve a gente falar mais na TV e nos jornais?

De grupos atómicos?

De grupos anatómicos?

De grupos gastronómicos?

Até mesmo — vamos lá! — de grupos cómicos?

Pois não senhor. Com ar sisudo falam só, a propósito de tudo em «grupos económicos».

O quê!, pois querem que o povo português «vá em grupos» outra vez?...

Invasão estrangeira

O cheiro do dinheiro avança por aqui e por ali. No mundo industrial na agricultura aumenta o capital estrangeiral — e era uma vez o capital português...

Alguns «levou» Cavaco — alguns, a quem benesses prometeu mas tudo come o Capital estrangeiral e se um empresário português acha isto bem ou está louco — ou estou eu...

Mais um nas malhas

Isto é demais.

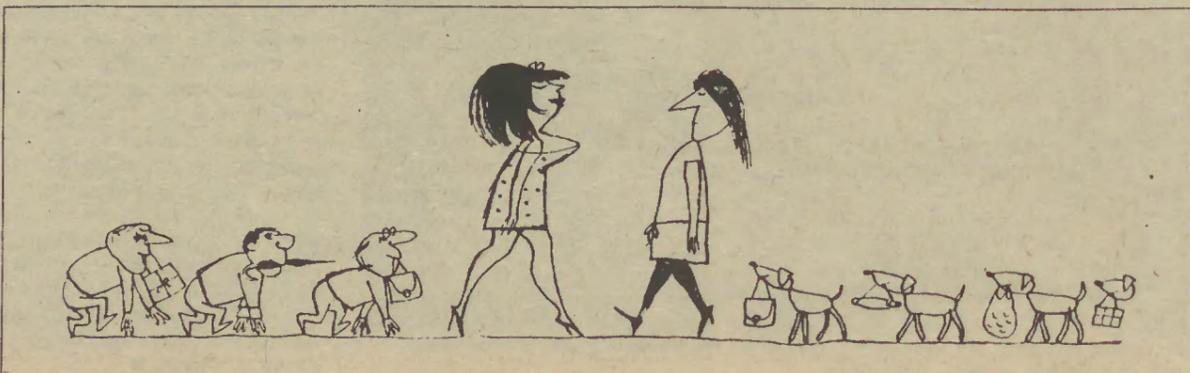
Até nos tribunais governo de Cavaco já de espeto desanima.

Agora é o Barreto com um processo em cima...

Deu as reservas a quem não devia. Julgou que tinha o poder de rei. Estava contra ele a própria lei — lei era coisa que ele não cumpria...

Não são meros inventos: casos tais vão acima de quinhentos...

Uma simples pergunta se perfilha no vendaval desfeito: — Isto é um Estado de Direito ou um estado... de quadrilha?...



Agenda

Avante!

Ano 59 — Série VII

N.º 812

20 de Julho de 1989

4.º Caderno

Não pode ser vendido separadamente



TOMAR
A INICIATIVA
*de construir a
Festa*

OLL

Realiza-se amanhã às 19.30 no Centro de Trabalho Vitória uma reunião do Comité Local de Lisboa com organismos de Direcção. As eleições autárquicas são o ponto único da ordem de trabalhos.

Com a mesma ordem de trabalhos terá lugar no CT de Arroios, às 21.30 da próxima quarta-feira, um plenário da 4.ª Zona, no qual participará o camarada Francisco Lopes.

JCP Leiria

Em Peniche — no Forte — realiza-se no próximo sábado, a partir das 15.30, um Encontro Distrital da JCP para discussão das próximas eleições autárquicas e tarefas decorrentes para os jovens comunistas de Leiria.

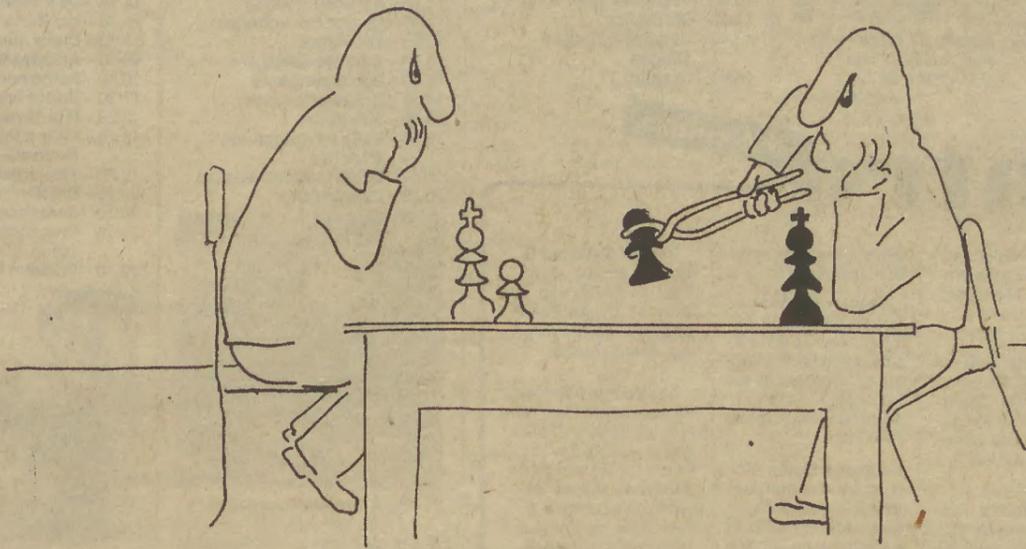
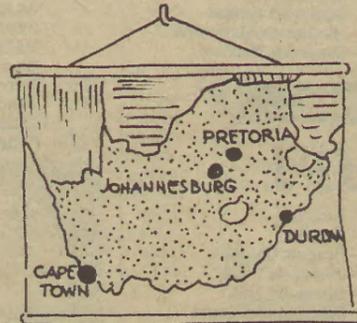
Alcácer do Sal Festa dos Cravos Vermelhos

Sábado no Barracão a partir das 14.00.

Torneio de Futebol de 11 às 16.00.

Música popular portuguesa com o conjunto Seara Nova, de Pias, às 21.00.

Baile com Domingos Balderas e Luís Fernando a partir das 23.00.



T. OZANIC

INFANTADO

TV O Programa

Quinta ²⁰

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Brega e Chique (168.º epis.)
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.40 - Um Anjo na Terra
- 14.15 - Desconhecidos (4.º epis.)
- 14.40 - Os Anos que Contam
- 15.05 - Júlio Iglésias
- 16.00 - América Selvagem
- 16.30 - Ponto por Ponto
- 17.25 - Brinca Brincando
- 18.20 - P'ra Variar
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.20 - Sassaricando (87.º epis.)



- 21.15 - À Conquista da Última Fronteira (4.º e últ. epis.)
- 22.15 - Programa musical
- 23.15 - Portugal está a Mudar (2.º prog.)
- 23.45 - 24 Horas
- 00.15 - Remate

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - O Grande Sertão: Veredas (repetição, 15.º epis.)
- 16.30 - Lá em Casa Tudo Bem
- 16.55 - Sinhá Moça (103.º epis.)
- 17.30 - Trinta Minutos Com...
- 18.00 - TV 101 (11.º epis.)
- 19.00 - Music Box
- 19.55 - Os Intocáveis
- 20.45 - Cem Grandes Quadros
- 21.00 - Jornal das Nove



- 21.30 - Maude
- 21.55 - Sinais do Tempo
- 22.55 - Hitchcock Apresenta...
- 23.30 - Magazine Musical

Sexta ²¹

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Brega e Chique
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Gloss (6.º epis.)
- 14.25 - Imagem e Imagens
- 15.05 - Tears for Fears
- 16.05 - América Selvagem
- 16.30 - Ponto por Ponto
- 17.20 - Brinca Brincando
- 17.55 - P'ra Variar
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico

• LISBOA

**Casa dos Tabuen-
ses**, Rua dos Poiais de
S. Bento, 75. De 4.ª a
sáb. às 21.30, dom. às
16.00. **Um Demónio
na Vitrine**, de Fialho de
Almeida, dramat. Man-
uel João Gomes, enc.
Silvina Pereira, pelo
Teatro Maizum (até
30/7).

Comuna — Café-
Teatro, Praça de Es-
panha. Sáb., 22.00.

Festival da Otite, tex-
tos Carlos Paulo, encen.
João Mota (até 29/7).

Ritz Club, Rua da
Glória, 57. De 3.ª a
dom. às 22.00. **Comu-
nidade**, de Luiz Pacheco,
encen. José Carre-
tas (até fim de Julho).

Teatro Aberto, Pra-
ça de Espanha. De 3.ª a
sáb. às 21.30, dom. às
16.00. **A Marmitta de
Papim**, de Clara Pinto

Correia, enc. Fernando
Gomes (até 30/7).

Teatro da Graça,
Trav. S. Vicente, 11. De
3.ª a sáb. às 21.00,
dom. às 16.00. **O Filho
do Ar**, sobre textos de
Cocteau/Tchekov/O-
'Neill, encen. Carlos
Fernando.

**Teatro Maria Ma-
tos**, Av. Frei Miguel
Contreiras. De 3.ª a 6.ª
às 21.30; sáb. às 20.30
e 23.00; dom. às 16 e
21.30. **Quem Tramou
o Comendador**.

**Teatro Nacional D.
Maria II**, Rossio. De 3.ª
a 6.ª às 21.30, sáb. e
dom. às 16. **As Sabi-
chonas**, de Molière,
enc. Ruy de Matos.

Teatro Variedades,
Parque Mayer. De 3.ª a
dom. às 20.30 e 22.45,
dom. também às
16.00. **A Prova dos
Números Novos**, re-
vista de H. Santana, F.
Nicholson, A. Fraga e
Nazareth Fernandes,
enc. Maria Helena
Matos.



- 20.20 - Sassaricando
- 21.15 - Telemundo
- 21.45 - Jogos sem Fronteiras
- 23.15 - 24 Horas
- *23.45 - Remate



- 00.15 - Pela Noite Dentro - «Noite de Coragem», real. Elliot Silverstein (telefilme, EUA/1987, 96 min.)

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora, Escolha
- 16.55 - Sinhá Moça
- 17.30 - Trinta Minutos Com...
- 18.00 - A Aventura do Impossível (4.º epis.)
- 19.00 - Haja Música
- 19.55 - Os Intocáveis
- 20.45 - Cem Grandes Quadros
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Um Homem dos Diabos (5.º epis.)
- 22.30 - Rumo aos Céus (9.º epis.)
- 23.20 - Entre Barreiras
- 23.50 - Rotações

Sábado ²²

RTP1

- 09.00 - Juventude e Família (Desporto e Ciência, Era uma Vez a Vida, O Safari do João Valentão, Cervos e Gamos, As Aventuras de Teddy Ruxpin, Get Smart)
- 12.05 - Trânsito
- 13.00 - Notícias
- 13.10 - Recordes Guinness
- 13.35 - Parlamento



- 14.05 - Sessão da Tarde - «Bill», real. Anthony Page (EUA/1981, 96 min.)

- 16.00 - Circo, Circo
- 17.35 - Crime, Disse Ela
- 18.20 - Vivamúsica
- 19.10 - Sete Folhas
- 19.45 - Totoloto
- 20.00 - Jornal de Sábado



- 21.35 - Recordando Ivone Silva



- 22.35 - As Noites Revolucionárias (3.º epis.)



- 23.20 - Cinema da Meia-Noite - «Os Homens de Las Vegas», real. Antonio Isasi-Isasmendi (RFA/Esp/It-Fr/1968, 118 min.)

RTP2

- 10.00 - A Malta de Bronx (11.º epis.)
- 10.45 - Vestígios (série, 4.º epis.)
- 11.45 - Via Rápida
- 12.40 - Compacto Brega e Chique
- 16.00 - Estádio

- 19.30 - Quem Sai aos Seus
- 19.55 - Music Box
- 20.50 - Elogio da Leitura
- 21.15 - A Saga do Padrinho (6.º epis.)
- 22.15 - Segredos e Mistérios
- 23.45 - Basquetebol Internacional

Domingo ²³

RTP1

- 09.00 - Juventude e Família
- 11.15 - Missa
- 12.05 - 70x7
- 12.30 - TV Rural
- 13.00 - Notícias
- 13.10 - Estrada Fora (1.º epis.)
- 14.15 - Alô, Alô
- 14.40 - Terra X
- 15.30 - Primeira Matinée - «Ama-me ou Esquece-me», real. Charles Vidor (EUA/1955, 122 min.)
- 17.15 - Jogos de Verão
- 19.00 - Maníacos do Desporto (série, 1.º epis.)
- 20.00 - Jornal de Domingo
- 20.30 - Boletim Meteorológico
- 20.35 - Alf, uma Coisa do Outro Mundo
- 21.15 - Crime à Portuguesa (série, 1.º epis.)
- 22.05 - Domingo Desportivo

RTP2

- 10.00 - Troféu
- 13.00 - Caminhos
- 13.30 - Novos Horizontes
- 13.50 - Veterinário de Província
- 15.00 - Music Box
- 16.00 - Troféu
- 18.00 - Derrick (19.º epis.)
- 19.00 - O Mundo em Extinção
- 19.50 - 17 Obras de Grandes Autores
- 20.40 - Lusitânia Expresso



- 21.15 - Artes e Letras - Gil Teixeira Lopes
- 22.20 - Cineclubes - Ciclo F. W. Murnau: «O Último dos Homens» (Alemanha/1921, 63 min.)

Segunda ²⁴

RTP1

- 09.00 - Bom dia
- 10.00 - Às dez
- 12.15 - Brega e Chique
- 13.00 - Jornal da Tarde



- 13.30 - A Rota de Howard
- 14.15 - A Brigada Falcão
- 14.40 - Os que não voltaram
- 15.05 - The Police
- 16.00 - América Selvagem
- 16.30 - Ponto por ponto
- 17.30 - Brinca Brincando
- 18.20 - P'ra Variar
- 18.55 - Volta a Portugal em Bicicleta
- 19.30 - Boletim meteorológico
- 20.20 - Sassaricando



- 21.15 - A Grande Empresa (4.º e últ. epis.)
- 23.00 - 24 horas
- 23.30 - Remate
- 23.50 - Galiza para o Mundo (musical - transmissão directa)

Filmes

- «Noite de Coragem» - 6.ª, 00.15, RTP-1
- «Bill» - sáb., 14.05, RTP-1
- «Os Homens de Las Vegas» - sáb., 23.20, RTP-1
- «Ama-me ou Esquece-me» - dom., 15.15, RTP-1
- «O Último dos Homens» - dom., 22.20, RTP-2
- «Os Dois Indomáveis» - 3.ª, 22.00, RTP-2
- «O Major Dundee» - 4.ª, 21.45, RTP-1

Ópera

- «Trilogia das Barcas» - 2.ª, 21.55, RTP-2

Música

- Quinta
- 15.05, RTP-1: Julio Iglésias
- 23.20, RTP-2: Magazine Musical

- Sexta
- 15.05, RTP-1: Tears for Fears

- Sábado
- 18.20, RTP-1: Vivamúsica
- 19.55, RTP-2: Music Box

- Segunda
- 15.05, RTP-1: Police
- 19.00, RTP-2: Music Box

- Terça
- 15.10, RTP-1: Blues
- 18.00, RTP-2: Music Box

- Quarta
- 15.15, RTP-1: Howard Jones
- 23.15, RTP-2: Jazz

Desporto

- Remate - RTP-1, 5.ª (00.15), 6.ª (23.45), 2.ª (23.30), 3.ª (00.15) e 4.ª (24.00).
- Rotações - RTP-2, 6.ª, 23.50
- Estádio - RTP-2, sáb., 16.00
- Troféu - RTP-2, dom. (10.00 e 16.00)
- Basquetebol: RTP-2, sáb., 23.45



Volta a Portugal em Bicicleta - a partir de domingo

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora Escolha
- 16.55 - Sinhá Moça
- 17.30 - Trinta Minutos Com...
- 18.00 - A um Passo da Glória (telefilme)
- 19.00 - Music Box
- 19.55 - Os Intocáveis
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Acerto de Contas
- 21.55 - Ópera - «Trilogia das Barcas», de Joly Braga Santos, levado à cena no Teatro Nac. de S. Carlos. Realização TV de Fernando Midões

Terça ²⁵

RTP1

- 09.00 - Bom dia
- 10.00 - Às dez
- 12.15 - Brega e Chique
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Dallas
- 14.15 - Os Filhos de Flintstones
- 14.40 - Um Certo Sorriso
- 15.10 - Blues Alive
- 16.00 - América Selvagem
- 16.30 - Ponto por ponto
- 17.30 - Brinca Brincando
- 18.20 - P'ra Variar
- 18.55 - Volta a Portugal em Bicicleta
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim meteorológico
- 20.20 - Sassaricando
- 21.15 - Processo Arquivado (série, 1.º epis.)
- 22.10 - Primeira Página



- 23.15 - Chefe, Mas Pouco... (2.º epi.)
- 23.45 - 24 horas
- 00.15 - Remate

Quarta ²⁶

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Rumo aos Céus (6.º epis.)
- 16.25 - Música Portuguesa
- 16.55 - Sinhá Moça
- 17.30 - Trinta Minutos Com...
- 18.00 - Music Box
- 19.55 - Os Intocáveis
- 20.45 - Cem Grandes Quadros
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Cine Magazine
- 22.00 - Cinemadois «Os Dois Indomáveis», real. Ken Loach (BG/1969, 113 min.)

RTP1

- 09.00 - Bom dia
- 10.00 - Às dez
- 12.15 - Brega e Chique
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Colt em Acção (6.º epis.)
- 14.15 - Os Campbells (10.º epis.)
- 14.45 - Festas e Romarias de Portugal
- 15.10 - Howard Jones
- 16.00 - América Selvagem
- 16.30 - Ponto por ponto
- 17.30 - Brinca Brincando
- 18.20 - P'ra Variar
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim meteorológico
- 20.35 - Sassaricando
- 21.15 - Vamos Jogar no Totobola
- 21.45 - Lotação Esgotada «Major Dundee», real. Sam Peckinpah (EUA/1965, 124 min.)
- 24.00 - 24 horas
- 00.30 - Remate

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora Escolha
- 16.55 - Sinhá Moça
- 17.30 - Trinta Minutos Com...
- 18.00 - Paisagem da Terra (série, 1.º epis.)
- 19.00 - Music Box
- 19.55 - Os Intocáveis
- 20.45 - Cem Grandes Quadros
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Grande Sertão: Veredas (20.º epis.)
- 23.15 - O Som da Surpresa - «Jazz num dia de Verão»

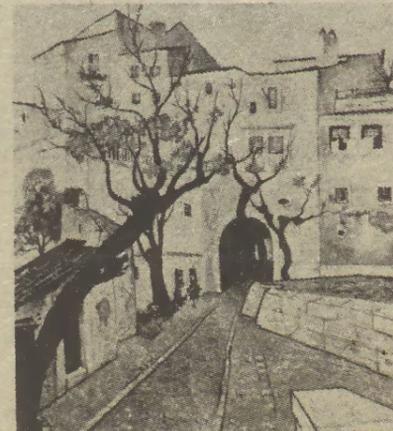
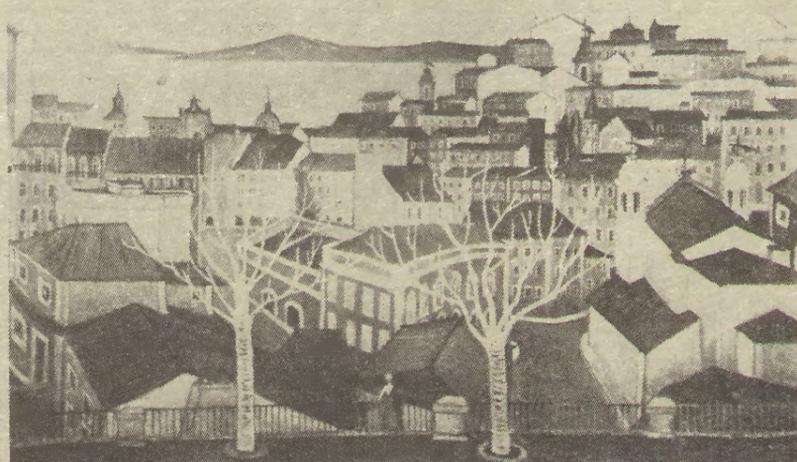
Teatro O Cartaz

Cinema A selecção

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	A Leitora	★★★	★★★	—	★★★★
B	Fuga sem Fim	★★★★	★★★	—	★★★
C	Histórias de Nova Iorque	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★★
D	Irmãos Inseparáveis	★★★★	★★★★	★★★	★★★★
E	Mulheres à Beira de um Ataque de Nervos	★★★	★★★★	★★★	★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

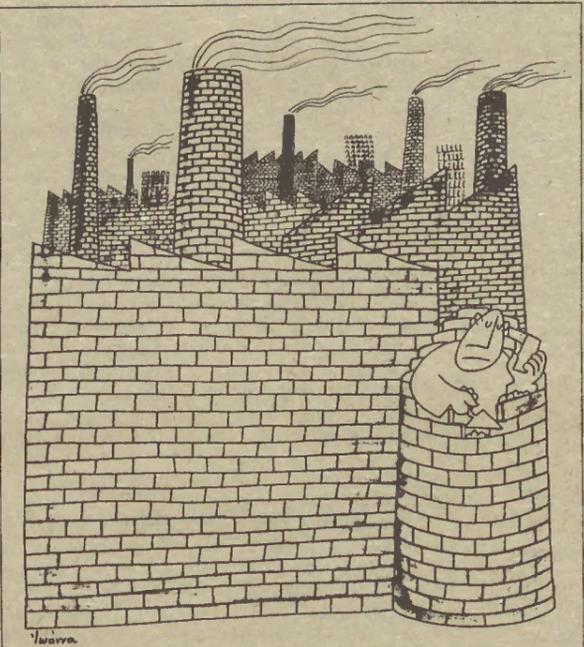
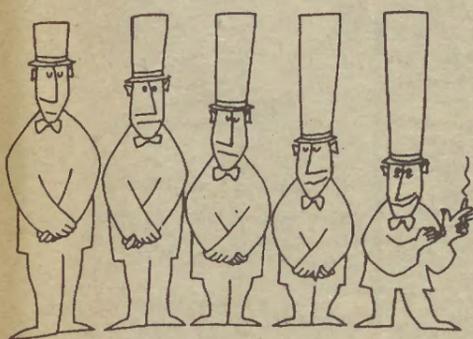
- A — Real. Michel Deville — **Amoreiras/7** (14.30, 16.30, 19.00, 21.30, 00.15) — Lisboa.
- B — Real. Sidney Lumet — **Alfa/3** (14.15, 16.45, 21.45, 00.15), **Amoreiras/3** (14.30, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), **Apolo 70** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- C — Real. M. Scorsese, F.F. Coppola e W. Allen — **Quarteto** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30, 23.30) — S. Jorge/2 (14.15, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), — Lisboa.
- D — Real. David Cronenberg — **Alfa/Clube** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), **Amoreiras/5** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — **Mundial/2** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45), Lisboa.
- E — Real. Pedro Almodóvar — **Amoreiras/8** (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.30, 00.15), **Quarteto/2** (15.00, 17.00, 19.00, 21.30) — Lisboa.



Lisboa é naturalmente vedeta na retrospectiva de pintura de Carlos Botelho que hoje se inaugura na Fundação Gulbenkian

...e ainda

Música, debates, etc.



Dança

A Companhia Nacional de Bailado do Teatro de S. Carlos apresenta-se ainda em três espectáculos, de uma curta série que decorre no Anti-teatro ao ar livre da Fundação Calouste Gulbenkian: hoje com «Serenade» (Balanchine/Tchaikovsky) e «O Pássaro de Fogo» (Paige/Stravinsky); amanhã e depois de amanhã (sexta e sábado) com «Choreographic Offening» (Limon/Bach) e «O Pássaro de Fogo». Todos os espectáculos às 22.00.

Cinematca

Mais alguns filmes sobre o jazz no cinema: **duas mulheres, dois destinos**, de Michael Curtiz — hoje às 18.30; **Alta Sociedade** de Charles Walters — amanhã às 18.30; **Prisioneiros da Noite**, outro filme de John Cassavetes, e **Fim de Semana no Ascensor**, de Louis Malle — sábado, às 15.30 e sábado, às 15.30 e sábado, respectivamente. Entretanto prossegue hoje na mesma sala às 21 e 30, o ciclo em curso sobre o cinema e a guerra, e tem início na sexta-

feira (também às 21 e 30) um outro dedicado aos clássicos do cinema japonês, exibindo-se nesse dia **Não Lamento a Minha Juventude**, de Kurosawa, e no sábado **Vida de Casado**, de Mikio Naruse.

de Leiria promove no próximo sábado à noite na Fortaleza de Peniche um espectáculo com a **Brigada Victor Jara**, que integrou a delegação portuguesa na Coreia.

A Brigada em Peniche

Ainda no quadro das iniciativas que acompanham entre nós o 13.º Festival da Juventude e dos Estudantes, o comité distrital preparatório

Outros concertos

Mais uma ideia diferente tiveram para esta semana os programadores do Festival de Música dos Capuchos — o espectáculo **A Time Goes By** (memórias do cinema... em canções), com selecção de Augusto M Seabra, cenários e figurinos de Nuno Carinhas e luzes de Orlando Worm, e as vozes de **Elsa Saque, Helena Afonso e Luis Madureira**. O palco será o do Teatro Politeama, em Lisboa, onde o espectáculo terá lugar amanhã, sexta-feira, com início às 21.30. No âmbito do Festival da Costa do Estoril a **Nova Filarmónica Portuguesa** com o violoncelista **Mstislav Rostropovich** apresenta-se amanhã na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa para um concerto preenchido com obras de Mozart, Tchaikowsky e Mendelssohn. Sexta-feira às 21.30. Informação obrigatória é também a que respeita ao preço dos bilhetes: 2500\$00! O cravista **Bob van Asperen** apresenta-se no Mosteiro dos Jerónimos para dois recitais: dias 21 e 22 às 21 e 30.

Exposições

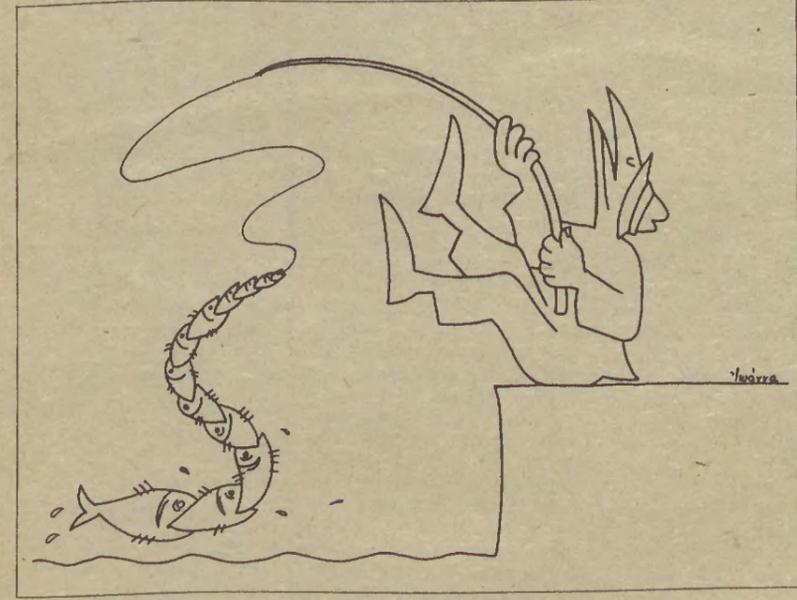
• LISBOA

- Amália Rodrigues — 50 Anos** — A carreira de Amália Rodrigues através de fotografias, cartazes, pinturas, vestidos, jóias, discos. Museu Nacional do teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a sáb. das 10 às 13 e das 14.30 às 17, dom. até às 18.
- Ángela Garcia** — Pintura em batik. Gal. Espiral. Praça Ilha do Faial, 14. De 2.ª a sáb. das 12 às 21.30.
- António Ramos Rosa** — Desenho. Clube Cinquenta, R. S. Mamede, 9. De 2.ª a 6.ª das 17 às 20, sáb. das 15 às 20 (até 26/7).
- Bonecas do Japão** — Fundação Calouste Gulbenkian, Galeria dos Congressos. De 3.ª a dom. das 10 às 17.
- Carlos Botelho** — Retrospectiva de pintura. Fundação Calouste Gulbenkian, Piso O. De 3.ª a dom. das 10 às 17 (inaugura hoje).
- Carlos Carneiro** — Pintura. Alliance Française, Rua Bramcamp, 13. 1.º. De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 14.30 às 19.30 (até 21/7).
- Colectiva de pintura** (Alda Nobre, Manuel Vieira, Sofia Areal). Gal. Alda Cortez, Largo de Santos, 1. De 2.ª a sáb. das 15 às 20.
- Colectiva de pintura** (António Palolo, António Viana, Daniel Nave, Isabel Garcia, João Moreira, José Paulo Ferro, Luís França, Rocha Pinto, Altamira, Rua Filipe Folque, 48-A. De 2.ª a 6.ª das 10 às 19, sáb. até às 13.
- Colectiva de pintura** (Adão Rodrigues, António Inverno, António Sem, Helena San-Payo, Ribeiro Farinha). Gal. Miron, Rua do Mirante, 14 r/c. De 2.ª a sáb. das 15 às 20 (até 28/7).
- Colectiva de pintura** (Artur Bual, Hilário Teixeira Lopes, Mariília Viegas, Rogério Amaral). Gal. S. Francisco, Rua Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 15 às 19 (até 22/7).
- Colectiva de pintura** (Alda Nobre, Jaime Lebre, José António Cardoso, Luís Ca-

- macho, Teresa Silva). Galeria de S. Mamede, Rua da Escola Politécnica, 167. De 2.ª a sáb. das 10 às 13 e das 15 às 19 (até 22/7).
- Colectiva de pintura, desenho e escultura**. Gal. Ygrego, Av. Ant. Augusto de Aguiar, 13-C. De 2.ª a 6.ª das 9.30 às 20, sáb. só até às 13 (até 31/7).
- Colectiva de tapeçaria**. Gal. Tapeçarias de Portalegre (Rua Acad. das Ciências, 2-J). De 2.ª a 6.ª, das 10 às 13 e das 15 às 19.30.
- «Companhia Rey Colaço/Robles Monteiro»** — no Museu Nacional do Teatro (estrada do Lumiar, 10), de 3.ª a dom., das 10 às 13 e das 14.30 às 17 horas.
- «Companhia Rey Colaço/Robles Monteiro»** — no Museu Nacional do Teatro (estrada do Lumiar, 10), de 3.ª a dom., das 10 às 13 e das 14.30 às 17 horas.
- «As Cores da Revolução»** — Colectiva de obras de Jacques Bernar e de artistas portugueses que trabalham ou trabalharam em Paris (Bertholo, Candeias, Cargaleiro, Dacosta, Escada, Costa Pinheiro, Pomar, Vieira da Silva, entre outros). Palácio nacional da Ajuda-Galeria do Rei D. Luís, Calçada da Ajuda. De 3.ª a 6.ª das 10 às 19, sáb. e dom. das 10 às 17 (até 10/9).
- Curado Matos**, fotografia, e **Rogério Silva**, pintura. Galeria da Biblioteca Nacional, 1.º piso. De 2.ª a sáb. das 9.45 às 20.00.
- Gravuras Italianas do Séc. XVII**. — Museu Nacional de Arte Antiga, Rua das Janelas Verdes (até 30/7).
- Félix Marques** — Pintura. Galeria da Biblioteca Nacional, 1.º piso. De 2.ª a sáb. das 9.45 às 20.00.
- João da Rosa** — Pintura. Palácio dos Coruchéus (Alvalade). De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 15 às 19, sáb. das 15 às 19 (até 31/7).
- Livros Antigos Portugueses** (im-

- pressos e manuscritos) sobre a História dos Descobrimentos. Biblioteca Nacional, Campo Grande. De 2.ª a sáb. das 15 às 20.
- Livros Portugueses de Cozinha** — Bibliográfica. Biblioteca Nacional, Campo Grande. De 2.ª a sáb. das 10 às 19 (até fins de Julho).
- Maria João Franco** — Pintura. Gal. S. Francisco, Rua Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 15 às 19, sáb. das 10 às 13 (até 24/7).
- Maria Keil** — Azulejos. Museu Nacional do Azulejo, Rua da Madre Deus 4. De 3.ª a dom. das 10 às 17.
- Paulo Oliveira** — Fotografia subaquática. Centro de Actividades Subaquáticas, Rua Alto do Duque, 45. De 2.ª a 6.ª das 15.30 às 20 e das 21.30 às 24 (até 23/7).
- «La Revolution à l'affiche»** — Documental, organizada pela Bibliothèque Publique d'Information do Centro Pompidou — e **«As Cores da Revolução»** — cartazes de alunos da ES-BAL. Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar. De 2.ª a sáb. das 10 às 19.
- Sérgio Taborda** — Escultura. Galeria Tapeçarias Portalegre, Rua da Academia das Ciências, 2-J. De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30 (até 24/7).
- Tapeçarias do Séc. XVI**. Galeria do Rei D. Luís, Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3.ª a dom. das 10 às 17.
- Teotónio S. Agostinho** — Pintura e desenho. Galeria João Hogan, Rua da Voz do Operário, 13. De 2.ª a 6.ª das 14 às 20, Sáb. das 15 às 19 (até 18/8).

- OUTRAS LOCALIDADES**
- O Postal Antigo** (sobre Almada, Cacilhas e Cova da Piedade). Sala de exposições da Biblioteca Municipal de Almada, R. Visconde Almeida Garret. Das 9.30 às 17.30 (até 28/7) ALMADA.
- Colectiva de pintores caboverdianos** (Kiki Lima, David Levy Lima, Maria de Lurdes Vieira, Maria Alice Fernandes). Galeria Municipal (até 23/7) AMADORA.
- 2.ª Mostra de Escultura ao Ar Livre**. Até 30/9, Parque Central AMADORA.
- 3.ª Bienal de Escultura e Desenho das Caldas da Rinha e Retrospectiva de Escultura de Martins Correia**. Pavilhões do Parque D. Carlos I. De 2.ª a 6.ª das 15 às 20, sáb. e dom. a partir das 10 (até 15/9) CALDAS DA RAINHA.
- III Exposição Nacional «Pequeno Formato»**. Galeria Viragem, Av. Marechal Carmona, 6-B (até 31/7) CASCAIS.
- António Sena** — Pintura e desenho. Convento dos Capuchos. De 2.ª a sáb. das 16 às 19.30. COSTA DA CAPARICA.
- Nuno Teixeira Lopes** — Pintura e desenho. Galeria de Arte do Casino (até 25/7) ESTORIL.
- Maria Gabriel** — Pintura. Gal. O Outro Lado do Espelho, R. Dr. Alfredo Costa, 14, SINTRA.
- Luís Andrade** — Pintura. Gal. O Outro Lado do Espelho, R. Dr. Alfredo Costa, 14, SINTRA.
- Tecidos** de 20 jovens pintores, escultores e designers portugueses, produzidos por uma empresa têxtil. Palácio da Pena. De 3.ª a dom. das 9 às 17 (até 31/7). SINTRA. **Colectiva de pintura** — Gal. Neupargama (Rua Mig. Bombarda, 15). De 2.ª a 6.ª das 14 às 20, sáb. das 10 às 13 e das 16 às 19 TORRES VEDRAS.
- 1.ª Bienal de Fotografia de V.F. Xira**. Sala do Celeiro do Edifício Patriarcal (até 31/8) VILA FRANCA DE XIRA.



Tempo Fim de Semana



Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica: Para sábado e domingo céu geralmente limpo, vento fraco, soprando em regime de nortada moderada no litoral oeste durante a tarde.

a TV

Mandela e os contratos

Mandela. Nelson Mandela. Um nome que a Humanidade há muito respeita e ama.

Não se pode dizer que se trate de um nome muito badalado na RTP. Pode dizer-se que foi necessário que ele cumprisse os 20 anos de prisão (e onde isso já vai...) para que na RTP alguém se desse conta da sua existência!

Há dias ouvimos novamente falar dele. Diziam que Nelson Mandela fora convidado a encontrar-se com o chefe do governo da África do Sul que pretendia negociar a sua libertação. Mandela respondeu: «Os prisioneiros não fazem contratos. Só os homens livres o fazem».

Eu ouvi. Eu vi pelo Telejornal. Que bem poderia ter aproveitado para dizer mais uma vez quem é Nelson Mandela.

Mas pronto. As palavras de Mandela, essas, não esquecem mais.

Em que ficamos

Por aquelas bandas da informação da RTP andam eufóricos. Martelam noções, informações, conclusões, suposições. Motivos para alegria: o comunismo está a desmoralizar-se por todo o lado, por todo o lado se estão a converter à democracia...

Bush congratula-se com as alterações na Polónia. Prometeu, para isso, uma data de massas, mas no fim cortou-as. A oposição polaca ficou desiludida...

Ei-lo também a prometer mundos e fundos para ajudar a «modernização» na Hungria. Bush ficou todo contente e considerou isso um passo positivo quando soube (eu vendo a notícia tal como a ouvi na televisão) que o estudo do **Capital** de Marx deixara de ser obrigatório na Universidade de Budapeste...

Lembro-me muitas vezes daquelas palavras de Jean Jaurès: «Se os inimigos te elogiam, vê lá onde é que erraste...»

Mas os Estados Unidos não desistem de intervir nos assuntos dos outros estados. Em relação a Angola, por exemplo, diz o Herman Cohen na televisão portuguesa que ela só receberá o auxílio americano depois da constituição de «um governo de unidade nacional...»

Tudo porque os Estados Unidos são pelo pluralismo. Mas são mesmo?...

É que o Bush deu o seu apoio ao chefe rebelde daquele país africano que aboliu os partidos...

O Tio Sam, em que ficamos?...

Os gatos e as brasas

Primeira Página organizou debate a propósito da Revolução Francesa, cujos duzentos anos se comemoram. Convidou para isso Barrilero Ruas, João Medina e Nogueira Pinto.

Não vale a pena discutir a composição da mesa. A RTP diz que convida quem ela muito bem entende, que não tem satisfações a dar a ninguém e, se alguém não gostar, o melhor que tem a fazer é ir dar uma volta.

No entanto, a quem fosse lá exigia-se a tarefa mínima de esclarecer a audiência sobre o significado histórico da Revolução Francesa. Tudo valeria e pena se, no fim do debate, o telespectador tivesse ficado ciente desse mesmo significado, ou seja, se tivesse ficado mais culto.

Infelizmente, não. Os participantes erraram ao longo das margens, divagaram, mostraram-se, como se estivessem na montra. Foi uma lamentável demonstração de erudição, quando devia ser uma oportunidade de cultura, cada qual girando à volta do próprio umbigo.

De facto, o leque escolhido para a função estava nitidamente incompleto. Faltava ali alguém que soubesse situar a Revolução Francesa no devir histórico, alguém que, menos preso a pormenores circunstanciais, entendesse e mostrasse o que a Revolução Francesa foi no trânsito da luta de classes como motor da História.

Claro que, nesse trânsito, forçosamente se teria de chegar à Revolução de Outubro — e não esqueçamos que a **Marselhesa**, com letra adaptada, foi uma canção revolucionária de grande popularidade em Leninegrado.

Pois o que nesse aspecto se passou na **Primeira Página** ultrapassa o aceitável e o perdoável. O correcto entendimento da Revolução de Outubro ajudaria a entender a Revolução Francesa. Passou-se por aí como gato por brasas.

Nestes casos, saibam os responsáveis da televisão, é sempre bom haver gatos que não tenham medo das brasas. Só assim o leque ficará composto.

E quando não é assim, de duas uma: ou haverá incompetência ou má-fé...

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Privatizações — II acto

«... as empresas públicas estão a ser lançadas no mercado a preços muito interessantes...»
(Sem. Ec., 14 Julho)

«Classificada pelo ministro das Finanças como um **sucesso**, é certamente ainda cedo para apreciar em toda a sua extensão a operação de venda de 49 por cento do capital do Banco Totta & Açores. De facto, se é verdade que a procura de acções atingiu volumes significativos, não é menos certo que o **encaixe** realizado indicia que os investidores terão oferecido preços mínimos próximos dos estabelecidos. O **encaixe** rendeu 28,5 milhões de contos, um bocadinho acima dos 20 milhões estimados pela previsão menos optimista. Por outro lado, falta ainda saber **quem é quem**, ou seja, quem passará a constituir o **núcleo duro** do Totta.

Ignora-se, para já, quem terão sido os autores de uma ordem de compra, na operação que se realizou segunda-feira, de um volume superior a 10 por cento do capital total (o BTA passa ter um capital de 25 milhões de contos, 51 por cento dos quais permanecerão na posse do Estado; na sua futura alienação, o Governo dará preferência a quem haja adquirido acções nesta primeira fase). Mas tudo indica que os empresários portugueses terão sido ultrapassados por grupos estrangeiros, designadamente espanhóis.»

(Europeu, 16 de Julho)

Confirma-se: espanhóis no Totta

«Numa comunicação à imprensa espanhola, o **Banesto** anunciou a compra de onze por cento do Totta, adquirindo mesmo somente 3,32 por cento em seu próprio nome.

O resto, 7,6 por cento, foi comprado por um grupo económico português, mas, de acordo com os comunicados do Banesto, em benefício do banco espanhol. Este teria a intenção de transformar o Totta num banco do seu grupo e, através dele, criar uma rede de balcões em Portugal, além de financiar a expansão do seu grupo industrial, do qual algumas empresas são já muito activas no nosso país.»

(D. Notícias, 17 de Julho)

«Associado ao Banesto estará José Roquette que, como o **Semanário** adiantou há cerca de um mês, se desfez da sua posição no grupo Espírito Santo para tomar um lote de acções do Totta. Segundo fontes bem colocadas, o empresário português deverá ter uma posição que ronda os 3 por cento do capital social.

O Banesto e José Roquette deverão em breve anunciar a formação de um núcleo duro que representa à partida cerca de 23 por cento das acções postas à venda.»

(Semanário, 15 de Julho)

«O Banesto é, neste momento, o terceiro banco espanhol, depois que a fusão do Bilbao e do Viscaya pro-

pulsionou os bancos número três e quatro ao primeiro lugar, «cabeça» de um gigantesco grupo industrial com centenas de empresas nos vários sectores, desde a siderurgia à construção civil.

O banco espanhol, que co-biça o Totta & Açores, é um verdadeiro gigante com três milhões de pesetas de activos (quatro mil milhões de contos), ou seja, oito vezes mais que o banco português. A sua quota parte do mercado vizinho é de 11,23 por cento e o número de balcões dispersos por todo o território atingem os 2235. O Banesto tem 16 500 empregados — quase o dobro da Caixa Geral de Depósitos — e nada menos que 166 mil acionistas.»

(D. Notícias, 17 de Julho)

Japoneses no BPA?

«O banco japonês Mitsubishi Bank, quarto lugar ao ranking mundial, pode vir a desempenhar um papel de relevo na futura privatização do Banco Português do Atlântico.

Fontes bancárias garantiram ao **Semanário Económico** que os responsáveis do banco japonês estão a analisar a possibilidade de tomar uma posição importante no maior banco comercial português, tendo em conta que os limites à participação dos estrangeiros no processo deverão ser alargados dos actuais 10 por cento para 20 por cento.

De acordo com fontes bancárias, o BPA deverá ser o primeiro banco público português privatizado a 100 por cento, podendo o Governo anunciar a decisão logo que o Presidente da República promulgue a revisão da Constituição.»

(Semanário Económico, 14 de Julho)

Finlandeses na Petroquímica

«O futuro responsável da Companhia Nacional de Petroquímica, Erkki Liimatainen, afirmou em Helsínquia que as duas empresas de Sines poderão vir a trabalhar em conjunto. A CNP fornecerá matérias-primas à EPSI para esta produzir uma vasta gama de termoplásticos.

Com esta implantação em Portugal, a Neste deverá subir no ranking europeu do seu sector. Segundo responsáveis da empresa, com a aquisição da EPSI, a Neste passará a ocupar o segundo lugar na Europa, podendo, a médio prazo, aspirar ao primeiro posto.

A Neste Chemicals possui fábricas na Finlândia, Suécia e Bélgica e empresas de comercialização em 17 países.»

(O Liberal, 15 de Julho)

«A Neste Oy pode constituir um consórcio com a Enimonte para a gestão global do sector petroquímico português, sendo a primeira medida desta aliança concorrer à privatização da Petrogal numa estratégia de unifica-

ção de todo o sector, dado que a Neste assumirá a partir de quarta-feira a gestão da CNP/EPsi. Os primeiros contactos entre a Neste e a Enimonte ocorreram recentemente em Itália, sendo a preocupação da Neste uma aliança com um sólido grupo instalado na Comunidade e com boas ligações a fontes abastecedoras de «crude», como é de facto o caso da Enimonte. A aliança com a Enimonte teria ainda a vantagem de consolidar as ligações da Neste no sul da Europa, estratégia vital para a consolidação desta empresa finlandesa.»

(Expresso, 15 de Julho)

«Ordens vêm de Londres»

«Os investidores estrangeiros invadiram as Bolsas portuguesas na última semana. Os corretores das praças financeiras de Lisboa e Porto não têm mãos a medir. «Estamos cheios de trabalho», afirmou-nos um operador da Bolsa de Valores de Lisboa. (...)

Mais de 50 por cento do volume de negócios com acções é realizado por estrangeiros.

A entrada maciça de investidores estrangeiros no nosso país está relacionada com a publicação do Estatuto dos Benefícios Fiscais. Estes isentam aqueles agentes económicos do pagamento do imposto de mais-valias aquando da alienação dos seus títulos. Esta isenção não abrange os investidores nacionais.

Algumas personalidades da finança portuguesa não vêm com bons olhos esta discriminação, que afasta os nacionais da Bolsa. Há quem receie que os postos de decisão das empresas nacionais passem para estrangeiros. Isto parece agora duplamente mais fácil.»

(O Liberal, 15 de Julho)

Cadilhe Soma e Segue

«Desde Agosto de 1986 até agora, Miguel Cadilhe recebeu cerca de 2500 contos de subsídio de alojamento pelo facto de viver em Lisboa, como é do conhecimento público, comprou dois andares no espaço de um ano e meio.

Têm direito a este subsídio os ministros que, por virtude do seu cargo «**não tenham residência permanente na cidade de Lisboa ou numa área circundante de 100 km**».

Acontece que, surpreendentemente, é o próprio Cadilhe quem em 30 de Novembro de 1987, requer às Finanças uma isenção de contribuição predial, sobre o primeiro andar que adquiriu na capital, em virtude de ser sua residência e do seu agregado familiar.»

Na escritura do mesmo apartamento, situado no edifício Stropm ao Lumiar, e que foi realizada a 22 de Outubro de 87, pode ler-se: o comprador destina «a fracção autónoma, agora adquirida, a sua residência permanente». Ou seja: o ministro das Finanças recebe todos os meses um subsídio que se destina a ajudar, em princípio, os governantes que não optaram pela capital. Isto apesar de ser proprietário do apartamento das Amoreiras que, como se sabe, habita em pleno (...)

Tal como se revela em despachos sucessivos de Cavaco Silva datados de 23 de Novembro de 1985, de 25 de Fevereiro de 1987 e de 7 de Outubro do mesmo ano, os montantes mensais pagos ao titular das Finanças foram «**respectivamente de 53 550\$00, 69 000\$00 e 84 000\$00**». Fazendo as contas: mês após mês, Cadilhe arrecadou mais de dois mil contos.»

(O Independente, 14 de Julho)

Damas

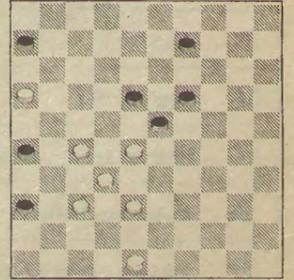
CCXI — 20 de Julho de 1989

Proposição N.º 211

Por: A. J. Beemer — 1948

Pr.: [7]: 6-9-18-19-23-26-36

Br.: [7]: 16-27-28-32-37-38-48



Jogam as Brancas e ganham

**

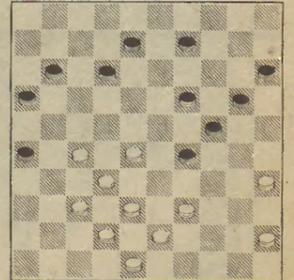
Golpe N.º 211

Por: Candoras (Toulouse)

«La Dépêche du Midi», 6-1-1980

Pr.: [11]: 8-9-11-12-15-16-19-20-24-26-29

Br.: [11]: 27-28-32-35-37-38-39-42-43-45-48



Jogam as Brancas e fazem Dama

**

Soluções do N.º CCXI

Minimatura N.º 211 (A. J. B.): 27-21 (26x17); 37-31 (36x27); 32x12 (23x43); 12x3=D (43-49) 48-43 e 16-11+

Golpe N.º 211 (C.): 27-21 (16x27) [Se: (26x17); 28-22... D+]; 32x21 (26x17); 28-22 (17x28); 39-33 (28x39); 43x3=D+

A. de M. M.

Xadrez

CCXI — 20 de Julho de 1989

Proposição N.º 211/A

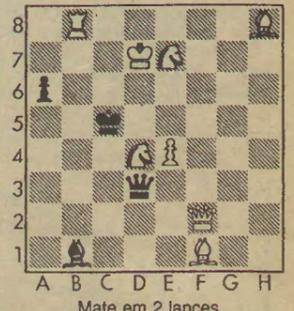
Por: M. Segers

«Schackspelaren», 1933/

/1.º Prémio

Pr.: [4]: Pa6-Bb1-Dd3-Rc5

Br.: [8]: P64-Cs.d4, e7-B.f1, h8-Tb8-Df2-Rd7



Mate em 2 lances

**

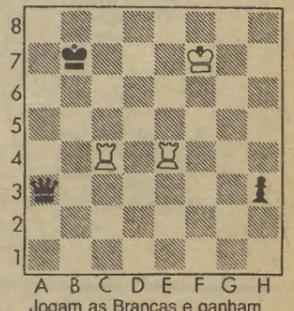
Proposição N.º 211/B

Por: E. Bergkvist

«Eskilstuna Kuriren», 1916

Pr.: [3]: Ph3-Da3-Rb7

Br.: [3]: Ts.c4,e4-Rf7



Jogam as Brancas e ganham

**

Soluções do N.º CCXI

N.º 211/A (M. S.):

Chave: 1. Df1! (2. Dc8++)

1., Db5+; 2. Cc6++

1., Dh3+; 2. Cc5++

1., D:d4+; 2. Cd5++

N.º 211/B (E. B.): 1. Tb4+, Rc8; 2. R68, Rc7! 3. R67, Rc6!; 4. R66, Rc7; 5. Tc4++

A. de M. M.



a festa!

LOURES • 8, 9 e 10 SETEMBRO

Avante!

Director
António Dias Lourenço

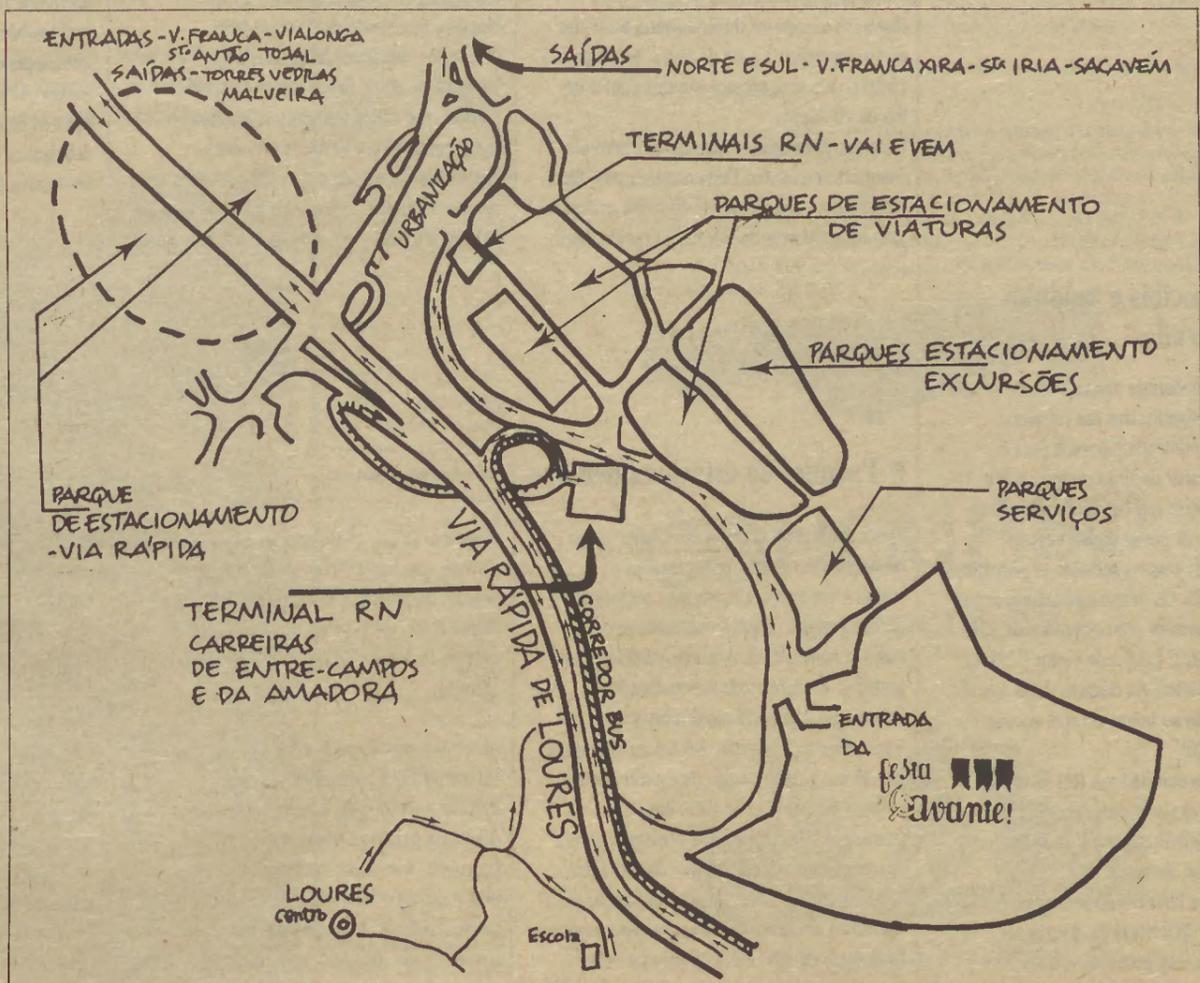
SUPLEMENTO N.º 3
20 de Julho de 1989
Não pode ser vendido
separadamente

Acessos, transportes, estacionamento

Para uma Festa especial medidas especiais



A grandeza e o impacto da Festa do «Avante!», visitada por centenas de milhar de pessoas, implica sempre a resolução de problemas muito complexos quanto a acessos, transportes e estacionamento de viaturas. Neste sentido, reconhecendo a importância decisiva de se resolver eficazmente este ano a questão dos acessos, a direcção da Festa do «Avante!» atribuiu desde muito cedo um carácter prioritário ao seu estudo, trabalhando em colaboração com entidades, empresas e serviços ligados a esta matéria (Câmara Municipal de Loures, Rodoviária Nacional, Junta Autónoma das Estradas, Construções Mota e Bombeiros Voluntários de Loures). Neste momento estamos já em condições de assegurar que a Festa do «Avante!» terá este ano condições de acesso, de estacionamento e de transporte substancialmente melhoradas, através de um conjunto de medidas especiais, que sintetizamos nas próximas duas páginas deste suplemento. Vire a página.



...E a Festa aqui tão perto



Mais e melhores

• Passes sociais e módulos pré-comprados

Para além de podermos anunciar desde já um reforço muito significativo das carreiras especiais da Rodoviária Nacional para o Infantado, a partir de Entrecampos, é útil sublinhar que este ano os visitantes da Festa podem utilizar os **passes sociais** nessas carreiras. Estão nessas condições os portadores de L 12 e L 123. Os outros passageiros devem munir-se de módulos pré-comprados da RN, em conjuntos de 5 para cada vigem (122\$50), isto para os adultos. As crianças dos 5 aos 12 anos viajam até ao Infantado com apenas 2 módulos (49\$00).

Foram também solicitados à RN serviços especiais para os itinerários Amadora-Infantado e Vila Franca de Xira-Infantado, para os três dias da Festa.

No regresso do Infantado o serviço de carreiras funcionará até às 2 horas da madrugada, estando igualmente garantido o transporte enquanto houver pessoas no terminal.

• Corredor e terminal RN na Festa

O serviço especial de carreiras Entrecampos-Infantado terá o seu terminal próprio, perto da entrada da Festa. Com efeito, os autocarros da Rodoviária terão um acesso específico à zona da Festa, sendo para o efeito criada uma entrada exclusiva antes do fim da via rápida.

Uma das **estratégias** viradas para o êxito do transporte e acesso à Festa nos seus três dias é, entretanto, a criação de um corredor exclusivo para os autocarros da RN na via rápida. Será

possível, desde a zona de partida em Entrecampos até ao terminal, próximo da entrada da Festa, que os carros da RN circulem livremente, sem curvas nem obstáculos, assegurando um **carrocel** permanente entre aquele ponto da cidade (servido por vários transportes, incluindo o metropolitano) e a Festa do «Avante!». Está ainda em estudo com a CP e a Carris um serviço de ligação, a partir de Entrecampos, da cidade de Lisboa com a margem sul do Tejo.

• Da vila de Loures à porta da Festa...

Para os peões que se desloquem directamente da vila de Loures para a Festa do «Avante!» está também garantido este ano o arranjo, iluminação e sinalização dos caminhos de acesso que partem do centro de Loures e da zona da escola secundária, passando por debaixo da via rápida. É sem dúvida, uma boa alternativa (observe o nosso mapa).

• Parques de estacionamento

Nesta matéria há também novidades, que o mesmo é dizer contributos pensados e realizados a tempo e horas para responder à grande procura de estacionamento para as viaturas particulares. Algumas medidas serão tomadas, em termos de racionalização, informação e organização dos espaços. Uma primeira novidade. Ao fim da via rápida haverá um grande parque de estacionamento cujo acesso e saída não terão quaisquer problemas. O condutor pode deixar a viatura exactamente na zona terminal da via rápida (onde decorrem obras de prolongamento até à Malveira) e depois utilizar o «vaivém» gratuito (autocarro da RN) até à entrada na Festa. Para chegar a este «vaivém» não necessita de

contornar (a pé) a urbanização. Há atalhos visíveis, que ligam directamente à segunda praça da urbanização e aqui terá ao seu dispor o autocarro (o tal «vaivém») para a entrada na Festa. No regresso o processo é idêntico.

Mas falávamos de parqueamento. Na zona do Infantado haverá alguns parques de estacionamento, que, naturalmente, terão tendência para ficar esgotados com alguma brevidade. Um serviço próprio de ordenamento e arrumação evitará aglomerações e bloqueamentos. Logo que um parque esteja completo, as viaturas serão encaminhadas para outro recinto. Uma equipa

exclusiva, com o auxílio de meios de comunicação, estará atenta a estes movimentos e prestará toda a colaboração aos automobilistas.

Todos os parques de estacionamento para a Festa do «Avante!» terão iluminação e apoio. Nos que vão funcionar na zona do Infantado – com entrada pela Urbanização – haverá uma saída especial, para evitar engarrafamentos depois da Festa. Todos os parques serão servidos por vias próprias de acesso, tanto para os veículos provenientes da via rápida como para os que venham de Vila Franca de Xira e de Torres Vedras.

As excursões terão um parque exclusivo. O mesmo sucederá com as viaturas dos serviços.





• Venda de bilhetes

A aquisição de módulos pré-comprados para o serviço especial Entrecampos-Festa-Entrecampos pode ser feita em qualquer posto de venda da Rodoviária Nacional. No terminal de Entrecampos a venda dos módulos será substancialmente melhorada em termos de rapidez e comodidade.

Cidade da Juventude

• Exposições e imaginação



TOMAR A INICIATIVA 89

EXPOSIÇÃO ANUAL/LOURES, 8, 9, 10 SET XIII Avante!

A «Cidade da Juventude» da Festa do «Avante!» 89, que decorrerá em Loures, em 8, 9 e 10 de Setembro, promete um programa animado e diversificado sob o mote «um espaço jovem, dinâmico e participativo», do qual se destacam desde já duas exposições: uma de artesanato em metal e a outra de banda desenhada, «cartoon» e ilustração.

O concurso de artesanato estará aberto a jovens dos 14 aos 35 anos, na modalidade de ourivesaria, comportando trabalhos de adereços em metal — cobre ou latão — num conjunto de pulseira, colar, brincos e broche.

O «Tomar a Iniciativa» 89, concurso de artes plásticas e gráficas, acolhe este ano trabalhos de banda desenhada, «cartoon» e ilustração, aberto à participação de jovens dos 16 aos 35 anos.

Para ambos os concursos os prémios são viagens a países socialistas. Os trabalhos seleccionados estarão patentes numa exposição/venda na «Cidade da Juventude» durante os 3 dias da Festa.

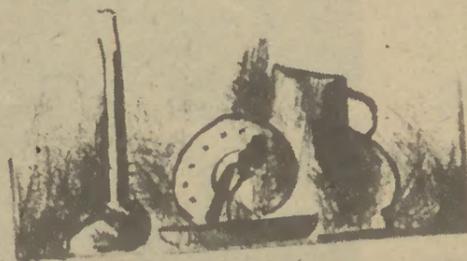
Todos os jovens que se queiram inscrever num destes concursos poderão fazê-lo entre 1 de Agosto e 1 de Setembro, na sede central da JCP, Rua Sousa Martins, n.º 8, 1000 Lisboa.

Na «Cidade da Juventude», além destas exposições artísticas, salienta-se igualmente as outras de cariz mais político, abordando a actividade da JCP, o seu recente congresso, a Juventude CDU e o stand da revista «Politika».

«TOMAR A INICIATIVA» é uma exposição anual através da qual a organização pretende dar voz e espaço aos novos valores da arte portuguesa. É uma exposição com carácter festivo, que visa a convivência, durante os três dias da Festa, das várias opções estéticas, poéticas e artísticas dos jovens. Está aberta à participação de autores nacionais e estrangeiros residentes em Portugal, com mais de 16 anos e menos de 30 anos de idade.

1. «TOMAR A INICIATIVA 89» terá lugar na CIDADE DA JUVENTUDE da FESTA DO AVANTE, de 8 a 10 de Setembro.
2. Cada autor deverá participar com até 2 obras por área considerada — CARTOON, ILUSTRAÇÃO E BANDA DESENHADA (neste caso, entenda-se por obra um conjunto máximo de 6 pranchas)
3. O tema é livre e as obras participantes deverão estar identificadas com título e dimensões.
4. Todos os concorrentes deverão proceder à entrega das suas peças das 11 h às 19 h dos dias úteis, entre 17 de Julho e 1 de Setembro, fazendo-as acompanhar de um currículo de cerca de 10 linhas e dados biográficos para efeitos de divulgação na Festa, bem como do boletim de inscrição. As peças deverão ser entregues na RUA SOUSA MARTINS, N.º 8 — 1200 LISBOA ou na RUA ANTÓNIO SERPA, N.º 26, 2.º ESQ., 1000 LISBOA, ou na AVENIDA DA BOAVISTA, 931, PORTO (neste caso, só serão aceites até ao dia 28 de Agosto).

CONCURSO Artesanato 89



XIII Festa do Avante!

acessos!

• «Vaivém» gratuito

Com melhores condições de circulação, comparando com o ano passado, vai funcionar de novo o serviço de «vaivém» gratuito, a partir da Urbanização do Infantado, para os visitantes que ali chegarem a pé (caso dos residentes na vila de Loures e outras localidades vizinhas), para os que deixam as carreiras normais dos transportes colectivos e

também para os que deixem as suas viaturas no amplo estacionamento que vai funcionar exactamente ao fim da via rápida.

Este «vaivém» gratuito é assegurado por autocarros da Rodoviária Nacional e tem terminal muito próximo da entrada principal da Festa.



SALIF KEITA

O lobo branco de Manden

«...Deus? Gostaria de o encontrar frente a frente... Tem contas a prestar-me!»

Salif Keita sacode a cabeça loura, a cicatriz entre os seus olhos acentua-se. Oh, ele acredita em Deus, sem dúvida. Mas nunca aceitou a partida que «Ele» lhe pregou. E nenhum dirigente espiritual o conseguirá convencer que há um sentido em tal injustiça: por que é que de uma mãe negra pode nascer um filho branco?

Os aborrecimentos começam no próprio dia do seu nascimento. O pai não quer um filho albino. Manda embora a mãe e o filho, e só dois anos mais tarde é que voltarão a juntar-se à família. Há quem diga que o nascimento de um albino torna a família «impura» durante sete gerações. O que se inventa para tornar a vida dura! Numa das suas canções, «O feitiço do cavalo branco», Salif conta algumas das práticas reservadas aos seus congêneres: crianças a quem cortam o cabelo durante o sono para o misturar à sementeira, reis que têm albinos encerrados numa cave para assustar as pessoas, sacrifícios puros e simples. «Tentei encontrar albinos velhos, conta. Não se encontram. Foram todos apanhados para sacrifícios.» Parece que nos dias de hoje os sacrifícios acabaram. O que não impede as crianças albinas de viverem na desconfiança: nunca se sabe.

E contudo, o branco é a cor da sorte. É a cor dos anjos e dos génios, é a cor preferida dos dirigentes religiosos. Sonhar com um homem branco é sinal de riqueza e são brancas as nozes que se reservam para os sábios muçulmanos (os feiticeiros consomem as vermelhas). O sacrifício de um carneiro branco, de um galo branco ou de um touro branco está associado a um acontecimento feliz. E se existe um provérbio que diz «os ruivos que têm calos foram sempre condenados às galeras», também há aquele: «Se se puser um ruivo à frente dum exército, ele será invencível». A história de Salif Keita é uma mistura dos dois: a glória e os trabalhos forçados...

Nasceu no Mali, em Djoliba, nas margens do Níger, uns cinquenta quilómetros a montante da capital. Djoliba é o antigo nome de um rio, e também de uma célebre equipa de futebol! É sobretudo, a algumas dezenas de quilómetros de Krina e de Kangaba, o coração do Manden. Salif tem o nome prestigiado da família imperial, mas nada distingue o seu terreiro dos outros da aldeia: algumas casas de terra, as galinhas à volta do almoçar, debicando o mais pequeno grão e, sobretudo, um bando de crianças a que é preciso encher a barriga todos os dias. A maior preocupação dos pais.

Salif deve ter nascido sob uma boa estrela. Um dia — tinha ele alguns meses — o irmão mais velho levou-o aos campos para que a mãe o amamentasse. Ao atravessar o

vau, o pequeno escorrega e deixa cair o bebé na água lamacenta. O irmão corre a alertar a família, que se precipita para a busca no ribeiro. O bebé é encontrado. Vivo. Estes albinos, no fundo, devem ser mesmo um pouco feiteiros... Enquanto foi pequeno, ainda vá que não vá. Havia outro albino na família, uma irmãzinha, e ela cantava-lhe uma canção infantil, sem mesmo saber o que significava: «Tu és vermelho como o sol que se põe...» Mas aos cinco anos, começou a perceber a chacota e, desde que a sente, sofre. Já não tolera que um miúdo encoste o punho ao seu para «ver a diferença» e, quanto aos que comentam à sua passagem, ele «fulmina-os», pura e simplesmente. Nunca pede a protecção do pai. Vinga-se na escola, onde é sempre o mais brilhante,

e apesar da sua vista muito fraca. E além disso, já há a música. A maioria das crianças vai à escola muçulmana. Salif não: o pai não confia por aí além nos credos aprendidos de cor, nem nos salamaleques dos locais de culto. Não que não seja crente: mas Deus é um princípio de unidade, porquê então tantos cultos? «Ele diz que não participa no que divide as pessoas. Quando tiverem chegado a acordo, ele poderá segui-los!» (S. Keita). Salif é curioso. Um dia, segue os seus companheiros e fica totalmente siderado pela forma de cantar de um velho mestre. Volta regularmente para o ouvir, e depois, mal a oração termina, vai-se embora. Billie Holliday, com sete ou oito anos, ia ouvir jazz nos bordéis. Cada um conquista a alma onde a pode encontrar.

Salif compreende desde o início que está sozinho nas suas próprias batalhas. Inteligentemente, o pai deixa-o aprender à sua maneira. E, observada pelos olhos de Salif, do alto da sua solidão, a espécie humana é uma bem estranha assembleia: de aldeia para aldeia as superstições são diferentes, mas continuam a ser superstições.

Uma noite, regressa a pé pelo campo. Sempre gostou de estar só. Vê um vulto que vem ao seu encontro: é um velho de bicicleta; reconhece um vizinho. O velho pedala com cuidado, os olhos fixos no caminho. Quando Salif se prepara para o cumprimentar, o velho levanta a cabeça. Perante esta forma branca surgida na noite, grita, encolhe-se, e foge abandonando a bicicleta! Salif apanha o veículo e regressa tranquilamente à aldeia para dormir. No dia seguinte vai a casa do velho levar-lhe a bicicleta. Encontra a casa toda em eferescência, o velho treme de febre, delira. Diz que viu o diabo, que não lhe restam mais do que algumas horas de vida. Convocou toda a família para comunicar as suas últimas vontades!

Quando percebe que o «diabo» lhe trouxe a bicicleta, a febre baixa, de repente... Após um primeiro ciclo escolar na sua aldeia, e um segundo em Bankoumana, a

vinte e cinco quilómetros, o aluno brilhante em que Salif se tornou é admitido no CPR de Bamako, o equivalente ao nosso liceu. Também aí os resultados são excelentes. Aos dezanove anos, em vésperas do exame final, o futuro parece sem nuvens... É então que se abate sobre ele uma outra injustiça, tão gritante como a primeira — mas é dos homens que ela vem. Salif é transferido do CPR por «inaptidão ao ensino». A sua vista é demasiado fraca... A primeira reacção são as lágrimas. «Eu era criança, claro...» A segunda, é a de voltar as costas à humanidade. Nem pensar em voltar para a família: ele sempre resolveu os seus problemas sozinho. Foge para a colina que domina Bamako, senta-se nas rochas. O seu desespero toma a forma de uma imensa calma. A cidade está lá, em baixo, coberta pela sua constante nuvem de pó, mas já nada tem a ver com ele. Está só, está bem... A este período, chama ele rindo «o começo dos grandes trabalhos». No entanto, por vezes lamenta-a. Por um lado há uma grande cólera: «Porque me fizeram isto a mim? Não sou um maliano? Os outros valem mais do que eu? Para eles encontraram-lhes lugares de secretária! A mim, ninguém me ajudou...» E, revoltado com a injustiça, sobe a colina, a corta-mato por entre os predregulhos, em direcção ao palácio do presidente Modibo Keita. No caminho, o entusiasmo desaparece. Os velhos pavores detêm-no, essas histórias de sacrifícios que se contam entre as crianças. E se lá em cima, no palácio, se lembrassem de o utilizar para qualquer outro fim? Volta a descer e de novo se senta numa pedra. Outrora tinha-se sentido orgulhoso de ser um Keita. Para que lhe serve isso agora? «Um Keita não deve mentir. Um Keita não deve roubar. Um Keita não deve fazer música...» Seguiu cegamente todos os preceitos. Mas agora é livre, um vez que em toda a parte o rejeitaram. Então canta... Em poucos meses, o estudante de boas famílias torna-se um vagabundo. Dorme numa fuma no sopé da colina, ou, cada vez mais, frequentemente no mercado. O velho



mercado é um recinto circular, pintado de vermelho, com uma galeria coberta onde os vendedores expõem os seus produtos no chão. À noite, em cima de sacos, dorme a multidão de crianças, com uma ponta de pano sobre a cara... Foi lá que Salif escolheu domiello. Durante o dia, senta-se à beira do Níger, contempla a imensa extensão de água tranquila, dedilha uma velha guitarra que lhe deu um amigo, Basourou Keita. Comer nunca é problema: em Manden, à hora das refeições, as portas estão sempre abertas. Para além disso, cada vez mais frequentemente, desconhecidos param para o ouvir tocar guitarra e deixam uma moeda quando se vão embora. Basta para comer. Ele toca agora nos bares e, coisa estranha, a música aproxima-o das pessoas. Felicitam-no, abraçam-no, levam-no de clube em clube como um eleito. «Quando estão bebidas, começam a gostar de mim! Como têm carros, levam-me para outros bares. Bamako inteira me conheceu assim, todos os que andam pelos bares, que

bebem cerveja!» Até os feiticeiros o encorajam. «Foi um feiticeiro que me ofereceu a minha primeira guitarra, uma guitarra chinesa, da marca Kapok». É agora uma pequena vedeta. A medida que a noite avança, as palmas nas costas tornam-se mais amistosas, os risos mais agudos e a sua guitarra enche-se de moedas e de notas. Quem acredita que depois das canções, das andanças e dos risos, Salif vá dormir sozinho no mercado? Tomou o gosto a esta vida estranha e, no fundo, também aos seus amigos. De madrugada, encontra a cama preparada, um papelão no chão, uma velha esteira por cima. Foi um louco que o tomou a seu cargo, um pobre diabo que nunca diz uma palavra. Partilham a comida e, sob o seu olhar vigilante, Salif dorme o sono dos justos. Nada tem de seu. É quase feliz. Há locais onde se sente quase à vontade. Como o bar de Fanta Souko, onde o espera sempre um prato bem cheio. Fanta casou com um libanês e dirige este bar, o Stambu. Salif fez dele uma espécie de quartel geral.

Um dia, quando se prepara para cantar, entra um feiticeiro com a sua guitarra. É Tidiane Koné, tocador de marimba, jazzman, saxofonista... Trabalha de momento na «Formação A» que o governo criou segundo o modelo guineense, mas a Formação está com problemas. Tidiane tem ideias, e o director do Buffet-Hôtel de la Gare propôs-lhe, se ele conseguisse formar um grupo, contratá-lo para o lugar do velho Star Band, que já não tem a preferência dos jovens. Que diria Salif de se meter «na jogada»? Nesse dia, Salif rejeita. Tocar uma guitarra para sobreviver, ainda vá. Mas tornar-se músico profissional... ele não quer ofender a família. Vão ser precisos meses para que Tidiane Koné o convença. O Rail Band nasce em 1970. Num ano, o grupo consegue um sucesso formidável e Salif é a primeira vedeta maliana...

Helène Lee — Rockers d'Afrique Stars et légendes du rock mandingue — Albin Mkhel, Paris, 1988



Santarém

A oportunidade de conhecer um distrito e as suas tradições

«Avante!»
RONDA
 pelas
 organizações
 regionais
 do PCP

Até ao momento estão a ser organizadas duas dezenas de excursões para a Festa do «Avante!», a partir de Alcanena, Almeirim, Chamusca, Coruche, Salvaterra, Santarém, Tomar e Torres Novas — revelou ao «Avante!» o camarada Vítor Fernandes, membro do Comité Central do Partido, do secretariado da DORSA e responsável da Festa no distrito de Santarém.

O interesse em relação à Festa do «Avante!» não fica pelas excursões (ou pelas outras formas de deslocação a Loures). No distrito prossegue em bom ritmo um intenso trabalho preparatório tendo em vista a valorização duma presença que os visitantes da Festa bem conhecem: a presença do Ribatejo, das suas tradições e das suas artes.

Este ano entrar na zona da Organização Regional de Santarém (ORSA) significa apreciar, em primeiro lugar, uma casa rural tradicional do concelho da Chamusca, numa interessante reprodução em carpintaria para a qual chamamos desde já a atenção do amigo leitor e visitante da nossa Festa.

A ideia foi retirada duma exposição sobre património cultural patente no jardim municipal da Chamusca, exemplo das preocupações do Poder Local democrático e concretamente dos Municípios CDU pela valorização da memória colectiva, das artes e tradições do povo. Nesse sentido, a presença da OR de Santarém na Festa do «Avante!» deste ano inclui também uma pequena mas interessante exposição sobre defesa do património cultural pelas autarquias do distrito.

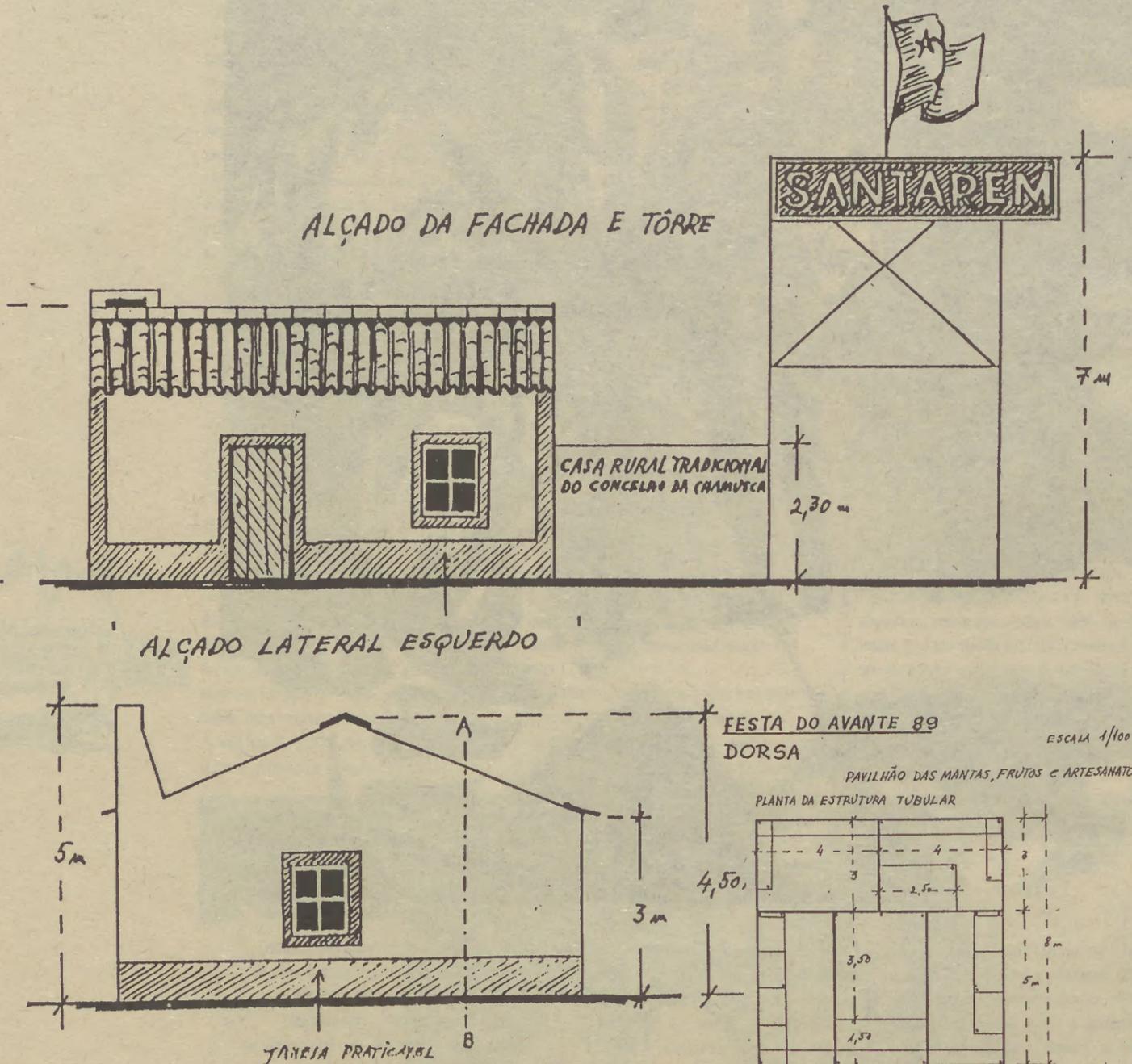
A reportagem do «Avante!» procurou mais pormenores sobre a participação da ORSA no Infantado. Vítor Fernandes sublinhou vários aspectos, como por exemplo o pavilhão dos frutos secos, entregue à responsabilidade de Torres Novas. Aí encontraremos o figo, a passa, a ameixa e os derivados, como as aguardentes e licores de qualidade.

Outra atracção será, certamente, a diversificada presença de tasquinhas regionais, onde o visitante da Festa poderá saborear a bem conhecida sopa da pedra de Almeirim, o chouriço assado e os vinhos do Cartaxo, o caldo verde, a língua de porco estufada e as tripas grelhadas à moda da Chamusca, os «molhinhos» e o borrego à alpiariense ou o bacalhau à Sorraia e os pastelinhos respectivos confeccionados bem ao jeito de Coruche.

Entre outros petiscos encontraremos também as espetadas, as bifanas e miúdos de frango, para além duma funcional cervejaria. Outros balcões em perspectiva: as faturas, a cafetaria e a doçaria (atenção às tigeladas de Abrantes e, entre outros, aos doces de Rio Maior).

A animação na zona da OR de Santarém é coisa que está assegurada. Por exemplo, através do Café Concerto onde poderemos conviver ao som da «Banda 4», do Tramagal, nas noites da Festa.

Quem está habituado a apreciar e a fazer compras de artesanato nos stands da OR de Santarém não ficará desapontado. A diversidade, a qualidade e a representatividade do que mais significativo caracteriza a produção artesanal da região estão asseguradas. Repare bem, por exemplo, nas mantas tradicionais de Minde/Alcanena... Entretanto, os comunistas de Santarém preparam com afinco o trabalho de implantação no terreno. Uma equipa dinâmica e experiente vai avançar para a estrutura de tubos a 5 e 6 de Agosto e, depois, a 21 desse mês, já com trabalho de carpintaria, vai agarrar a tempo inteiro o conjunto de tarefas de implantação nesta parcela da Festa. Conheça Santarém! ■



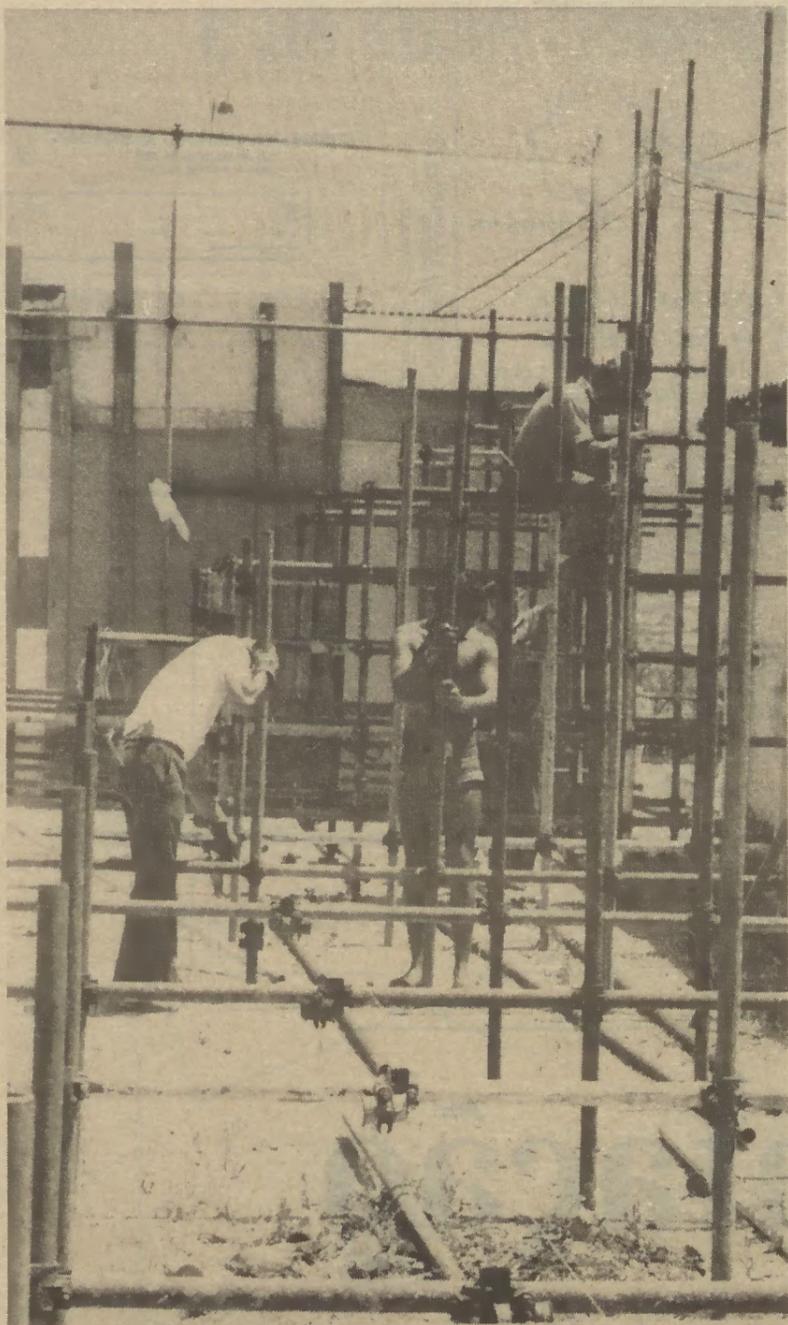
A Festa do Avante! — já o dissemos várias vezes — não se prepara e planifica só no terreno ou no gabinete central da António Serpa, em Lisboa. Todas as Organizações Regionais (ORs) do PCP têm as suas equipas de técnicos, os seus projectos e planos. A criatividade e o espírito de iniciativa ligam-se ao trabalho e à implantação. É a Festa!

No Infantado a Festa cresce!

Centenas de camaradas têm participado ao fim-de-semana (como sucedeu no último) nas jornadas de trabalho voluntário que decorrem no Infantado para pôr de pé a Festa do «Avante!» — 13.ª edição. Algumas tarefas de «base» começam a ficar concluídas e avança-

-se em força para os tubos e a carpintaria. Diversas organizações do Partido — mesmo de fora de Lisboa — promovem deslocações ao recinto, como vai suceder no próximo fim-de-semana, por exemplo, com o sector de transportes da região de Lisboa. Assim, a RN

estará no terreno no sábado, enquanto no domingo para lá avançam os comunistas e amigos da Festa da TAP, Autocoop, Carris e ANA. Ao trabalho vai associar-se também a confraternização e a amizade. Não percam esta parte da Festa!



Carpinteiros, montadores de andaimes e electricistas continuam a ser profissões em foco nas jornadas de trabalho que avançam no Infantado. Amigo leitor: pode dar uma ajuda?



Uma pausa no trabalho (imagem captada no último domingo à tarde)

EP entrada permanente

correspondente ao valor de
850\$00

O valor desta EP é uma contribuição para a realização da Festa do «Avante!»

1. À entrada da Festa será destacado desta EP (que deve ser apresentada) o talão do dia respectivo.
2. Para sair e voltar a entrar nesse mesmo dia peça quando sair uma **senha de saída** apresentando a EP. À entrada, a senha de saída só é válida mediante a apresentação da EP.
3. As senhas de saída são distribuídas individualmente em todos os dias da Festa.
4. Só a EP é que dá direito à senha de saída.

Conserve este talão que dá direito a participar na distribuição de brindes no dia 6 de Agosto de 1989.

Atenção ao sorteio de 6 de Agosto!

Motivos para já ter na mão a EP — Entrada Permanente da Festa do «Avante!» não faltam. Podemos acrescentar mais um: é que no próximo dia 6 de Agosto terá lugar o sorteio das EP. Assim, quem até essa data tiver o ingresso para os três dias do grande convívio de Loures, fica automaticamente habilitado aos seguintes prémios:

1. Uma câmara vídeo

2. Uma aparelhagem de alta fidelidade
3. Um vídeo

Por apenas 850 escudos abre-se a porta para a maior Festa do País, para grandes espectáculos musicais, para todo um vasto programa de animação e, ainda por cima, para um concurso cujo «regulamento» diz apenas: **compra e guarda a tua EP** e fica atento ao «Avante!» que sair logo a seguir

ao sorteio.

Duas últimas palavras ainda sobre a EP: por um lado lembrar o significado da venda militante e do esforço e empenhamento de muitos camaradas e amigos que, nos seus locais de trabalho, residência e convívio, divulgam a Festa e vendem as EP atingindo mesmo as largas dezenas de ingressos vendidos; por outro lado, a importância da compra antecipada da EP como forma de ajuda e solidariedade na construção da Festa. ■